



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Yasmim Issa

**Amigo Irmão CV: Uma análise das cartas do coletivo do Comando
Vermelho da Ilha Grande**

Rio de Janeiro

2018

Yasmim Issa

**Amigo Irmão CV: Uma análise das cartas do coletivo do Comando Vermelho da
Ilha Grande**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

I86 Issa, Yasmim.
 Amigo Irmão CV: Uma análise das cartas do coletivo do Comando Vermelho da Ilha Grande / Yasmim Issa. – 2018.
 163 f.

 Orientadora: Myrian Sepúlveda dos Santos.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

 1. Crime organizado - Grande, Ilha (RJ) - Teses. 2. Comando vermelho (Crime organizado) - Grande, Ilha (RJ) - Teses. 3. Cartas - Teses. 4. Grande, Ilha (RJ) - Teses. I. Santos, Myrian Sepúlveda dos Santos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

 CDU 343.232(815.32)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Yasmim Issa

Amigo Irmão CV: Uma análise das cartas do coletivo do Comando Vermelho da Ilha Grande

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 6 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Dorian Luis Borges de Melo
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Rosane Manhães Prado
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a todos da Comunidade 1280 A

AGRADECIMENTOS

À minha animada e intrometida família, que sempre me apoiou nos momentos difíceis, comemorou minhas conquistas e esteve presente durante meu percurso no mestrado, me dando força nesse último ano.

À Bernardete Issa. Mãe solo, mulher forte e bondosa, que sempre me incentivou a seguir meus sonhos e fez o possível e o impossível por mim.

Ao meu grande amor e companheiro Henrique Alves de Brito, que esteve todo momento ao meu lado, me aturando e incentivando durante essa luta. Sem você, este trabalho não seria possível.

À Glória Maria Issa. Minha segunda mãe, fiel e dedicada, por me apoiar em todos os meus projetos.

À Jussara Alves de Araújo. Minha terceira mãe, que me amparou nos momentos difíceis com muito carinho e amor.

Por me orientar, ensinar e incentivar, agradeço à Prof.^a Myrian Sepúlveda dos Santos, que tem me acompanhado desde o primeiro período da graduação, estando ao meu lado nos momentos bons e maus sem nunca desistir de mim, ao "*Captain! My Captain!*"

Agradeço aos funcionários do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) e a todos os moradores da Vila de Dois Rios e de Abraão que receberam nossa pesquisa de braços abertos, com muito carinho e dedicação.

Aos professores que me acompanharam, Prof. Dorian Borges, Prof. Gelsom Rozentino e Prof.^a Rosane Manhães Prado, por todas as dicas que recebi para a realização desse trabalho.

Agradeço também aos amigos e colegas de profissão que de alguma forma ajudaram o meu crescimento pessoal e intelectual. Principalmente a minha amiga e confidente, Luma Miranda Doné, que compartilhou as alegrias e sofrimentos diários de todo esse caminho.

À Samantha, a samambaia que quase matei durante a escrita de minha dissertação. Fico feliz que também tenha sobrevivido a todo esse agitado processo.

RESUMO

ISSA, Yasmim. *Amigo Irmão CV*: Uma análise das cartas do coletivo do Comando Vermelho da Ilha Grande. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O Comando Vermelho foi a primeira organização criminosa do país. Criada na década de 70, o grupo controla o território e o tráfico de drogas em diversas áreas do Rio de Janeiro. Apesar de haver estudos sobre o tema, há poucas informações e documentos dos anos iniciais da organização. O presente trabalho tem pretende analisar uma série de cartas do Comando Vermelho, escritas entre as décadas de 1980 e 1990, no presídio da Ilha Grande. Essas correspondências foram interceptadas e guardadas por anos por um ex-funcionário do presídio, e serão utilizadas pela primeira vez neste trabalho. O trabalho apresenta um panorama dos documentos, examinando-os e refletindo sobre aspectos relevantes da sua estrutura - como o conteúdo, a forma, a autoria e os destinatários, bem como quando e para que finalidade foram obtidos e escritos. Esta investigação, que faz parte do projeto de pesquisa “Memória e Violência na Ilha Grande”, é fundamentada em uma abordagem interdisciplinar. Foram usadas fontes históricas, análises de documentos e entrevistas em profundidade.

Palavras-chave: crime organizado; Comando Vermelho; cartas; Ilha Grande.

ABSTRACT

ISSA, Yasmim. *Amigo Irmão CV*: An analysis of the letters from the collective of the Comando Vermelho da Ilha Grande. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Comando Vermelho was the first criminal organization in the country. Created in the 70s, the group controls territory and drug trafficking in several areas of Rio de Janeiro. Although there are studies on the topic, there is little information and documents from the organization's initial years. The present work aims to analyze a series of letters from Comando Vermelho, which were written between the 1980s and 1990s, in the Ilha Grande prison. These correspondences were intercepted and stored for years by a former prison employee, and will be used for the first time in this work. The work presents an overview of the documents, examining them and reflecting on relevant aspects of their structure - such as content, form, authorship and recipients, as well as when and for what purpose they were obtained and written. This investigation, which is part of the research project "Memory and Violence in Ilha Grande", is based on an interdisciplinary approach. Historical sources, document analysis and in-depth interviews were used.

Keywords: organized crime; Comando Vermelho; letters; Ilha Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Página de caderno avulsa assinada por integrantes do Comando Vermelho– Imagem digitalizada, documento sem data.....	42
Figura 2 -	Página de caderno com desenho e assinaturas dos membros do Comando Vermelho- Imagem fotografada de documento sem data.....	43
Figura 3 -	Carta da liderança regional do Comando Vermelho para o líder Rogério Lemgruber - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 28 de maio de 1989)	44
Figura 4 -	Carta dos detentos para o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 15 de fevereiro de 1986)	46
Figura 5 -	Carta dos detentos para o Ministro da Justiça - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 9 de março de 1989).....	47
Figura 6 -	Modelo de cartas expedidas pelo CCRI para integrantes do Comando Vermelho– Destinatários.....	54
Figura 7 -	Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI na Zona Sul – RJ.....	56
Figura 8 -	Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI na Zona Central – RJ.....	57
Figura 9 -	Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI na Zona Norte/Centro – RJ.....	59
Figura 10 -	Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI na Zona Norte.....	59
Figura 11 -	Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI no Rio de Janeiro.....	60
Figura 12 -	Mapa da Ilha Grande, Angra dos Reis – RJ.....	62
Figura 13 -	Maquete Digital do IPCM com legenda.....	70
Figura 14 -	Maquete Digital – Administração do IPCM.....	70
Figura 15 -	Maquete Digital – Corpo da Guardado IPCM.....	71

Figura 16 -	Desenho da 2ª galeria do IPCM - A primeira configuração dos presos.....	74
Figura 17 -	Desenho da 2ª galeria do IPCM – A segunda configuração dos presos.....	77
Figura 18 -	Desenho da 2ª galeria do IPCM – A terceira configuração dos presos.....	78
Figura 19 -	Desenho das galerias do IPCM – A quarta configuração dos presos.....	82
Figura 20 -	Modelo de um documento de Ofício.....	100
Figura 21 -	Modelo de carta do expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada e manipulada (Ilha Grande, 5 de julho de 1990)....	102
Figura 22 -	Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 5 de julho de 1990)	104
Figura 23 -	Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 22 de junho de 1991)	104
Figura 24 -	Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 17 de março de 1991)	105
Figura 25 -	Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 5 de março de 1989)	105
Figura 26 -	Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1989)	106
Figura 27 -	Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo LEMM - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1989)	106
Figura 28 -	Recorte da saudação de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1989)	107

Figura 29 -	Recorte da saudação de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 22 de junho de 1991)	108
Figura 30 -	Recorte da saudação de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada e recortada (Ilha Grande, 17 de março de 1991)	108
Figura 31 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 6 de novembro de 1990)	111
Figura 32 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 25 de novembro de 1990)	113
Figura 33 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 6 de novembro de 1989) Parte I.....	117
Figura 34 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 6 de novembro de 1989) Parte II.....	118
Figura 35 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 17 de março de 1991)	122
Figura 36 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 14 de outubro de 1990)	124
Figura 37 -	Recorte de uma carta expedida pelo CCRI mostrando os lemas do Comando Vermelho- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 26 de abril de 1991)....	126
Figura 38 -	Recorte de uma carta expedida pelo CCRI mostrando os lemas do Comando Vermelho- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991)....	126
Figura 39 -	Recorte de uma carta expedida pelo CCRI mostrando os lemas do Comando Vermelho- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de abril de 1991).....	127
Figura 40 -	Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI para uma promotora de Justiça- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 29 de dezembro de 1987)	129

Figura 41 -	Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI para um Juiz de Direito - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 23 de dezembro de 1987).....	129
Figura 42 -	Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI para Moreira Franco - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988).....	130
Figura 43 -	Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 18 de setembro de 1988)	131
Figura 44 -	Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1998)	132
Figura 45 -	Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991)	133
Figura 46 -	Carta de propaganda eleitoral de Leonel Brizola interceptada dos presos do IPCM.....	146
Figura 47 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 26 de abril de 1991) Parte I.....	147
Figura 48 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 26 de abril de 1991) Parte II.....	148
Figura 49 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991) Parte I.....	149
Figura 50 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991) Parte II.....	150
Figura 51 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de abril de 1991) Parte I.....	151
Figura 52 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de abril de 1991) Parte II.....	152
Figura 53 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 29 de dezembro de 1987) Parte I.....	153
Figura 54 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 29 de dezembro de 1987) Parte II.....	154

Figura 55 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988)	155
Figura 56 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988)	156
Figura 57 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988)	157
Figura 58 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 23 de dezembro de 1987)	158
Figura 59 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 18 de Setembro de 1988) Parte I.....	159
Figura 60 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 18 de Setembro de 1988) Parte II.....	160
Figura 61 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1998) Parte I.....	161
Figura 62 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1998) Parte II.....	162
Figura 63 -	Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 12 de julho de 1990)	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição das cartas do Comando Vermelho por ano (Grupo1).....	52
Gráfico 2 -	Distribuição das cartas do Comando Vermelho por ano e assunto (Grupo1).....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	A primeira classificação dos documentos doados por Leopoldo	41
Tabela 2 -	Segunda classificação dos documentos – (Grupo 1) material contabilizado nas estatísticas.....	50
Tabela 3 -	Segunda classificação dos documentos – (Grupo 2) material não contabilizado nas estatísticas.....	51
Tabela 4 -	Instituições Carcerárias da Ilha Grande (1884-1994).....	63
Tabela 5 -	Número de efetivos de presos em janeiro de 1951 – CADF.....	68
Tabela 6 -	Número de efetivos de presos no ano de 1961 – CAEG.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Distribuição geográfica das cartas expedidas pelo CCRI.....	55
------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCRI – Clube Cultural Recreativo dos Internos

CV - Comando Vermelho

CVRL – Comando Vermelho Rogério Lemgruber

PJL - Paz, Justiça e Liberdade

CPCM - Colônia Penal Cândido Mendes

CADF - Colônia Agrícola do Distrito Federal

IPCM - Instituto Penal Cândido Mendes

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MuCa - Museu do Cárcere

CAEG - Colônia Agrícola do Estado da Guanabara

PCM – Penitenciária Candido Mendes

CAFN – Colônia Agrícola de Fernando de Noronha

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BN - Biblioteca Nacional

NA- Arquivo Nacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	AS CARTAS	26
1.1	Considerações iniciais da pesquisa	26
1.2	O caminho das cartas	32
1.3	Inventário	40
1.3.1	<u>Primeira classificação</u>	41
1.3.2	<u>Segunda classificação</u>	50
1.3.3	<u>Análise de dados</u>	51
2	ONDE, QUANDO E QUEM?	61
2.1	Onde? Histórico das Instituições Penais da Ilha Grande	61
2.2	A formação da Falange Vermelha	72
2.3	Quando? De Brizola à Moreira Franco	82
2.4	Quem? Duas gerações do Comando Vermelho	88
3	AS CARTAS DO COMANDO VERMELHO	96
3.1	CCRI e o Comando Vermelho	96
3.2	As cartas oficiais	99
3.1	Cabeçalho	104
3.2	Saudação e votos	107
3.3	Texto principal	108
3.4.1	<u>Fortalecimento, portador de confiança e informação</u>	109
3.4.2	<u>Gestão de pessoas e recursos</u>	114
3.4.3	<u>Regras, desentendimentos e traição</u>	119
3.4	<u>Despedida e lema</u>	125
3.5	<u>Assinaturas</u>	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	138
	ANEXO A - Carta de propaganda eleitoral de Leonel Brizola	146
	ANEXO B - Carta expedida pelo CCRI em 26/03/1991	147
	ANEXO C - Carta expedida pelo CCRI em 19/05/1991	149
	ANEXO D - Carta expedida pelo CCRI em 30/04/1991	151
	ANEXO E - Carta expedida pelo CCRI em 29/12/1987	153

ANEXO F - Carta expedida pelo CCRI em 24/05/1988.....	155
ANEXO G - Carta expedida pelo CCRI em 23/12/1987	158
ANEXO H - Carta expedida pelo CCRI em 18/09/1988	159
ANEXO I - Carta expedida pelo CCRI em 30/01/1989	161
ANEXO J - Carta expedida pelo CCRI em 12/07/1990	163

INTRODUÇÃO

Localizada a 150 km da cidade do Rio de Janeiro, Ilha Grande é a maior ilha da baía do município de Angra dos Reis. O local é um centro de ecoturismo, atraindo visitantes do mundo todo. No entanto, o paraíso tropical nem sempre atraiu os turistas. Apelidada de “Caldeirão do Diabo”, a ilha abrigou diversas instituições penais, desde a colônia correcional até o presídio de segurança máxima. Isolada geograficamente, ficou conhecida pelos diversos casos de violência e corrupção. Um lugar “onde o filho chora e a mãe não vê”¹. Eram enviados para lá, distante dos olhos do continente, aqueles considerados indesejados pela sociedade. Durante um século (1894-1994), as instituições penais da Ilha estiveram em funcionamento, com diversos estabelecimentos. Dentre eles, destaca-se a Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM), localizada na Vila do Abraão e a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF) na vila de Dois Rios².

A CPCM atuou nas instalações do antigo Lazareto, um local de menor porte que abrigava presos de baixa periculosidade. Em 1963, por ordem do governador Carlos Lacerda, a desativação do CPCM foi concluída³, apesar de não haver mais presos em suas instalações desde 1962⁴. Sua estrutura foi demolida em 1963 e depredada. Houve uma disputa entre do Governo Federal e Estadual pelos recursos. Algumas das autoridades penais do Estado da Guanabara aproveitaram a situação para apropriar e transferir os bens da colônia para outras instituições⁵, cabendo à população terminar a delapidação do prédio⁶.

A CADF, segundo complexo, foi criada após a desativação da Colônia Agrícola de Fernando de Noronha (CAFN) em 1942. O objetivo era abrigar os presos políticos

¹ Frase encontrada escrita nas ruínas da CPCM.

² A lista das instituições penais da Ilha Grande está disponível no segundo capítulo (2.1. Onde? Histórico das Instituições Penais da Ilha Grande) – Tabela 4.

³ Decreto-Lei n. 103, de 21 de novembro de 1963.

⁴ Tendo em vista a desativação do presídio, os presos foram transferidos para outras penitenciárias ao final de 1960, funcionando no local apenas a parte administrativa.

⁵ (ULTIMA HORA, 1961; JORNAL DO BRASIL, 1963; O JORNAL, 1963)

⁶ Informação obtida através de uma entrevista com um ex-funcionário da CPCM que atuou na administração do presídio durante a sua desativação.

da CAFN considerados perigosos pelo regime da época. A CADF tinha três galerias e um anexo, construído posteriormente nos anos 70. A sua estrutura era maior e melhor em comparação com as instalações da CPCM – incluindo um pequeno cinema⁷. Nas suas adjacências foram construídas casas para abrigar os funcionários e suas famílias.

Durante a década de 50, a CADF abrigava em média 350 detentos e, durante a ditadura militar, recebeu mais de mil internos⁸. Em 1960, com a transferência do Distrito Federal para Brasília, os presídios (CPCM e CADF) foram transferidos para a esfera estadual, o que provocou um processo de precarização das instituições. Em 1970, a CADF foi denominada Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) e tornou-se uma prisão de segurança máxima. Em 1982, foi renomeada para Penitenciária Cândido Mendes (PCM). Em 1994, com parte da estrutura interditada por insalubridade, o último presídio da Ilha Grande, foi implodido por ordem do governador Nilo Batista.

Após a implosão, o Governo do Estado do Rio de Janeiro cedeu a área da antiga penitenciária à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por um período de 50 anos. A partir do Termo de Cessão de Uso nº 21, de 18/10/1994, a UERJ assumiu a administração da Vila de Dois Rios, ficando sob sua responsabilidade a implantação de um centro de estudos e de um museu no local dos escombros⁹, bem como a legalização e ordenação das casas dos moradores da vila.

Em 2003, a professora Myrian Sepúlveda dos Santos coordenou o projeto de pesquisa 'História e Memória das Prisões na Ilha Grande (1894-1945)' para compreender a violência nas prisões da região. Em 2009, como resultado da pesquisa, foi inaugurado o Museu do Cárcere (MuCa)¹⁰, um dos núcleos do

⁷ Ver no Segundo capítulo “2.1. Onde? Histórico das Instituições Penais da Ilha Grande”

⁸(Arquivo Nacional: SECOM/Subsérie: Org. e Adm. das Instituições Penitenciárias CADF – Processo:8979 – Caixa:4024) ; (APERJ – Fundo/Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Ocorrência das Galerias – Notação:253)

⁹ Em Dois Rios foi criado um Ecomuseu com quatro núcleos – Centro Multimídia, Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente e Parque Botânico – que funcionam de forma integrada ao meio ambiente e a comunidade da ilha.

¹⁰ O Museu está instalado em prédios do antigo Instituto Penal Cândido Mendes que sobreviveram a implosão e foi inaugurado dia 5 de junho de 2009, pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

Ecomuseu, e lançado o livro “Os porões da República: as barbáries nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945”¹¹.

Posteriormente, foi criado um novo projeto, denominado “Memória e Violência nas prisões da Ilha Grande (1945-1994)”, que se concentrava no período mais recente das instituições. Em 2010, quando estava cursando a graduação em Ciências Sociais, participei do projeto como bolsista de iniciação científica¹². Estava familiarizada com a Ilha Grande, pois tinha muitos parentes e amigos na região. Essa condição me permitiu entrevistar e me inserir no campo com maior facilidade.

Como tema inicial, desenvolvi um trabalho sobre João Francisco dos Santos, o Madame Satã, e sua memória a partir dos moradores de Ilha Grande. O Satã era um conhecido malandro da vida noturna carioca e era considerado um personagem emblemático. Pobre, negro, analfabeto e homossexual, sobreviveu de trabalhos informais, como segurança de casas noturnas de prostituição, além de cometer pequenos furtos e golpes do suador¹³. Realizava apresentações artísticas, em especial, imitações de Carmem Miranda, sua musa inspiradora. Era conhecido por sua força e bravura, sendo respeitado na prisão. Um excelente capoeirista, foi frequentemente detido na delegacia por desacato, sendo comum enfrentar vários policiais ao mesmo tempo. Tinha uma longa lista de crimes, que incluía 27 anos e 8 meses de condenação, com 13 agressões, 4 resistências à prisão, 2 furtos, 2 recepções de furtos, 1 ultraje público ao pudor, 1 porte de arma, resistência à prisão, entre outros¹⁴. Cumpriu a maior parte da sua pena na Ilha Grande, vivendo na região após ser solto até a sua morte, em 1976. Em 2011, esse trabalho foi premiado com

¹¹ Myrian Sepúlveda dos Santos. *Os porões da República: as barbáries nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

¹² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 01/11/2010 à 28/02/2013; Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) UERJ de 01/03/2013 a 31/03/2015.

¹³ É definida como a situação na qual uma pessoa seduz (sexualmente) outra, conduzindo-a até determinado local a fim de roubá-la, sozinho(a) ou com a ajuda de cúmplices.

¹⁴ Rogério Durst. *Madame Satã*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

menção honrosa pelas apresentações realizadas durante a Semana de Iniciação Científica (SEMIC) durante a 21ª edição do UERJ sem Muros¹⁵.

Durante a pesquisa, descobriu-se uma coleção de cartas e documentos do Comando Vermelho (CV) dos anos 80 e 90, interceptados por um funcionário do Instituto Penal Cândido Mendes. Após anos guardados, foram entregues à professora Rosane Manhães Prado, que os encaminhou para a UERJ e, posteriormente, para o Museu do Cárcere. Em 2011, entrevistei funcionários da Ilha Grande, incluindo o encarregado da interceptação das cartas. Ele nos recebeu com gentileza, fornecendo informações sobre a prisão e permitindo a digitalização das cópias coloridas do material do Comando Vermelho.

Esses documentos tiveram um grande impacto em mim, o que me levou a mudar o tema da minha pesquisa de Madame Satã para o Comando Vermelho. Assim, durante a graduação, analisei a fase inicial da Falange Vermelha e sua evolução para o Comando Vermelho. Nesse período, meu trabalho foi premiado com duas menções honrosas na SEMIC: em 2013, com o título "A origem e processo de territorialização do Comando Vermelho", e em 2014, com "O processo de formação do Comando Vermelho". No ano seguinte, defendi a monografia intitulada "O processo de formação do Comando Vermelho: O nascimento do crime organizado no Brasil".

A monografia analisou a construção da organização, destacando as motivações e estratégias dos fundadores (primeira geração) e investigando como um grupo de noventa presos foi capaz de estabelecer uma organização criminosa que dominou diversos territórios. Também, identifiquei os diferenciais que permitiram o crescimento específico da Falange Vermelha em detrimento de outras facções da época. É importante ressaltar que essa foi a primeira vez que as cartas interceptadas foram utilizadas em um trabalho acadêmico, revelando a relação entre grupos de esquerda e os líderes da nova organização.

Dando continuidade à pesquisa, essa dissertação analisa as cartas do Comando Vermelho escritas pela segunda geração de líderes do crime organizado na Ilha Grande nas décadas de 80 e 90. O objetivo é refletir sobre aspectos relevantes

¹⁵ Trata-se de um evento que mobiliza toda a universidade e a comunidade local em prol de um objetivo comum: apresentar à sociedade a produção acadêmica realizada nas diversas áreas de conhecimento, envolvendo ensino, pesquisa, extensão e cultura.

das correspondências, como o conteúdo, a forma, a autoria e os destinatários, bem como as circunstâncias que foram interceptadas. Também será investigado quando e como os documentos foram obtidos e com que propósito foram usados. Para isso, alcançaremos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o contexto histórico das instituições penais da Ilha Grande;
- Avaliar a distribuição das cartas do Comando Vermelho por ano, assunto, destinatário e região;
- Refletir sobre o impacto da implementação de uma política penal voltada para a defesa dos direitos humanos na prisão da Ilha Grande;
- Fazer considerações sobre a formação do Comando Vermelho e as mudanças ocorridas entre sua primeira e segunda geração;
- Analisar os elementos presentes nas cartas oficiais do CV, como cabeçalho, saudação/votos, texto principal, despedida, lema e assinaturas dos membros.

Para isso, essa dissertação usa uma metodologia interdisciplinar, combinando análise histórica, documental e qualitativa. O recorte histórico abrange o período de 1987 a 1991, com base nas datas das cartas analisadas. As fontes utilizadas incluem fotografias, livros, cartas, desenhos e recortes de jornais relacionados ao tema. Além disso, foram realizadas consultas na Biblioteca Nacional (BN), em sites, blogs e acervos digitais para encontrar periódicos e decretos da época. Os documentos oficiais foram acessados através do Arquivo Nacional (AN) e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Infelizmente, os documentos oficiais dessa época são escassos e fragmentados. Quanto mais próximo do presente, menor o número de registros administrativos do presídio. Por isso, a pesquisa incluiu entrevistas para obter mais informações. Essa abordagem visa preencher as lacunas deixadas pelos documentos e oferecer diferentes perspectivas através de múltiplas narrativas.

Entre 2010 e 2014, foram realizadas entrevistas com pessoas que estavam ligadas ao presídio, como antigos funcionários, comerciantes locais e moradores. Alguns desses encontros foram conduzidos pela professora Myrian Sepúlveda dos

Santos¹⁶, enquanto outros pelos bolsistas¹⁷. As entrevistas foram individuais, abertas e aprofundadas, incluindo a trajetória de vida. Os gravadores foram usados para registrar as conversas, e, posteriormente, as transcrições foram entregues aos entrevistados, com um termo de autorização.

Para a discussão teórica, foram usados Michel Foucault (2006) e Erving Goffman (2013), para refletir sobre o sistema prisional, a situação social dos detentos e a dinâmica de uma sociedade punitiva. Os autores foram usados de maneira complementar. Goffman (2013) descreve, em “Manicômios, prisões e conventos”, as práticas disciplinares e o impacto psicológico das instituições totais, enfatizando a desumanização e a alienação nos espaços prisionais. Enquanto Foucault (2009) em “Vigiar e punir” trata da prisão sob um prisma mais amplo de poder e controle social, destacando a função disciplinar e normalizadora exercida pelas instituições punitivas.

As reflexões sobre segurança pública e violência urbana desempenharam um papel significativo na discussão sobre o impacto da política de defesa dos direitos humanos no sistema penal durante o governo de Leonel Brizola na década de 1980. Autores como Claudio Beato Filho (2010), Luiz Eduardo Soares (2000) e João Trajano Sento-Sé (1998), respectivamente sociólogo e cientistas políticos, desempenharam um papel importante ao conduzir a discussão sobre segurança pública no Brasil durante esse período.

A dissertação é dividida em três capítulos, cada um abordando aspectos relevantes sobre o Comando Vermelho:

No primeiro capítulo (1. As cartas), apresento as correspondências que serão analisadas, dividindo as informações em três tópicos. Em “1.1 considerações iniciais sobre a pesquisa”, relato a inserção no campo e a relação com os entrevistados. Discutindo a questão da memória e das múltiplas narrativas, bem como a dificuldade de estudar um tema relacionado às prisões e as formas como as instituições se protegem contra a pesquisa. Depois, em “1.2 O caminho das cartas”, descrevo o trajeto das cartas e o perfil do funcionário que interceptou os documentos. Em seguida,

¹⁶ Algumas entrevistas contaram com a presença da prof.^a Rosane Prado.

¹⁷ Bolsistas: Clarisse Silveira, Inoã Pierre Carvalho Urbinati, Rafaely Camilo Costa, Renata Moreira Fontoura, Wesley Hans Carvalho Matos e eu, Yasmim Issa.

no subcapítulo “1.3 Inventário” apresento os documentos (“1.3.1 Primeira Classificação”), reorganizo-os (“1.3.2 Segunda Classificação”) e analiso os dados obtidos (“1.3.3 Análise de dados”).

No segundo capítulo, “onde quando e quem?”, abordo aspectos relacionados ao contexto histórico e geográfico das instituições penais da Ilha Grande, desde um breve histórico até as características de isolamento geográfico, estrutura física e histórico de violência. No subtópico “2.1 Onde? Histórico das Instituições Penais da Ilha Grande”, apresento uma retrospectiva das instituições penais, destacando suas características e as denúncias registradas em periódicos, relatórios, documentos oficiais e cartas de denúncia. No subtópico “2.2 A formação da Falange Vermelha”, analiso o período histórico da Ditadura Militar e a criação da Lei de Segurança Nacional, contextualizando a formação da organização criminosa do Comando Vermelho. Apresento os ideais, táticas e estratégias adotadas pela Falange Vermelha para se estabelecer dentro da prisão, bem como as influências herdadas dos grupos de esquerda. No subtópico “2.3 Quando? De Brizola à Moreira Franco”, abordo o período de abertura democrática e a introdução dos direitos humanos nas prisões durante o governo de Brizola, contrastando com a violência do governo de Moreira Franco. No subtópico “2.4 Quem? Duas Gerações do Comando Vermelho”, analiso as principais características de cada geração e as transformações ocorridas entre a primeira e a segunda geração do Comando Vermelho. Destaco as mudanças na estrutura de poder, com a verticalização e a consolidação de uma liderança autoritária e violenta. Abordo também a influência de Rogério Lemgruber na Falange Vermelha e sua relação com os inúmeros massacres ocorridos.

No terceiro capítulo, intitulado “3. Amigo Irmão CV”, exploram-se dois aspectos relevantes: a relação entre o Clube Cultural Recreativo dos Internos (C.C.R.I) e o Comando Vermelho, e uma análise detalhada das cartas oficiais. No subtópico “3.1 CCRI e o Comando Vermelho”, é discutida a relação entre o clube formado por internos e a facção criminosa, com destaque para a cooptação do CCRI pelo Comando Vermelho no Instituto Penal Cândido Mendes. No subtópico “3.2 As cartas oficiais”, é realizado um estudo detalhado dos elementos recorrentes presentes nas cartas, como o cabeçalho, saudação e votos, texto principal, despedida e lema, e assinaturas. Esses elementos são explorados separadamente em cinco subtópicos. Além disso, são discutidas outras questões relacionadas à organização criminosa, como a formalidade das correspondências, comparando-as com modelos de

documentos oficiais. São explorados significados, papéis e regras presentes nas cartas, a fim de compreender melhor a estrutura da organização e sua relação com os membros e agregados.

1. AS CARTAS

Neste capítulo, apresentamos as cartas enviadas pelo Comando Vermelho, com o objetivo de realizar uma análise detalhada dessas correspondências. Nas “1.1. Considerações iniciais sobre a pesquisa”, são discutidos o ingresso no campo de estudo e a consolidação da relação com os entrevistados, bem como a importância da memória e das diferentes narrativas. Também é mencionada a dificuldade de estudar um tema relacionado às prisões e como as instituições se protegem contra a pesquisa.

Em seguida, é explorado o “1.2. caminho das cartas”, desde o momento em que foram interceptadas por um funcionário do presídio da Ilha Grande até chegarem às mãos dos pesquisadores. Busca-se explicar como, quando e por quem essas cartas foram retidas, trabalhando na construção do perfil desse funcionário envolvido.

Em “1.3. Inventário”, é realizada uma breve análise descritiva dos documentos interceptados. São apresentados o número e os tipos de documentos encontrados, assim como informações sobre local, data, destinatários, conteúdo e objetivos das cartas. Descrevem-se os diversos tipos de registros encontrados, tais como cartas escritas à mão, recortes de jornais, desenhos, declarações oficiais do presídio e as próprias cartas do Comando Vermelho.

A partir de uma nova classificação dos documentos, o objetivo é reorganizar os dados. Discutem-se as informações extraídas desse novo agrupamento, analisando gráfico, quadros e mapas que demonstram a distribuição das cartas ao longo do tempo e por assunto, além de identificar os principais destinatários por região. Essa abordagem metodológica fornece uma base sólida para a investigação das cartas do Comando Vermelho e compreender sua relevância no contexto prisional.

1.1. Considerações iniciais da pesquisa

O trabalho de campo em Ilha Grande iniciou no final de 2010. Houve uma troca de bolsistas, pois o grupo mais antigo e experiente se graduou. Os novos bolsistas foram solicitados a ler a história das prisões para entrar em contato com os moradores da Vila de Dois Rios.

Wesley Mattos e eu, dois calouros, não sabíamos praticamente nada sobre o tema e fomos para Dois Rios, com o suporte do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) da UERJ, com a missão de nos familiarizarmos com a Vila e seus moradores.

Apesar do acolhimento, em um primeiro momento, o sentimento geral em relação a nós (bolsistas) era de desconfiança. Quando sozinhos, éramos atingidos por uma enxurrada de perguntas a respeito do presídio. Sem domínio do assunto, gaguejávamos tentando acertar algumas respostas, sem muito sucesso.

Os moradores mais solícitos respondiam às próprias perguntas, como quem conta uma história conhecida a uma criança. Já os mais desconfiados nos desqualificavam constantemente com perguntas difíceis e específicas, como: “Em que ano o diretor tal assumiu?”, “Quantos dias Graciliano Ramos ficou aqui?”, “Quem era o ministro da Justiça dessa época?”. E terminavam as conversas com uma reflexão sobre a superioridade que suas vivências possuíam em detrimento de informações obtidas por documentos.

Minha primeira entrevista foi peculiar. Encontramos o entrevistado no único estabelecimento comercial permitido em Dois Rios¹⁸, o bar da Tereza. Tudo ia bem, mas, devido a um problema inesperado nos transportes, a professora Myrian precisou se retirar antes do horário combinado.

Havendo perguntas a serem realizadas, decidiu-se que os bolsistas prosseguiriam com o diálogo. Esse momento foi marcado pela falta de autoridade que tínhamos, pois, no instante em que a professora saiu, o entrevistado parou de responder às perguntas, pegou o violão e começou a cantar.

Não sabíamos como proceder. Tentamos retornar às perguntas, mas o nosso entrevistado preferiu se limitar aos seus talentos artísticos. Nos convidou para ver suas obras de artesanato, contou sobre os pratos que fazia e não respondeu a mais nenhum questionamento sobre o presídio naquele dia.

A esta altura, já tínhamos desligado o gravador e desistido de obter alguma informação extra, mas continuávamos em “apuros”, não conseguindo terminar a entrevista. Sim, não sabíamos como dizer “ok, terminou por hoje”. Quando começávamos a nos despedir, o entrevistado puxava outro assunto. Por mais de duas

¹⁸ Como as terras pertencem ao Governo Estadual, é proibido fazer uso comercial das construções de Dois Rios. A única exceção é o bar da Tereza, uma vez que ele já existia na época do presídio.

horas, ficamos sem saber o que fazer. Se um funcionário não nos procurasse no horário do jantar, que estava terminando, temo que ainda estaríamos por lá.

Depois desse dia, inúmeras viagens foram feitas. Não experimentei uma aceitação episódica igual à Geertz na briga de galos balinesa em *Interpretação das culturas* (2008), mas foi no bar da Tereza, em meio às conversas informais, que as barreiras caíram. Nele costumam se reunir alguns¹⁹ moradores da Vila, alunos, professores e funcionários da UERJ. O fato de eu possuir família em Abraão foi de grande ajuda.

Como muito de meus parentes eram amigos e conhecidos dos moradores, em pouco tempo me tornei alguém de *confiança*. Os testes de conhecimento acabaram e passei a conduzir as entrevistas com mais convicção. Os laços de confiança com os moradores da Vila foram de grande importância. Eles doavam materiais, trocavam contatos e até persuadiam amigos e conhecidos para darem entrevista, auxiliando e impulsionando o trabalho.

Apesar da aceitação de grande parte dos moradores locais, alguns nunca aceitaram dar entrevistas ou trocar algumas palavras. Por respeito, não pressionamos nem insistimos com essas pessoas, seguindo adiante com a pesquisa.

No que diz respeito às informações obtidas nas entrevistas, é importante ressaltar que a teoria não dá conta da complexidade característica da realidade. Os indivíduos não são seres inteiramente racionais, previsíveis e coesos, visto que carregam contradições, incoerências e desacordos. Portanto, as entrevistas não podem ser vistas como um dado “verdadeiro” a ser “coletado”: são, antes de tudo, uma produção de informação, uma disputa de narrativas atravessada por questões de gênero, raça, idade e classe, entre outros fatores.

Conforme a perspectiva dramaturgic goffmaniana, os indivíduos assumem papéis específicos como atores, visando a criação de uma imagem de si que seja aceitável pelo outro. Nessa linha de pensamento, Goffman afirma que o ator deve seguir as regras de cada situação, e muitas vezes precisa gerenciar suas emoções para não sair do personagem e se expor a situações embaraçosas. Em outras palavras, a interação social é vista como um drama que ocorre em uma cena, onde

¹⁹ Não são todos os moradores que frequentam o bar, principalmente os de orientação religiosa cristã mais ortodoxa.

os atores buscam apresentar-se da melhor maneira possível e de um modo crível, a fim de controlar a impressão que o público forma deles (GOFFMAN, 2014).

Como apontado pelo autor, é notório que os entrevistados, em muitos casos, nos expressam o que acreditam ser o que desejaríamos ouvir. Assim, observamos uma repetição contínua de alguns discursos por parte de alguns entrevistados. Por Dois Rios ser um lugar histórico, não era incomum a circulação de pesquisadores e jornalistas entre a população local. Alguns dos moradores já estavam tão acostumados a fornecer entrevistas que criaram algumas “resposta padrão”. Com a leitura das transcrições, pode-se notar uma mesma pessoa contando a mesma narrativa em diferentes entrevistas. Não apenas um idêntico conteúdo, mas reproduzindo quase as mesmas palavras, como um discurso decorado ou algum mantra considerado politicamente correto.

Goffman, mais uma vez, afirma que isso se dá porque estar presente com outras pessoas implica obter; ou renovar; informações sobre o outro, projetando uma definição da situação. A informação sobre o outro define a situação, fornecendo um contexto inferencial para antecipar expectativas mútuas, compreendendo a melhor condução para as respostas desejadas do outro (GOFFMAN, 2014).

É importante salientar que não há uma fórmula ideal para ser seguida nas entrevistas, uma vez que cada entrevistado difere um do outro. Estamos diante de um jogo de tentativa e erro, um aprendizado. Por exemplo, alguns entrevistados preferiam ser entrevistados em casa, longe dos ouvidos de outros moradores, enquanto outros regozijavam-se por serem entrevistados em locais públicos com alguma plateia.

Certa vez, tentamos marcar diversas entrevistas com o antigo funcionário, mas ele desconversava. Eram sempre dois homens da equipe de bolsistas que tentavam marcar o encontro. Com a ajuda de um morador da região, fui convidada, junto de outra bolsista, para uma conversa informal com o tal funcionário.

Tudo ocorreu bem e anotamos todas as informações de que precisávamos. No final, o entrevistado explicou se sentir incomodado e inseguro por fornecer uma entrevista para uma pesquisa importante da UERJ, e que a entrevista sem gravadores, feita por duas alunas “*tão simpáticas*” não lhe parecia tão intimidadora.

Essas questões são apenas algumas, entre tantas outras, que se colocaram durante o trabalho de campo. Elas permitem ratificar a ideia de que entrevistas não são relatos imparciais reveladores de uma verdade, mas sim resultados de um relato *parcial* em torno de noções de identidade e individualidade. Elas são produtos de uma

série complexa de interações entre uma entrevistadora (com um rosto, um gênero, uma idade, uma personalidade e uma bagagem acadêmica específica) e um entrevistado específico; com seu rosto, idade, gênero e agendas particulares (KONDO, 1990).

Apesar de diminuir o número de visitas à Vila de Dois Rios, procuro manter contato com os moradores e compartilho laços de amizade. Dessa forma, não quero negar o outro lado da pesquisadora (o humano e fenomenológico), temendo revelar o quanto de subjetivo está presente no trabalho de campo (DAMATTA, 1978).

Reconheço que há uma maior proximidade com o entrevistado, mas não vejo isso como um defeito ou imperfeição (BECKER, 1977). Isso quer dizer que não concordo com uma visão mais tradicional das ciências sociais, segundo a qual é necessária uma distância mínima entre o investigador e o seu objeto para assegurar uma “suposta” objetividade na produção de um trabalho considerado neutro e científico.

Estamos diante de uma das muitas leituras possíveis, uma versão que concorrerá com outras. A subjetividade estará presente em todos os momentos, inclusive na escrita, pois a realidade (familiar ou exótica) é sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, portanto, analisada de forma diferente. Isto não significa a falência do rigor científico, mas sim a necessidade de compreender o fenômeno sob uma perspectiva que é sempre interpretativa (VELHO, 1981).

Desde o início da pesquisa, deparei-me com um problema que acompanha todos que trabalham com esse tipo de tema: a dificuldade de estudar o Estado e suas agências. Philip Abrams ” (1988) já chamava a atenção para esse problema no artigo “Notes on the Difficulty of Studying the State.

Segundo o autor, era notória a quantidade de sociólogos que tinha o acesso negado a informações sobre o funcionamento do Estado ou a alguma de suas agências. O zelo instintivo das agências acaba por proteger as informações a seu respeito. Desse modo, o próprio senso comum deduziria a existência de uma realidade oculta na vida política.

Além disso, a existência real e escondida (do Estado) demonstraria a maneira como os aspectos públicos da política são conduzidos. O “setor público” é, na realidade, um “setor privado” sobre o qual o conhecimento não deve se tornar público, criando dessa forma um obstáculo imediato a qualquer estudo sério do Estado.

Tal obstáculo assumia uma variedade de formas engenhosas. Uma das mais conhecidas pode ser observada quando as agências estatais acolhem determinadas pesquisas consideradas favoráveis a elas e vetam outras propostas mais críticas, alegando problemas na metodologia ou na proposta de pesquisa. Trata-se de uma técnica de controle de conhecimento que visa impedir a construção do mesmo ao afirmar serem as etapas processuais de investigação o problema da proposta, quando, na verdade, a recusa de acesso se justifica pelo objeto da pesquisa em si. (ABRAMS, 1988)

No caso de Ilha Grande, a falta de documentos oficiais se deve a outro tipo de engenhosidade. O acesso não foi negado diretamente, tal como descrito por Abrams (1988), mas indiretamente, no desinteresse proposital do Estado em não preservar sua história. Conforme as entrevistas, muitos documentos não foram retirados das dependências do IPCM, sendo destruídos com a implosão do presídio. Os documentos que hoje se encontram na APERJ são os resquícios sobreviventes da implosão, resultado de um esforço coletivo²⁰ para a preservação de uma memória marginal, que o Estado não tinha e não tem interesse em preservar.

Ainda hoje, os documentos permanecem afastados do público, devido à falta de higienização. Em 2012, com a orientação da direção e dos funcionários da APERJ, obtive acesso a uma parte dos documentos não catalogados. Foi obrigatória a utilização de equipamentos de segurança durante o processo, pois alguns documentos estavam completamente destruídos, com mofo e bactérias. Assim, teve-se acesso, embora de forma fragmentada, a alguns dos registros oficiais restantes.

Esse “deixar esquecer” não deve ser visto como uma espécie de ausência do Estado, mas como parte de uma prática prisional há muito tempo consolidada. Como Foucault (1978) aponta, devemos analisar para além do institucional-centrismo, passando por fora da instituição, substituindo tal análise pelo ponto de vista global da tecnologia do poder. Deve-se compreender a prisão a partir de uma economia geral de poder, que a história de qualquer instituição penal não é definida pelo sucesso ou fracasso de sua funcionalidade, mas está inscrita em práticas estatais que se apoiam nos próprios déficits institucionais (FOUCAULT, 1978, p.157-8).

²⁰ Os documentos foram encontrados pelos moradores e entregues à prof.^a Myrian Sepúlveda, que os encaminhou para a APERJ.

Por esse motivo, é necessário se afastar da noção tradicional de Estado, segundo a qual este seria uma instituição normativa, autônoma e racional, integrante de um projeto idealizado; e adequadamente construído; que foi trazido para o mundo real. É preciso, então, compreender as coisas tais como elas são, não como elas deveriam ser, e trabalhar com esse projeto incompleto, entendendo que os déficits institucionais e a suposta ausência do Estado compõem um tipo de ação política (DAS E POOLE, 2008).

Assim, não é como se o Estado estivesse ausente de Ilha Grande, deixando de fiscalizar ou de impedir os abusos que ocorriam, muito pelo contrário: estava absolutamente presente e constituído, pois sua passividade e negligência em certos locais fazem parte de práticas inscritas nos jogos de poder. Por essa perspectiva, esse é um tema indesejado para o Estado, não apenas por estudar suas estruturas, mas por evidenciar o deixar morrer como prática prisional. (DAS E POOLE, 2008).

1.2. O caminho das cartas

Um dos funcionários do IPCM, que chamarei pelo nome fictício de Leopoldo, interceptou uma série de cartas, bilhetes e papéis da liderança do Comando Vermelho durante as décadas de 80 e 90. A partir da implosão do presídio em 1994, os funcionários do IPCM foram transferidos para outras instituições e Leopoldo passou a trabalhar no Batalhão Florestal em Abraão. Com a chegada da UERJ, Leopoldo tomou conhecimento da pesquisa sobre o presídio e, após uma longa conversa, entregou o material interceptado para a prof.^a Rosane Manhães Prado, uma das pesquisadoras do projeto Pro-Ilhéus²¹ cujo tópico de estudo é Ilha Grande²². Prado e seus bolsistas receberam os documentos organizados por assunto e ordem cronológica e os digitalizaram para devolver os originais. Leopoldo, no entanto, optou por doar as cartas originais para pesquisa, ficando apenas com as fotocópias coloridas.

²¹ O Núcleo de Pesquisa Pró Ilhéus funciona desde 1999 e nele são desenvolvidos em Ilha Grande alguns projetos de pesquisa na área de Ciências Sociais. Entre eles está o projeto do presídio, bem como estudos sobre questões recentes que envolvem ecologia, religião, turismo e violência.

²² O site funciona como um banco de dados, com informações e diversas pesquisas relacionadas à Ilha Grande <<http://www.ilhagrandehumanidades.com.br/>>. Acesso em 13/01/2018

Em uma entrevista realizada em 2010, Leopoldo mencionou as cartas interceptadas e ofereceu as cópias coloridas dos documentos para digitalização. A história do nascimento do crime organizado era um assunto popular entre os moradores, e passei-me a interessar pelo tema. Comentava-se com frequência que as duas primeiras organizações criminosas do país, o Comando Vermelho e o Terceiro Comando, surgiram em Ilha Grande. O contato com as cartas me impactou, gerando um fascínio. Diante disso, optei por mudar o tema de pesquisa do Madame Satã para o Comando Vermelho.

Escolhido o tema, foram realizadas uma série de entrevistas com o Leopoldo a fim de construir sua história de vida e envolvimento com penitenciária. Todos os encontros foram realizados na varanda de sua residência, em uma atmosfera sossegada e descontraída. As entrevistas eram abertas e semiestruturadas, marcadas por poucas perguntas e longas respostas, com duração média de duas horas por encontro.

Sua fala tinha um ritmo próprio e alguns dos seus discursos eram tão recorrentes que foi possível encontrar uma mesma resposta, em duas entrevistas diferentes, contendo poucas alterações na estrutura das palavras. O antigo funcionário passou um ar de tranquilidade e seriedade, uma figura de respeito e autoridade tanto na comunidade como na presença dos seus filhos e familiares. O modo de falar, andar e sua postura revelavam os anos de experiência como guarda inscritos em seu corpo.

Nessa fase de entrevistas, visitávamos a vila de Dois Rios para manter a aproximação com os moradores. A cortesia de Leopoldo e dos entrevistados não foi nem de longe algo dado, mas sim conquistado ao longo da pesquisa. Tal proximidade, além de proporcionar um aprofundamento nas entrevistas, trouxe consigo um sentimento de responsabilidade e ética. Tinha em mãos a difícil tarefa de escrever algo a respeito das pessoas entrevistadas que, de alguma forma, depositaram sua boa vontade e expectativas na pesquisadora.

Com tantas pessoas entrevistadas, era comum alguns relatos serem diferentes e até contraditórios entre si. Por vezes, alguns dos moradores disputavam a “verdade”, ou seja, a reivindicação da legitimidade de seu depoimento em relação aos demais.

O caso mais explícito e marcante dessa disputa de narrativas está presente em um artigo da minha orientadora sobre a história do assassinato do Ferrugem, um morador de Ilha Grande (SANTOS, 2003). Joaquim João Raimundo era um homem

alto, forte e coberto de sardas, ganhando assim seu apelido. Morava no Sítio Forte, uma rota de fuga de presos. Capturava os fugitivos em troca de comida, que ganhava do presídio como prêmio pelo serviço prestado. Porém, não os entregava antes de espancá-los e torturá-los.

Segundo a versão da história mais difundida, um preso, espancado e torturado jurou de morte Ferrugem, cumprindo a promessa não muito tempo depois. Em uma briga de faca, matou e esquartejou o conhecido morador, espalhando os pedaços do seu carrasco nos locais em que foi agredido.

Já a outra versão substitui a faca por arma de fogo e o Ferrugem falece baleado em uma troca de tiros entre alguns presos fugitivos. A versão oficial menciona a arma, mas nada de vingança e juramento de morte. Júlio, ex-detento e morador da Vila de Dois Rios, conta que ninguém menciona o final da história, a parte na qual os policiais espancam até a morte alguns dos fugitivos depois da captura.

Existem várias narrativas, algumas de pessoas que presenciaram um momento específico do caso, porém nenhuma delas esteve presente em todas as etapas (a fuga, o confronto e a captura dos presos). Esse caso virou um artigo e apresentado em um encontro para os moradores da Vila de Dois Rios. Ao final da exposição, perplexos, muitos exigiam saber qual a “versão verdadeira” da história.

Por esse motivo é importante reiterar a memória como algo falho e incompleto; um passado recuperado pelo presente por diferentes olhares. De caráter seletivo, um jogo de lembranças e esquecimentos faz os indivíduos se recordarem de detalhes irrelevantes, e por vezes, obscurecendo aspectos importantes e significativos.

Além disso, manifesta, em uma medida incomensurável, intenções e desejos do inconsciente. Assim, como já mencionado anteriormente, trabalhar com a memória não é buscar a verdade do passado, mas sim a compreensão dos processos, dos conflitos e do contexto em que se insere a trajetória daqueles contando sua história de vida. (SANTOS, 2003).

A construção da trajetória de Leopoldo é marcada por um contraste entre o dito e o documentado; de um sujeito que tem uma história para contar e deseja compartilhar com o mundo o ocorrido. De um lado, temos inúmeras entrevistas, com certa lógica e coerência, nas quais o indivíduo, no presente, estabelece sentido a experiências de seu passado. Do outro, temos documentos desse mesmo passado, que por vezes contradizem toda essa construção racional (politicamente correta).

As antinomias entre as entrevistas e os documentos não negam nem anulam a validade das fontes. Isso porque a história e a memória do presídio da Ilha Grande são registros diferentes e, ao mesmo tempo, interdependentes. Relatos como do Sr. Leopoldo reinventam a história do IPCM, relacionando-a a outros elementos, atribuindo novos significados, sensações, cheiros, sentimentos e lembranças. Cria-se, dessa forma, uma outra história (AMADO, 1995).

Leopoldo nasceu em Bel Monte, sul da Bahia, no ano de 1949. Ao chegar à maioridade, alistou-se na Marinha e mudou-se para Salvador. Serviu por cinco anos (1968-1973), tempo em que viveu com uma moça e teve seus três primeiros filhos. Seu relacionamento terminou pouco antes da sua transferência para o Rio de Janeiro. Encantado pela cidade, decidiu ficar: pediu baixa da Marinha e prestou concurso para a Polícia Militar.

Chegou sozinho em Ilha Grande em 1975 para trabalhar como guarda no presídio. Morava na Vila do Abraão e trabalhava em Dois Rios. Um ano depois, casou-se com uma moradora da região, sua atual esposa, com quem teve quatorze filhos. No presídio, exerceu inúmeras funções, iniciando com o policiamento e a segurança externa e, após certo período, foi convidado a se juntar interinamente à segurança do presídio, trabalhando com as turmas de presos²³.

Em 1987 mudou-se para Vila de Dois Rios, assumindo o cargo de chefe de disciplina. Não muito tempo depois, foi promovido a chefe de segurança²⁴. Ocupou o cargo até 1993, pouco antes da implosão do presídio, quando foi transferido para o Batalhão Florestal de Abraão, onde trabalhou até se aposentar no fim da década de 90.

Nas entrevistas, Leopoldo conta que, quando começou a trabalhar na segurança interna, nas galerias do IPCM, era totalmente inexperiente. Aprendeu as

²³A colônia agrícola foi criada com o objetivo de recuperar o preso através do trabalho. Na prática, os homens eram usados para a manutenção do próprio presídio e da Vila. Existiam diversas turmas de trabalho: turma do aviário, da pintura, da mecânica, da lavanderia, da serralha, da carpintaria, entre outros. Eram grupos de até vinte internos, que trabalhavam de manhã até a tarde, sob a supervisão de um ou dois guardas.

²⁴ O que foi possível constatar durante as entrevistas foi que, na teoria, o chefe de disciplina em Ilha Grande trabalha diretamente com o preso, enquanto o chefe de segurança atua na administração e direção do presídio. Na prática, os dois cargos atuavam juntos, sem muita diferença nas funções.

regras do jogo com os guardas mais antigos. E, como recruta, presenciou calado uma grande dose de violência:

Quando a gente *tava* fazendo recrutamento e eles tinham capturado dois presos *né* e esses presos tinham fugido da turma da própria polícia que *tava* trabalhando e os presos fugiram e depois recapturaram esses presos, os internos. Levaram *pra* lá e deram um “sacode”, um “pau” no cara [...] Então eu achava que não podia ser assim. Eu não falei nada porque eu era recruta. Aí tudo bem, passou. Aí eu comecei a pensar: Não... poxa... Eu sempre ouvia: Rapaz, tem que fazer isso. Eu dizia: não. Não acho que deve ser assim.[...] (Entrevista: 25/3/2012)

A divergência no tratamento dos presos passou a ser algo comum no final da década de 70. Com a abertura democrática e a introdução dos direitos humanos no governo Brizola, “sumir” com um preso passou a se tornar cada vez mais difícil, crescendo o número de inquéritos e denúncias contra funcionários. Alguns guardas trabalhavam no IPCM desde o governo Vargas, época em que a violência contra o chamado “vagabundo” não era apenas comum, mas premiada com medalhas de honra pelo Governo Federal²⁵.

Essa mudança de paradigma encontrou resistência, principalmente por parte de guardas mais antigos. Não houve a preocupação de novos treinamentos e muitos não conseguiram se adaptar ao novo contexto político. O pensamento novo não substituiu simplesmente um velho: eles conviveram ao longo da história e por vezes deixam resquícios. Diferentes visões coexistentes eram negociadas e renegociadas a todo momento a fim de manter um certo equilíbrio entre os pares, sem cair em graves consequências legais.

Eu comecei a chefiar a turma de volante, a gente saía, às vezes pegava o preso, às vezes o preso enjoava, às vezes você caçava dois dias rastreando preso, quando você chegava próximo ao preso, o preso corria, você tinha que correr dentro do mato *pra* pegar ele, *pra* *panhar* ele, não conseguia escapar... né. E às vezes eu sentia que o companheiro *tava* doido *pra* dar um *coro* no cara, às vezes o cara merecia... É como uma criança mal criada. E às vezes eu tinha que fazer vista grossa e ao mesmo tempo eu... chegou, chegou, acabou, acabou. Dava uma ligada *pra* eu não ficar mal com o meu companheiro e nem com o preso. Então eu fazia...entendeu. (Entrevista: 25 /3/2012)

Discordar sem se indispor. Eram comuns casos de acobertamento de escândalos e ilegalidades por parte dos funcionários e da própria direção. Em uma

²⁵ Alguns guardas antigos da década de 40 de Ilha Grande, conhecidos por seus métodos extremamente violentos, ganharam medalhas de honra do Governo Federal, em uma cerimônia oficial, pelo serviço exemplar prestado.

denúncia anônima feita em janeiro de 1970²⁶, um funcionário é acusado de praticar inúmeras irregularidades, como estelionato²⁷, exploração de lenocínio²⁸, esbulho possessório²⁹ e de *atravessador da Erva Maldita* (maconha).

No mesmo documento consta que esse funcionário era amparado pelo médico do presídio: “*este fornece laudos médicos falsos atestando briga de internos para acobertar os espancamentos que eram cometidos pelos guardas*”. Essa é uma dentre as diversas denúncias arquivadas que não geraram nenhuma consequência legal para os envolvidos.

Everett C. Hughes em *As boas pessoas e o trabalho sujo*³⁰ (2013), defende que, na prática, quase todos os grupos que desempenham uma função social especializada são, de alguma forma, uma sociedade secreta. Assim, existiria um conjunto de regras impostas por seus membros, o qual detém algum poder para protegê-los de punições externas.

Apesar da prática rotineira de violência física, ela sozinha não mantinha a ordem no presídio. A expressão “manter a ordem” soa de forma genérica: procurava-se, na realidade, evitar o pior, como chacinas e rebeliões. Estatisticamente, os guardas viviam em desvantagem: nos relatórios oficiais, eram comuns reclamações sobre a falta de funcionários.

Segundo o Livro de Ocorrência das Galerias³¹ do IPCM, em janeiro de 1972, havia apenas um guarda para cada galeria, sendo três galerias, enquanto no confere geral constavam 888 internos. Em outro documento³² do ano seguinte, o chefe da segurança pede com urgência o envio de novas fechaduras e cadeados para a 2ª

²⁶ Fundo/Coleção: PolPol; Assunto: Madame Satã / Setor: Secreto; Notação 66.

²⁷ Estelionato: obter, para si ou para outro, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

²⁸ Lenocínio é uma prática criminosa que consiste em explorar, estimular ou facilitar a prostituição sob qualquer forma, ou aspecto, havendo ou não mediação direta, ou intuito de lucro.

²⁹ Esbulho possessório é a retirada violenta do legítimo possuidor de um imóvel; residencial, rural ou comercial.

³⁰ Texto analisa o nazismo e grupos extremistas a partir do conceito de seita.

³¹ Arquivo Nacional-Fundo/Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Ocorrência das Galerias-Notação: 105.

³² Arquivo Nacional-Fundo/Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Ocorrência das Galerias-Notação: 253.

galeria A, bem como reparo nos ferrolhos dos diversos cubículos, que se achavam sem nenhuma segurança.

Para dificultar a situação descrita, ainda existiam as turmas de trabalho e o sistema de “colono livre”. Nesse sistema, era permitido que alguns presos de “bom comportamento”³³ construíssem suas próprias casas e vivessem fora do presídio. Segundo Leopoldo, só a força não era suficiente; a maneira de se manter vivo era ter informação, ou seja, possuir informantes por toda parte e obter conhecimento de tudo o que acontecia, dentro e fora dos muros. Era essencial conhecer os planos de rebelião e fuga, quais presos andavam armados, que tipo de armas ou quem tinha as drogas.

Praticamente é porque você trabalha com preso, entendeu? E quando você trabalha, você tem que saber de tudo, porque se você não tiver informação você não consegue nada, entendeu? E eu procurei, procurava sempre trabalhar com informação, tanto que até hoje, é..., o que eu falo *pra* vocês aqui é porque eu vivi. (Entrevista: 15/4/2011)

Durante alguns anos, Leopoldo tomou conta das turmas de trabalho mais perigosas da Ilha, a turma da estrada e da lenha. Trabalho pesado e cansativo fisicamente, reservado para os sujeitos de mau comportamento, não sendo incomum, acidentes “fatais”³⁴ durante o expediente. Era um guarda para uma média de vinte presos que carregavam pás pesadas, serrotes e outras ferramentas perigosas.

Leopoldo conta que certa vez, alguns presos da turma da lenha criaram um plano de fuga. Sequestrariam o guarda, enquanto outros internos dariam “um jeito” em dois vigilantes da estrada. O plano só não se realizou graças a um informante, que contou a tempo de chamar reforços. Ser um informante (“X9”), ou ser visto como um, tinha o seu risco; alguns ficavam marcados e não duravam muito na cadeia. Uma troca perigosa, mas também um artifício que poderia ser usado para manipular as dinâmicas e plantar a discórdia entre os detentos.

³³ Existem divergências sobre quando foi criado o programa do colono livre. Segundo a maioria das entrevistas, ele teria sido implantado em um contexto de crise e falta de recursos durante a década de 60. Era permitido ao preso de bom comportamento construir sua própria casa fora do presídio, cultivar sua horta e “dar o seu jeito” de sobreviver. Com o surgimento do Comando Vermelho, o requisito do bom comportamento passou a ser negociado, sendo comum os líderes da organização morarem no lado externo da penitenciária.

³⁴ Eram trabalhos fisicamente árduos e perigosos, que envolviam carregar peso, transferir materiais pesados como pedregulhos e troncos de árvore. Há relatos de inúmeras mortes durante as turmas, de desgaste físico extremo a acidentes de trabalho por falta de segurança.

Em 1989, em uma manchete no jornal *O Dia* intitulada "Detento apela para não morrer", Jorge Evangelista Pereira, conhecido como *Jorge da 14*, um dos líderes da Falange Vermelha em Ilha Grande, acusa em carta a direção do presídio e o então chefe da vigilância (Sr. Leopoldo). Destinada a diversas autoridades, a carta afirmava que ambos espalharam o boato de que ele seria o alcaguete que denunciara a existência de um túnel de fuga, descoberto pelos guardas no início do mês, "(...) *gerando grande revolta entre a massa carcerária, que não perdoa alcaguete e os mata na calada da noite*"³⁵. Essa não foi a única denúncia encontrada. Entre as próprias cartas interceptadas, inúmeros presos reclamam de funcionários que inventaram informações para criar intrigas entre os detentos.

As informações mais importantes para os guardas eram as relacionadas ao Comando Vermelho. Nesta época, década de 80 e 90, a carta era uma forma comum de comunicação da organização. Por elas, as lideranças enviavam as ordens, faziam diversos tipos de pedidos, informavam o que acontecia dentro e fora dos muros do presídio. Tratava-se de uma fonte preciosa de informação, que comunicava quais eram as novas lideranças, quando as drogas chegavam, quais os desentendimentos internos, os planos do grupo, entre outras notícias consideradas úteis.

Um ponto importante é a discussão sobre a legalidade da interceptação dessas cartas, já que a maioria dos documentos foi obtida depois do dia 3 de agosto de 1988³⁶, data em que foi votado, na Assembleia Constituinte de 1887/88, o conteúdo da nova Constituição Federal referente ao tema da censura. Nele lê-se "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença"³⁷.

Em entrevista, foi questionado como foram recolhidas as cartas. Leopoldo afirma que algumas cartas foram interceptadas antes de chegar ao destinatário, enquanto outras já tinham sido entregues e retornado, estando apenas guardadas ou escondidas. Eram descobertas em revistas aos cubículos e recolhidas.

³⁵ Trecho da reportagem do jornal *O Dia* de 1989.

³⁶ Nesse dia é comemorado o fim da censura no Brasil.

³⁷ Capítulo I "Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", título II "Direitos e Garantias Fundamentais", inciso IX do Artigo 5º.

Em uma carta denúncia não datada, a liderança do Comando narra um episódio violento envolvendo Sr. Leopoldo e outros Policiais Militares que invadiram as dependências do presídio após a festa do Dia das Mães para fazer uma revista nos cubículos e “(...) iniciaram a prática de atos de vandalismo selvagem com espancamentos, depredações, pilhagem e agressões a ponta de faca que culminou com ferimento pérfuro contundentes nos internos (...)”³⁸. Sete presos saíram gravemente feridos.

Segundo a carta, a “(...) forma como agiram [os guardas] lembrava bem o que Hitler fez com os judeus nos guetos de Varsóvia. Os desmandos e as cenas de força e terror predominavam sem razão que justificassem”³⁹. Esse tipo de ocorrência, segundo os documentos, não era incomum. Obter informação, como mostra o relato, nem sempre era uma troca *pacífica* e *vantajosa* entre um guarda e um preso. Por vezes era tirada a força através de gritos e torturas.

1.3. Inventário

Nesse tópico, descrevemos o material interceptado, mostrando quantos documentos foram obtidos, onde e quando foram escritos, quem eram seus destinatários e quais os seus conteúdos. Ademais, procura-se esclarecer critérios de classificação e quais dados foram possíveis de serem produzidos.

³⁸ Carta denúncia não datada, direcionada às autoridades, à imprensa, à igreja e ao povo do Estado do Rio de Janeiro.

³⁹ Ibidem

1.3.1 Primeira classificação

Após ser transferido para o Batalhão Florestal, Leopoldo guardou os documentos do Comando Vermelho, bem como outros materiais relacionados ao presídio. Quando Prado teve acesso às cartas, elas já estavam guardadas em pastas etiquetadas, separadas por assunto. Diversos registros foram encontrados, como cartas e bilhetes escritos à mão, recortes de jornal, desenhos, declarações oficiais do presídio e do Comando Vermelho.

Dessa forma, temos a primeira classificação dos documentos, por ordem cronológica e assunto. São elas: abaixo assinado dos detentos CV, cartas CV, correspondência expedida dos detentos para Bagulhão, correspondência dos detentos para mídia e autoridades, correspondência recebida pelos detentos, declarações, jornal e cartas expedidas.

Tabela 01 - A primeira classificação dos documentos doados por Leopoldo

LEGENDAS	DOCUMENTOS
Abaixo assinado dos detentos CV	5
Cartas CV	3
Correspondência expedida dos detentos para <i>Bagulhão</i> (Rogério Lemgruber)	16
Correspondência dos detentos para mídia e autoridades	42
Correspondência recebida pelos detentos	16
Declarações	26
Jornal	2
Cartas expedidas	84
TOTAL	194

Fonte: A autora, 2018.

Em *Abaixo assinado dos detentos CV* (Figura1), temos algumas folhas soltas de caderno pautado com a assinatura dos membros da organização. As folhas não estão datadas, nem anexas a outros documentos. Sobre as assinaturas, notamos que alguns membros assinam com seus nomes civis, acrescidos ou não de seus apelidos, enquanto outros usam apenas apelidos. No entanto, não importa qual a forma escolhida, a maioria das assinaturas é acompanhada da sigla “CV”.

Através de outros documentos, percebemos também que, com o passar do tempo, os integrantes passaram a incluir na assinatura o seu morro de origem. Sam CV torna-se Sam do Caraté CV, em referência à favela do Karatê na Cidade de Deus; Daniel Paraíba CV vira Daniel Paraíba do Parque União CV, em alusão ao morro do

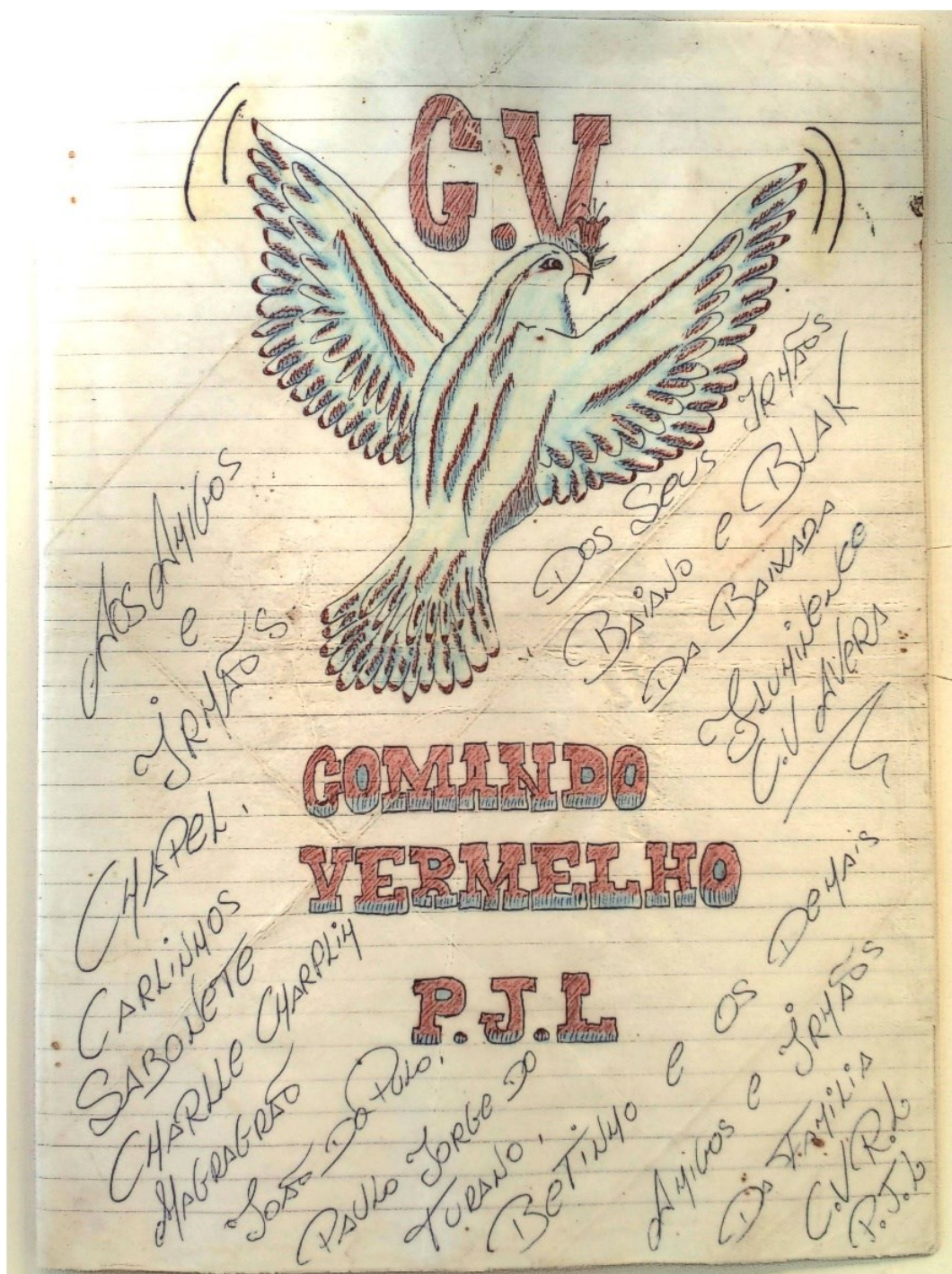
Complexo da Maré, na Zona norte do Rio de Janeiro; e Chiquito CV, por vezes, vira Chiquito da Providência CV.

Figura 1 - Página de caderno avulsa assinada por integrantes do Comando Vermelho— Imagem digitalizada, documento sem data

ZUZINHO DO CAQUEIRO CV	
Paulo Roberto dos Reis - CV	
Wany Augusto de Aguiar CV	
Wander Leon Silveira Sampaio - Português CV	
RAFINHO CV	
Homero Cezeredo da Cruz Filho CV	
João Claudio Guimarães CV	
João Francisco Machado CV	
Isel Maria da Costa Silva CV	
Geraldo da 3ª CV	
Alcides da 3ª CV	
Chapão CV 3ª	
IRMAO VICENTE CV	
Paulo São Paulo CV	
Reo da 3ª CV	
CHICO CV	
marica CV	
Alfonso, Português CV	
SIA CV	
APALCM CV	
CELSO COSTA CV	
para do Engenho CV	
CASCO TARDE CV	
HELINHO DE CAXIM CV	
VLADIMIR CV	
JUNIOR CV	
MARCAO CV	
Chapu CV	
Carlos Canton CV	
Dentinho CV	
Sergio CV	

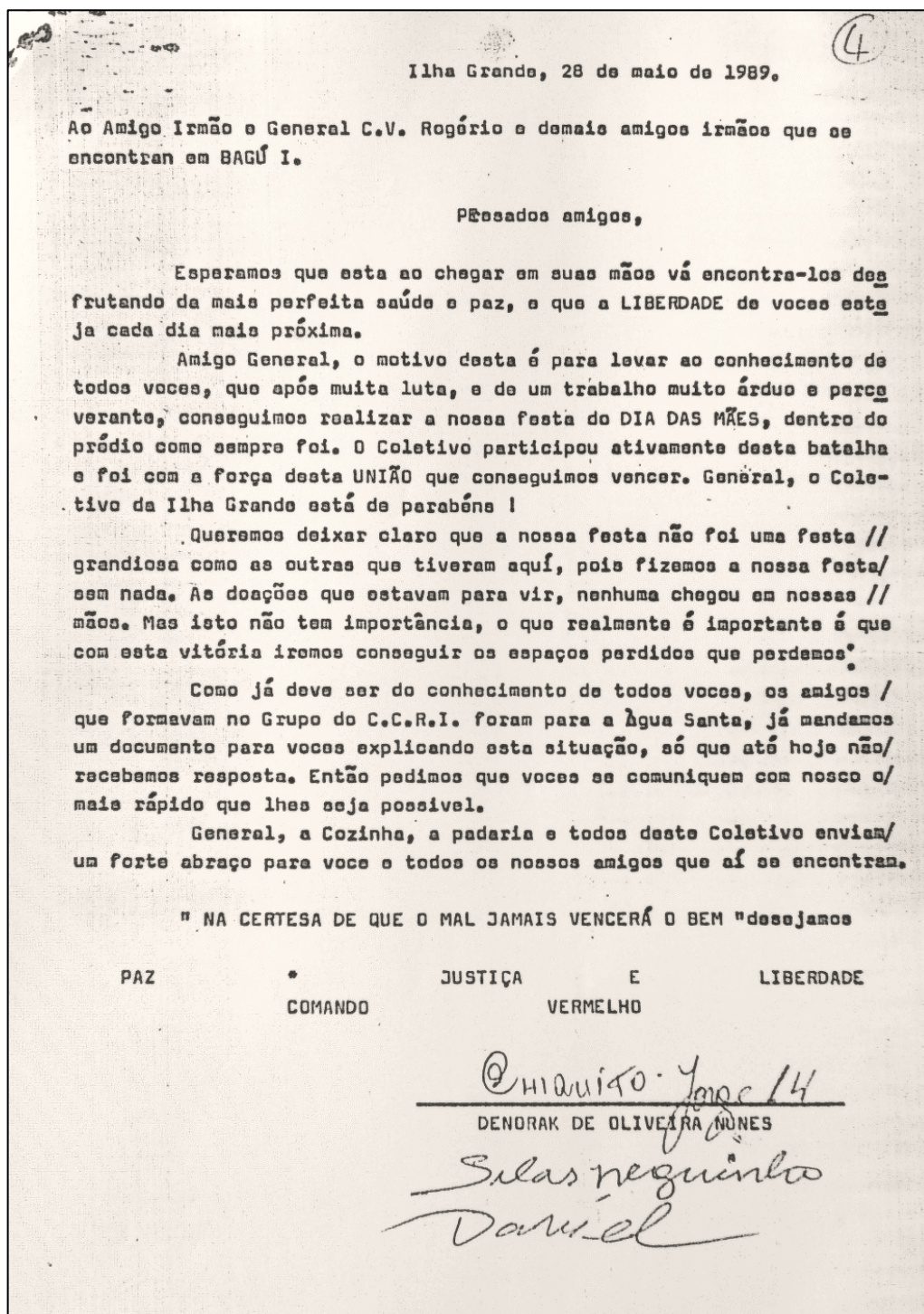
Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 2 - Página de caderno com desenho e assinaturas dos membros do Comando Vermelho- Imagem fotografada de documento sem data



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 3 - Carta da liderança regional do Comando Vermelho para o líder Rogério Lemgruber. Imagem digitalizada (Ilha Grande, 28 de maio de 1989)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Na categoria *Cartas CV*, temos dois bilhetes escritos à mão e um desenho não datado para diversos membros da “família CV”. O desenho (Figura 2), de uma pomba branca segurando uma flor vermelha com a sigla C.V.R.L.P.J.L. (Comando Vermelho Rogério Lemgruber – Paz, Justiça e Liberdade), faz alusão a um dos lemas do Comando Vermelho e ao líder mais famoso da organização, Rogério Lemgruber, conhecido como Bagulhão.

Na divisão *Correspondência expedida dos detentos para Bagulhão* (Figura3), temos as cartas enviadas pelas lideranças regionais a Rogério Lemgruber durante sua estadia em Bangu I. Lemgruber foi encaminhado para o presídio de segurança máxima depois de ser recapturado em julho de 1985, após sua fuga da Ilha Grande em abril do mesmo ano.

As cartas escritas para o Bagulhão circulavam por diversos presídios. Geralmente eram enviadas ao Setor B da Penitenciária Milton Moreira Dias, para o coletivo CV da Liga de Esporte Milton Moreira (LEMM), que as encaminhava, por meio de um portador de confiança, para o presídio de Bangu I. O portador costuma ser o irmão de Rogério, Sebastião Lemgruber, conhecido como o Tiguel. Algumas dessas cartas chegavam à Ilha Grande e, eventualmente, eram apreendidas em revistas.

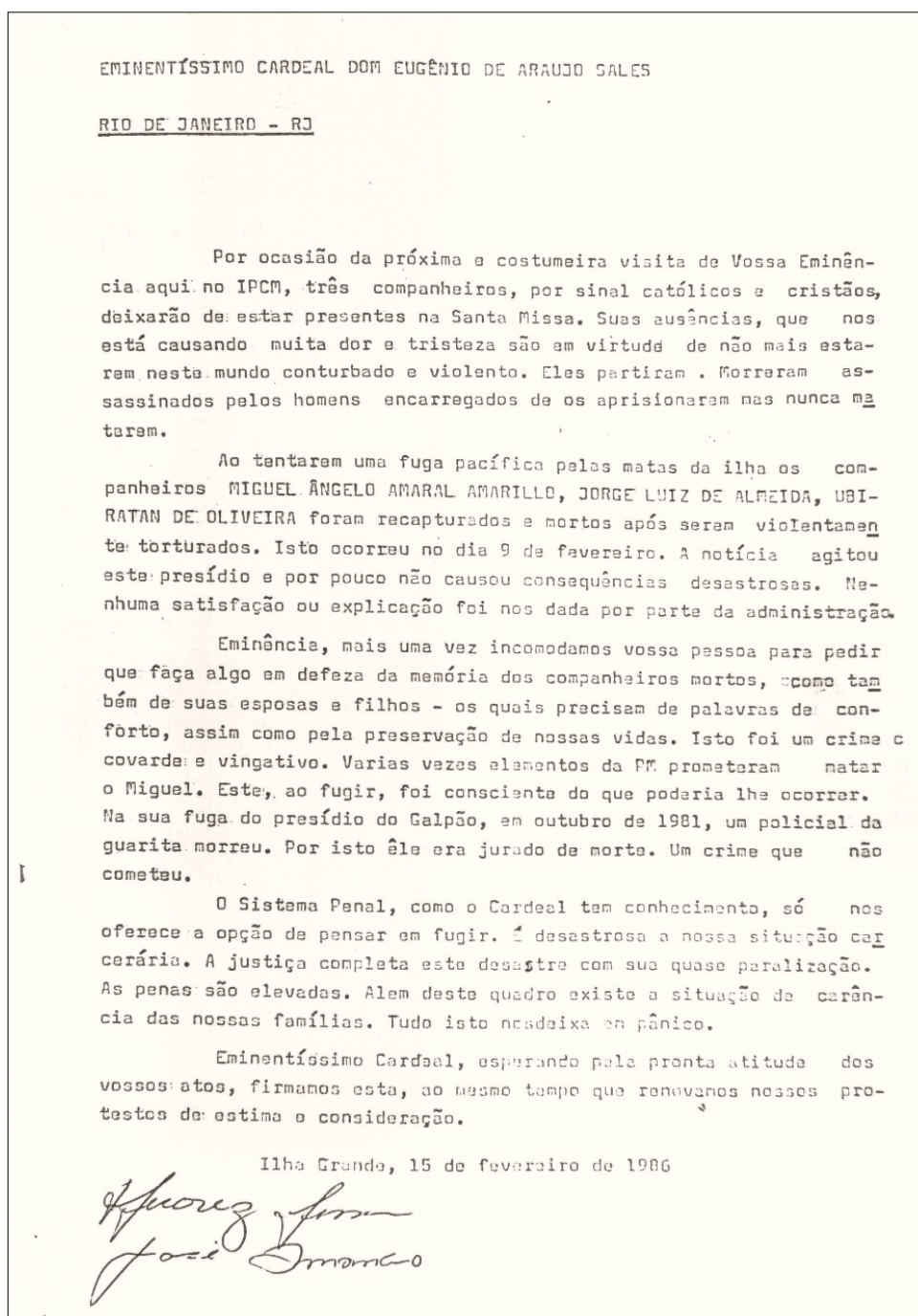
O objetivo dessas correspondências era informar ao chefe sobre os problemas do grupo, como a relação com a administração, as trocas de diretores e os atritos com os funcionários. Além de informações sobre a dinâmica do presídio, como, por exemplo, se os portões estão fechados, as galerias trancadas, a quantidade de banhos de sol, as dificuldades de comunicação, o número de colonos livres, entre outros assuntos que serão trabalhados nos próximos capítulos.

Na série *Correspondência dos detentos para mídia e autoridades*, temos, em sua grande maioria, cartas-denúncia sobre a violação dos direitos humanos no IPCM. Apesar de alguns dos documentos não serem datados, é possível fazer um balanço dos principais destinatários. As denúncias eram efetuadas, no geral, a quatro tipos de destinatários: imprensa, igreja, autoridades e sociedade civil.

As cartas à imprensa eram, sobretudo, de queixas enviadas a jornais. Das três cartas dessa categoria, duas são para a imprensa “escrita / falada / televisionada” e continham denúncias de tortura. O terceiro documento é uma carta de 18 de setembro de 1988, enviada para o *Show da Xuxa*, programa infantil apresentado pela atriz Maria da Graça Xuxa Meneghel. Na carta, o Comando Vermelho convida a apresentadora para a comemoração do dia das crianças no IPCM “(...) é fato que

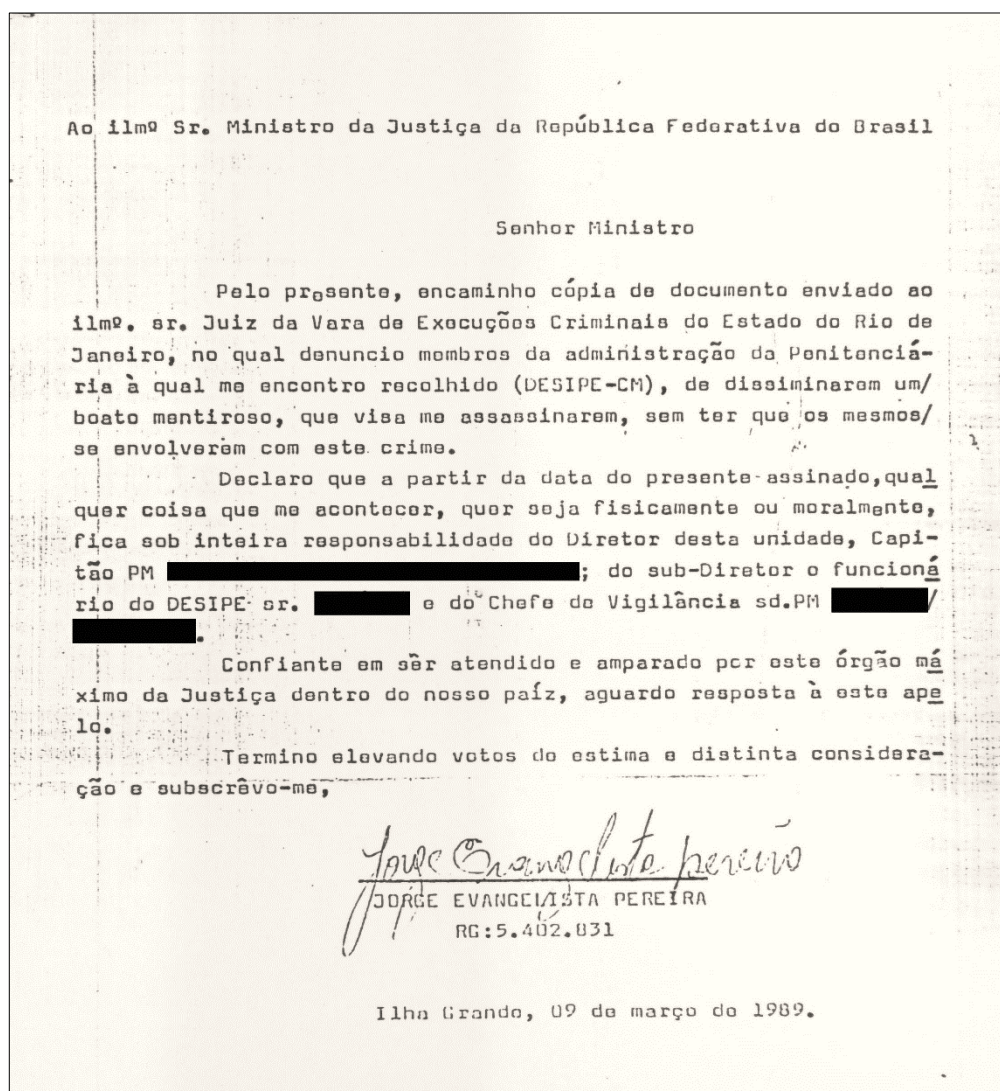
nossas famílias não tem o talvez nunca terão a oportunidade de irem até o seu programa para deleite de nossas crianças e assim fazerem um sonho delas se tornar-se realidade”.

Figura 4 - Carta dos detentos para o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 15 de fevereiro de 1986)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 5 - Carta dos detentos para o Ministro da Justiça - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 9 de março de 1989)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Das cinco cartas destinadas à igreja, quatro⁴⁰ eram dirigidas ao cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (Figura 4). Nascido em Acari no Rio Grande do Norte, Eugênio Sales foi ordenado bispo aos 33 anos, em Natal. Em 1968, tornou-se arcebispo de Salvador e, em 1971, arcebispo do Rio de Janeiro. O cardeal tinha uma imagem pública contraditória. Por um lado, foi um conservador anticomunista que

⁴⁰ Uma das cartas é destinada à Madre Provincial Maria Emília, de quem não se obteve informação a respeito.

defendia os princípios tradicionais da igreja católica e apoiou a criação do Partido da Frente Liberal (PFL), um dos principais partidos de direita da época.

Por outro, foi chamado de “bispo vermelho” pelo trabalho com detentos e refugiados do regime militar. Atuou na Pastoral Carcerária, que fazia missas e prestava assistência jurídica e psicológica aos presos. Além de abrigar mais de quatro mil pessoas perseguidas pelos regimes militares do cone sul entre 1976 e 1982 (CNBB, 2010; G1, 2012; O GLOBO; AGÊNCIAS ESTADO, 2012).

O religioso ia ao IPCM regularmente, sobretudo para celebrar a missa de Natal⁴¹. Em uma carta de 15 de fevereiro de 1986, os presos informam a morte de três companheiros *“por sinal católicos e cristãos [que] deixaram de estar presente na santa missa”*, depois de serem *“(...) assassinados pelos homens encarregados de os aprisionarem, mas nunca matarem”*. Eles pedem a Dom Eugênio para fazer *“(...) algo em defeza [sic] da memória dos companheiros mortos, como também de suas esposas e filhos – os quais precisam de palavras de conforto”*.

Leopoldo relata que muitos guardas viam padres e freiras com desconfiança. Como os religiosos não eram revistados, poderiam contrabandear objetos e cartas. Alguns (supostamente) trabalhavam como mensageiros na organização criminosa, trazendo ordens de matança:

[...] aí o Padre X chegou e tal lá no diretor, queria que o diretor liberasse a cadeia *pra* fazer a missa pro cardeal. *Aí* o diretor veio me perguntar, ele *tava* novo lá *né...* os seguranças já me conheciam bem. Daí eu falei: de maneira nenhuma, libera não. Daí ele falou: como é que vai fazer a missa?! *Aí* eu falei: o cardeal não vem fazer a missa? A gente faz na galeria, dessa segunda galeria todo mundo assiste a missa, depois da outra missa a gente desce, só não podemos liberar, se liberar vai ter morte.
 - A... a... a... mas o padre *ta* lá igual a uma arara que quer!
 - Ele quer porque foi ele que trouxe a ordem *pra* matança (*caraca, tá* gravado aqui? hummm... já era), entendeu? Foi o tal que trouxe a ordem, ele trouxe a ordem. Daí eu falei não libera, não libera porque se liberar os presos... tu vai ter um banho de sangue *aí*. (Entrevista:15/04/2011)

Em relação às cartas-denúncia enviadas à sociedade civil: dezesseis foram destinadas a diferentes autoridades do Estado, três foram endereçadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma à Comitativa da Ordem dos Encarcerados e outra à Comissão de Defesa dos Direitos dos Presos.

⁴¹ Informação retirada de uma entrevista realizada em 15 de abril de 2011.

Além das denúncias, temos convites para festas no presídio e solicitações de revisão de pena. Essa documentação era enviada para o Ministério Público (Vara de Execuções Criminais do Estado do Rio de Janeiro), para promotores e ministros da Justiça (Figura 5). Também encontramos cartas destinadas ao governador Wellington Moreira Franco e ao Presidente da República.

Na seção “*Correspondências recebidas pelos detentos*”, temos cartas do Comando Vermelho de outras prisões para o coletivo de Ilha Grande. Os remetentes podem ser divididos em dois grupos: *Coletivo CV de Água Santa*, pertencente ao presídio Ary Franco, e *Coletivo CV LEMM*, da penitenciária Milton Dias Moreira. Ao contrário das cartas enviadas pelo Coletivo de Ilha Grande, esses documentos são escritos à mão e sem marcação de carimbo, apesar de manterem uma linguagem comum e as assinaturas dos integrantes ao final do texto.

Essas cartas tinham como objetivo manter os diferentes grupos informados sobre os acontecimentos da organização. Assim, as movimentações dos presos, ordens de soltura e transferência eram transmitidas. Nas cartas, encontramos descrições sobre a situação do presídio, disputas internas, julgamentos de membros, pedidos de reforços materiais e autorizações para algumas ações.

Em *Declarações*, temos documentos oficiais do IPCM relacionados ao Comando Vermelho. A maioria do material não é datada e encontra-se em mau estado, dificultando o entendimento do que foi escrito. Esse foi o único grupo não analisado, pois o foco da pesquisa são as cartas escritas pelos integrantes do Comando Vermelho.

Na categoria *Jornais*, temos dois recortes de jornal colados em uma folha branca, ambos retomando a denúncia (Figura 5) feita por Jorge Evangelista Pereira, o “*Jorge da 14*” ao Leopoldo.

Em *Cartas expedidas*, temos as cartas “oficiais” Comando Vermelho, o foco deste trabalho. Nas décadas de 80 e 90, a carta era um meio comum de comunicação da organização e, através dela, muitas ordens saíam do presídio. Diferente das cartas normais, as cartas oficiais respeitavam uma série de parâmetros estabelecidos pelo grupo. Elas tinham um cabeçalho próprio, uma saudação padrão, um linguajar peculiar, a exaltação do lema da organização, a assinatura da liderança e o carimbo do CCRI.

O CCRI ou *Clube Cultural Recreativo dos Internos*, era uma associação de presos que lutavam por melhores condições de vida na cadeia. Foi criado em vários

presídios, mas, em Ilha Grande, foi cooptado pelo Comando Vermelho nos anos 70. No IPCM, o clube administrava um espaço de lazer e organizava eventos, como festas, cultos religiosos e ligas de futebol.

A partir dessa associação, os membros do Comando Vermelho se organizaram administrativamente, ganhando influência e credibilidade dentro e fora do presídio. No CCRI, havia diversos cargos, como o de presidente, secretário, diretor de patrimônio e diretor de esportes. Os cargos eram ocupados pelas lideranças do Comando Vermelho. Essa liderança era responsável por negociar com a direção do IPCM os pedidos e reivindicações dos detentos e da organização (ISSA, 2015).

1.3.2. Segunda classificação

Para a produção de dados, foi feita uma nova classificação do material. Notamos que alguns arquivos estavam duplicados e alocados em lugares incorretos. As legendas, em geral, permaneceram, mas os arquivos foram redistribuídos em categorias preexistentes. Após a reorganização, os documentos foram divididos em dois grupos. No primeiro, temos as correspondências do coletivo CV de Ilha Grande expedidas pelo CCRI, isto é, cartas datadas e carimbadas. No segundo grupo, temos correspondências não datadas e/ou emitida pelo coletivo CV de outros presídios.

Tabela 02 - Segunda classificação dos documentos – Grupo 1, material contabilizado nas estatísticas

CARTAS DATADAS DO CV DE ILHA GRANDE	DOCUMENTOS
Cartas expedidas	80
Correspondência expedida dos detentos para Bagulhão	14
Correspondência dos detentos para mídia e autoridades	13
TOTAL	107

Fonte: A autora, 2018.

Tabela 03 - Segunda classificação dos documentos – Grupo 2, material não contabilizado nas estatísticas

CARTAS DO CV NÃO DATADAS OU DE OUTROS COLETIVOS	DOCUMENTOS
Declarações	26
Abaixo assinado dos detentos CV	6
Correspondência recebida pelos detentos	21
Outros	39
TOTAL	92

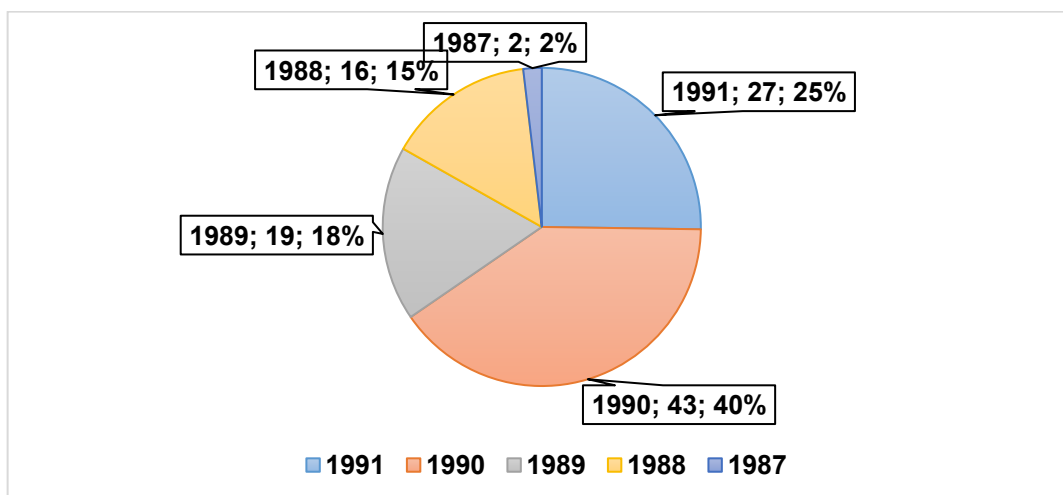
Fonte: A autora, 2018.

As cartas do grupo 1 (Tabela 02) são divididas em três subcategorias: a) *cartas expedidas*; b) *correspondência expedida dos detentos para Bagulhão* e; c) *correspondência dos detentos para mídia e autoridades*. E as cartas do grupo 2 (Tabela 03) são divididas em cinco subcategorias: a) *declarações*; b) *abaixo assinados dos detentos*; c) *correspondência recebida pelos detentos* e; d) *outros*, composto por documentos não datados e/ou que não se encaixaram nas classificações existentes. Para esta dissertação, focaremos apenas no primeiro grupo, inclusive para a análise de dados.

1.3.3. Análise de dados

Neste tópico, analisaremos a distribuição das cartas do Comando Vermelho (Grupo 1) por ano, assunto, destinatário e região. No gráfico 1, vemos que as correspondências interceptadas se concentram entre 1990 e 1991. Das 107 cartas analisadas, 43 (40%) foram emitidas em 1990, 27(25%) em 1991, 19(18%) em 1989, 16(15%) em 1988 e 2(2%) em 1987. Sendo, a carta-denúncia enviada ao juiz da vara de execuções criminais em 23 de dezembro de 1987; o documento mais antigo (anexo G); e o mais recente, a carta enviada em 22 de junho de 1991 para membros do Comando Vermelho do Bandeira 2, morro da zona norte do Rio.

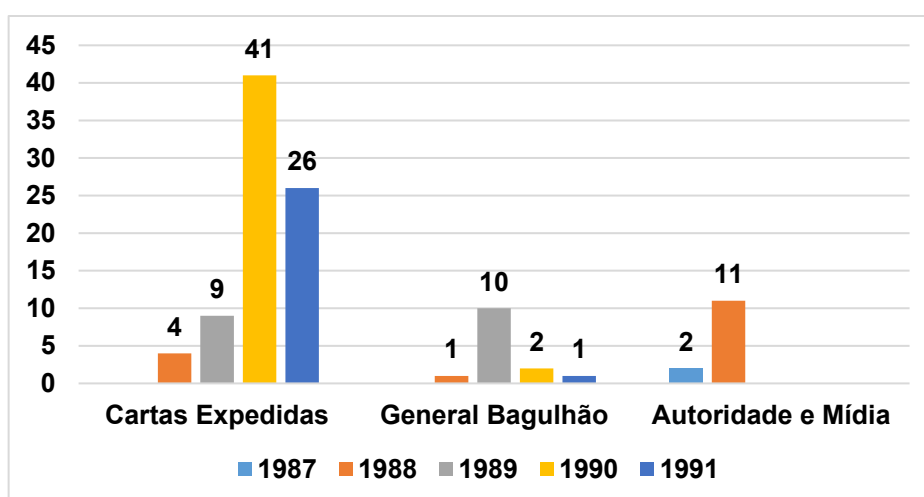
Gráfico 1 - Distribuição das cartas do Comando Vermelho por ano – Grupo1



Fonte: A autora, 2018.

Ao analisarmos o conteúdo dos documentos, notamos uma diferença na distribuição do tema de acordo com o ano (ver gráfico 2). As cartas para o general Bagulhão se concentram no ano de 1989 (10 de 14). As correspondências enviadas para as autoridades e a mídia concentraram-se em 1988 (11 de 13), enquanto as “cartas expedidas” em 1990 (41 de 80). Leopoldo também não apresentou nenhum motivo específico que explicasse a dissonância entre os anos.

Gráfico 2 - Distribuição das cartas do Comando Vermelho por ano e assunto – Grupo1



Fonte: A autora, 2018.

Segundo o ex-funcionário, ele escolheu guardar as cartas expedidas pelo CCRI com foco nas questões da organização e documentos que envolvem o seu nome. Isso

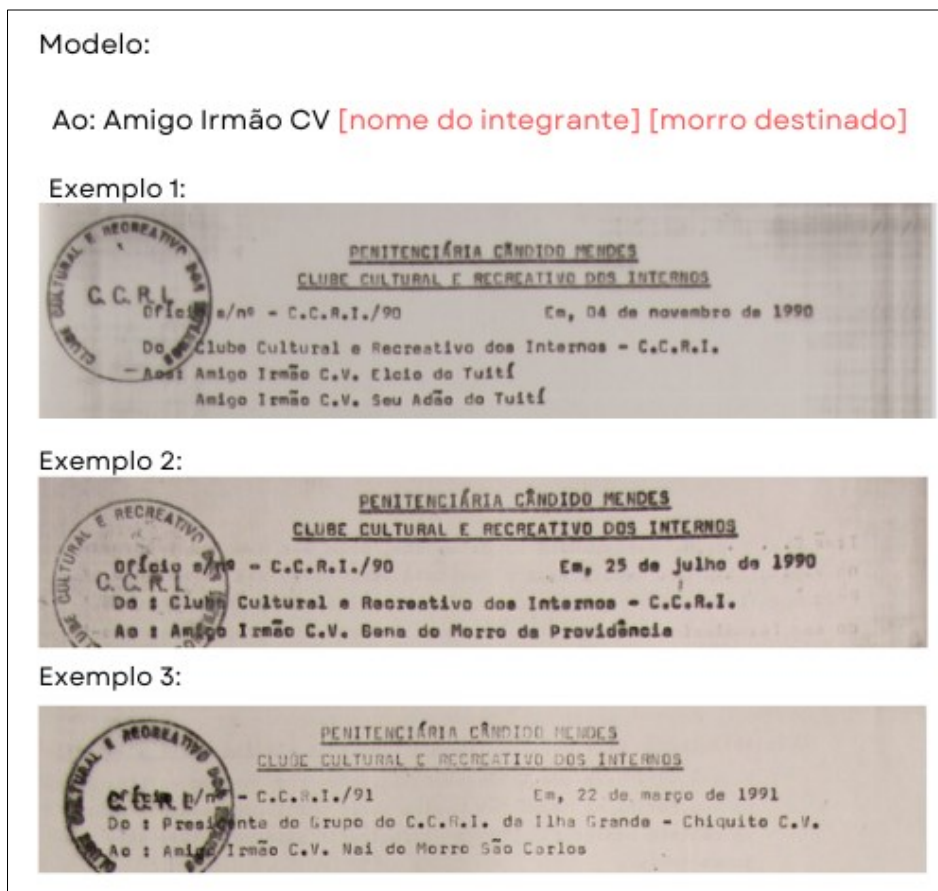
explica os recortes de jornais e processos administrativos. Nas entrevistas, Leopoldo demonstrou satisfação por ser insultado pelos presos nas cartas. Para ele, incomodar presos de alta periculosidade era orgulho, pois significava ser um policial que não foi comprado pelo crime organizado.

Em relação aos remetentes e destinatários, as cartas do grupo 1 são sempre expedidas pelo CCRI, mudando apenas os destinatários. Como já foi mencionado, as cartas enviadas a Rogério Lemgruber estão destinadas ao presídio de Bangu I. Das cartas enviadas à mídia e autoridades, três foram destinadas ao juiz de direito da vara de execuções criminais, três ao cardeal Don Eugênio Sales, uma ao presidente da OAB, uma à promotora de justiça Wanda Menezes Rocha, uma à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, uma à Ordem dos Encarcerados, uma ao governador Wellington Moreira Franco e uma ao programa da Xuxa e uma para a Secretaria de Estado e Justiça.

Um dado relevante é que o CCRI escreveu três cartas diferentes, com conteúdo parecido, para o cardeal Eugênio Sales no dia 8 de setembro de 1988. Isto pode indicar que os presos, sabendo da possibilidade de interceptação das cartas, enviavam várias cartas ao mesmo destinatário, na esperança de que alguma chegasse ao seu destino.

No que diz respeito às oitenta cartas expedidas pelo coletivo de Ilha Grande, todas elas foram destinadas a integrantes do Comando Vermelho. Dessas, sessenta e quatro foram enviadas para locais específicos e dezesseis foram direcionadas a algum membro da organização, sem qualquer indicação geográfica do local para o qual se destinavam. Em geral, as cartas com locais específicos seguiam o seguinte modelo:

Figura 6 - Modelo de cartas expedidas pelo CCRI para integrantes do Comando Vermelho- destinatários



Fonte: A autora, 2018.

No quadro 1, temos a distribuição geográfica das sessenta e quatro cartas do Comando Vermelho enviadas para diversas favelas do Rio de Janeiro. Os destinos foram divididos por regiões (zona norte, sul, centro e oeste), acrescidos da região da Baixada Fluminense para facilitar a análise. Entre as regiões, os morros foram divididos em dezessete locais, de acordo com a localização.

Essa subdivisão foi feita porque muitos morros são vizinhos, fazendo parte de um mesmo complexo ou região. Por exemplo, as cartas do Jacaré e da Bandeira 2 são enviadas para o mesmo local, o Complexo do Jacaré, na Região Norte, e as cartas do Morro do Gambá e do Morro do Barro Preto para o Complexo do Lins em Lins de Vasconcelos, também na Região Norte.

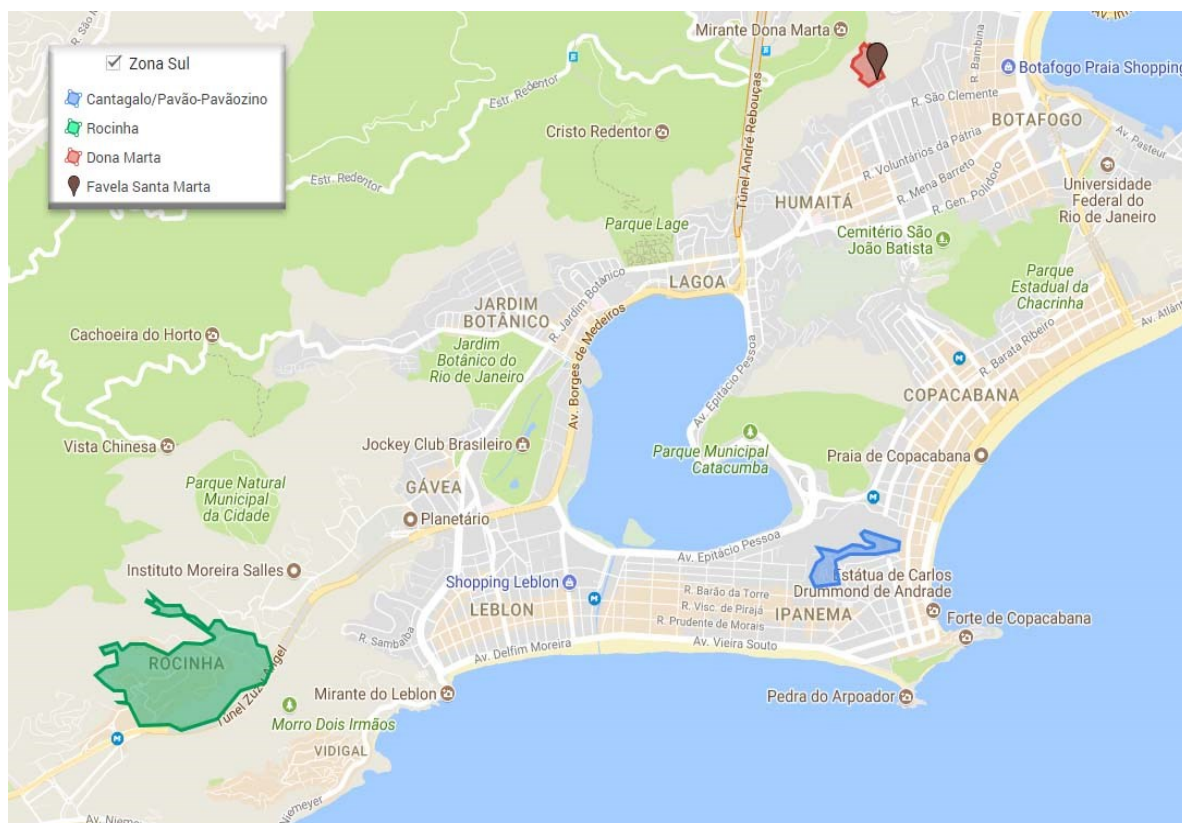
Quadro 1 - Distribuição geográfica das cartas expedidas pelo CCRI

RJ – Rio de Janeiro e Baixada Fluminense			
Zona Norte	Local 1	Complexo do Jacaré	13
		Jacaré (8) Bandeira 2 (5)	
	Local 2	Mangueira	2
	Local 3	Complexo da Maré	9
		Nova Holanda (5) Parque União (4)	
	Local 4	Complexo de Manguinhos	4
		Manguinhos (3) Varginha (1)	
	Local 5	Complexo do Lins	2
		Barro Preto (1) Gambá (1)	
	Local 6	Complexo da Cidade Alta	2
		Cidade Alta (2)	
	Local 7	Engenho da Rainha	1
Local 8	Borel	5	
Local 9	Morro de São João/Matriz	3	
	Morro de São João/Matriz (1) Morro do Sampaio (2)		
Soma			41
Centro	Local 10	Complexo de São Carlos	7
		São Carlos (7)	
	Local 11	Morro da Providência	1
	Local 12	Morro do Tuiuti	4
Soma			12
Zona Sul	Local 13	Rocinha	2
	Local 14	Morro Santa Marta	1
	Local 15	Cantagalo- Pavão- Pavãozinho	6
Soma			9
Zona Oeste	Local 16	Cidade de Deus	1
		Karatê (1)	
Soma			1
Baixada Fluminense	Local 17	Complexo de Caxias	1
Soma			1
TOTAL			64

Fonte: A autora, 2018.

A análise revela que 64% (41) das cartas se concentram na zona norte, seguida da região central (com doze cartas) da zona sul (nove cartas), com 19% e 14% respectivamente. Apesar de pouco contempladas, temos a zona oeste e a Baixada Fluminense com 1,5%, ou seja, uma carta cada enviada à *grandiosa família CV*.

Figura 7 - Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI na Zona Sul - RJ



Fonte: A autora, 2018.

Na zona sul, as cartas se concentram em três pontos (Figura 7): a Rocinha, a maior favela do país, que passou a ser considerada um bairro pela lei n.º 1.995 de 18 de junho de 1993 (IBGE, 2010); o Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, um conjunto de favelas situado na fronteira entre os bairros de Ipanema e Copacabana; e o morro Dona Marta, no bairro de Botafogo. Há uma confusão entre o nome da comunidade e o morro (acidente geográfico): o morro é chamado de Dona Marta e a favela, Santa Marta. Nas cartas, os integrantes do Comando Vermelho se referem a *Grande Família CV do Morro Santa Marta*.

Na região central temos três morros (Figura 8), o da Providência, São Carlos e Tuiuti. O Morro da Providência, a primeira favela do Brasil, está situado entre os

Manguinhos e a Favela de Varginha no Complexo de Manguinhos⁴⁴, próximo ao bairro de Bonsucesso; o Complexo do Lins⁴⁵, em Lins de Vasconcelos, que abriga o Morro do Barro Preto e do Gambá e o Morro de São João/Matriz, que abriga uma série de morros, entre eles o Morro do Sampaio.

Algumas cartas se destinam a um local, sem especificar a favela, como o Complexo do Jacaré⁴⁶, que faz limite com os bairros Manguinhos, Benfica, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Cachambi e Higienópolis. Das treze cartas enviadas para a localidade, cinco são direcionadas à Favela do Bandeira 2 e oito são destinadas genericamente para a “Grande Família CV do Jacaré”. As cartas enviadas ao Complexo da Cidade Alta⁴⁷ também são dirigidas de forma ampla à *Família CV da Cidade Alta*, sem especificar o morro a que se destina.

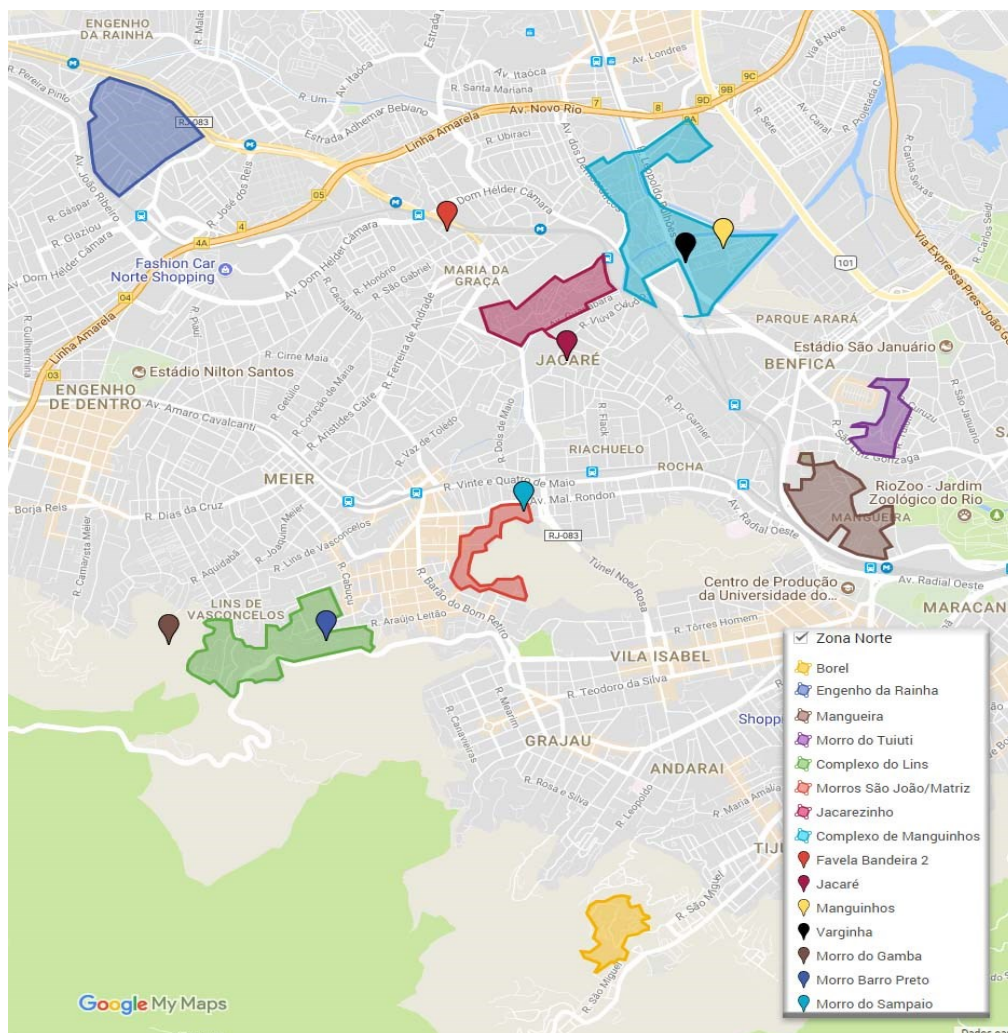
⁴⁴ Composto pelo Manguinhos, Mandela I, Mandela II, Arara, Embratel, Varginha, Ex-Combatentes, Amorim, São Pedro, Oswaldo Cruz, CCPL, Cobal e Preidinhos.

⁴⁵ Cachoeirinha, Cotia, Árvore Seca, Bacia, Encontro, Amor, Cachoeira Grande, Gambá, Barreira do Lins, Boca do Mato, Bairro Santo Therezinha, Barro Preto e Barro Vermelho, Camarista Méier e Morro do Céu.

⁴⁶ Composto pelas favelas do Jacarezinho, Rato-Molhado, Céu, Bandeira 2, Pica-Pau-Amarelo, Tancredo Neves, Xuxa e Marimba.

⁴⁷ Composto pelo Porto Velho (Pé Sujo), Beira Pica-Pau, Vista Mar, Favela Divinéia, Favela Avilã, Favela Serra Pelada, Favela Vila Cambuci, Ministro, 5 Bocas.

Figura 9 - Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI na Zona Norte/Centro - RJ



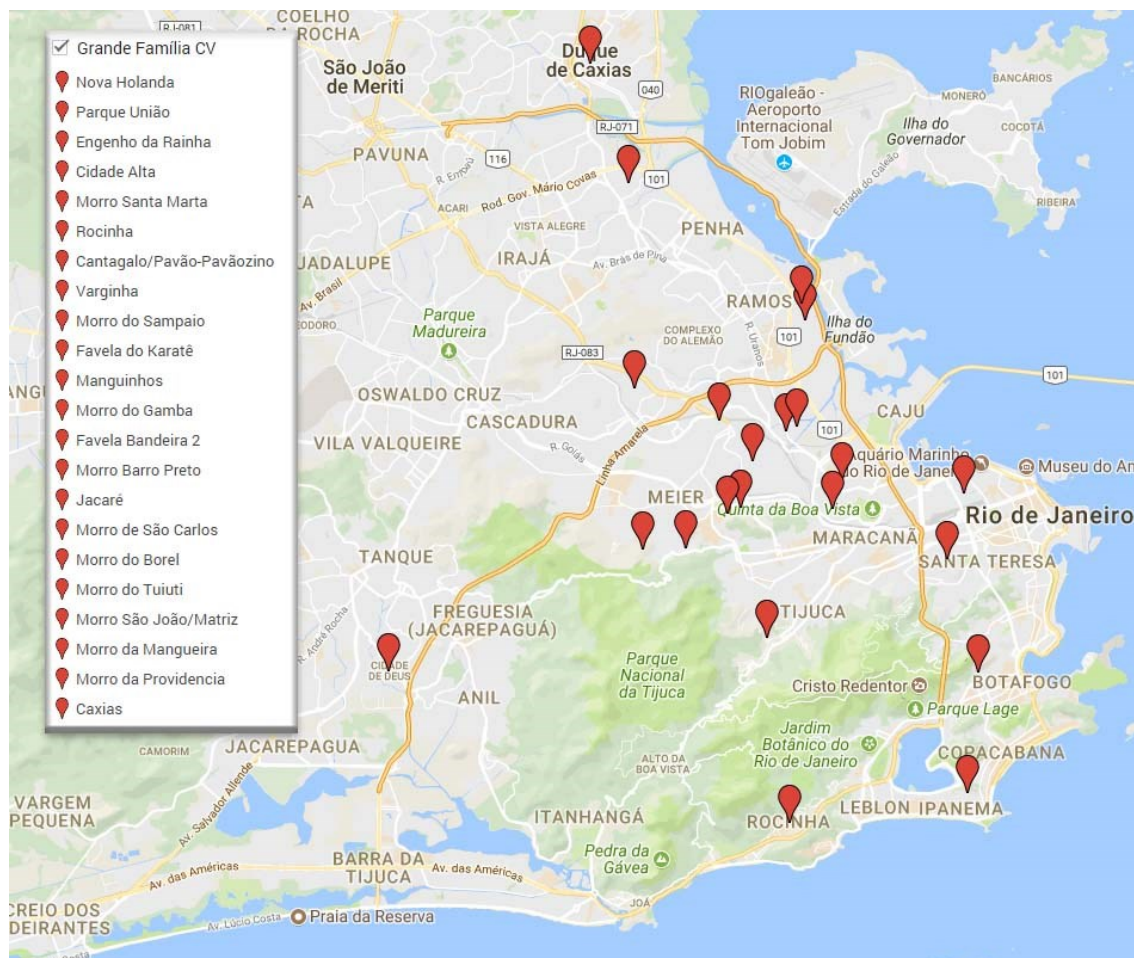
Fonte: A autora, 2018.

Figura 10 - Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI na Zona Norte



Fonte: A autora, 2018.

Figura 11 - Distribuição dos destinatários das cartas expedidas pelo CCRI no Rio de Janeiro



Fonte: A autora, 2018.

A zona Oeste e Baixada Fluminense, como já dito anteriormente, só têm um destinatário cada (Figura 11): o primeiro, na Favela do Karatê, no Bairro da Cidade de Deus, que faz limite com os bairros de Jacarepaguá, Gardênia Azul, Freguesia e Taquara, e o segundo, destinado de forma genérica à Família CV de Duque de Caxias. Vale ressaltar que os morros assinalados não são os únicos ocupados pelo Comando Vermelho.

2. ONDE, QUANDO E QUEM?

Este capítulo visa fornecer uma visão mais aprofundada dos elementos geográficos, históricos, políticos e sociais que moldaram as instituições penais da Ilha Grande, bem como as organizações criminosas que surgiram nesse contexto. Ao compreendermos os "onde", "quando" e "quem" dessas histórias, estaremos mais preparados para explorar a dinâmica e os desafios nos capítulos seguintes. Para tanto, dividi o conteúdo em quatro subtópicos:

No primeiro subtópico, "2.1. Onde? Um Breve Histórico das Instituições Penais da Ilha Grande". Em seguida, em "2.2 Formação da Falange Vermelha", abordamos o contexto histórico da Ditadura Militar e da Lei de Segurança Nacional, destacando a formação da Falange Vermelha, mais tarde denominada Comando Vermelho. Na terceira seção, "2.3 Quando? De Brizola a Moreira Franco", apresentamos o período de abertura democrática, destacando a introdução dos direitos humanos no sistema prisional durante o governo de Brizola e a violência no governo de Moreira Franco. No quarto subtópico "2.4 Quem? Duas Gerações do Comando Vermelho", analisaremos as principais características de cada geração e as transformações que ocorreram entre elas.

2.1. Onde? Histórico das Instituições Penais da Ilha Grande

A Ilha Grande, ao longo de sua história, abrigou diversas instituições penais localizadas na Vila do Abraão e em Dois Rios. A Vila do Abraão, a principal vila da ilha, tinha um papel central no embarque e desembarque de pessoas e mercadorias do continente, vindos de Angra e Mangaratiba. Enquanto isso, a Vila de Dois Rios, isolada e de difícil acesso por via marítima, se estabelecia como uma área mais reservada da ilha (Figura 12).

A criação dessas instituições foi motivada pela promulgação do Código Penal de 1890, que determinava que a pena de prisão com trabalho seria cumprida em penitenciárias agrícolas destinadas a esse fim, ou em presídios militares⁴⁸. Naquele período, acreditava-se que o trabalho dignificava o homem, principalmente quando

⁴⁸ Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal, Livro: Título V; Art.48.

relacionado à agricultura, e poderia ser uma forma de recuperar o desviante. O novo código também reprimia severamente a vadiagem e a contravenção, determinando que contraventores reincidentes deveriam cumprir pena trabalhando em colônias penais em ilhas marítimas.

Figura 12 - Mapa da Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ



Fonte: Blog CulturailhaBela⁴⁹

No entanto, não havia colônias penais adequadas para cumprir as disposições legais. Em 1989, o governo brasileiro criou a Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR) como resposta a essa demanda (Tabela 4). Diferentemente das outras casas correcionais da época, essa nova instituição tinha como objetivo reabilitar especificamente pequenos infratores acusados de vadiagem. Na prática, funcionava como um tipo de filtro social, removendo das ruas do continente "bêbados", "vadios" e "prostitutas" considerados indesejáveis (SANTOS, 2009, p. 99).

Na tabela a seguir, temos as instituições penais que passaram pela Ilha Grande. A tabela foi criada por Santos (2009) e completada por mim durante a pesquisa.

⁴⁹ <http://culturailhabela.blogspot.com.br>

Tabela 4 - Instituições Carcerárias da Ilha Grande (1884-1994)

VILA DE DOIS RIOS		VILA DO ABRAÃO
1884		Lazareto da Ilha Grande (1884-1942)
1894	Colônia Correccional Dois Rios (CCDR) (1894-1896/1903-1955)	
1938	Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (1938-1941)	
1941	Colônia Penal Cândido Mendes 1941-1942	
1942	Colônia Agrícola do Distrito Federal* (1942-1962)	Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM) 1942-1962
1960	Transferência do Distrito Federal para Brasília Rio de Janeiro torna-se o Estado da Guanabara. Os presídios da Ilha Grande passam para as mãos do Estado da Guanabara.	
1961 ⁵⁰	Colônia Agrícola do Estado da Guanabara (CAEG) 1961-1966	
1963		Desativação da CPCM (Decreto Nº103 de 21 de dezembro de 1963)
1966 ⁵¹	Penitenciária Correccional Cândido Mendes (PCCM) 1966-1969	
1970 ⁵²	Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) 1970-1982	
1982 ⁵³	Penitenciária Cândido Mendes (PCM) ⁵⁴ 1982-1994	
* Antiga Colônia Agrícola de Fernando de Noronha (1938-1942)		

Fonte: Santos; Issa, 2018.

⁵⁰ CAEG. APERJ - Fundo/ Coleção: Presídios da Ilha/Boletim de Serviço; Notação: 059.

⁵¹ PCCM. APERJ - Fundo/ Coleção: Presídios da Ilha/Boletim de Serviço; Notação: 058.

⁵² IPCM. APERJ - Fundo/ Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Ocorrência das Galerias; Notação: 202.

⁵³ CPCM. APERJ - Fundo/ Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Ocorrência das Galerias; Notação: 015.

⁵⁴ No início da década de 80, o presídio da Ilha Grande mudou seu nome para Penitenciária Cândido Mendes (PCM). Durante a pesquisa não foi encontrado nenhum decreto ou documento que justificasse a mudança de nome. A partir da análise dos documentos da APERJ, acredita-se que a troca tenha ocorrido em 1982.

Após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder por meio do golpe de 1930, diversos opositores políticos⁵⁵ do regime foram enviados para a Colônia de Dois Rios sem o devido processo ou julgamento. Assim, esse estabelecimento passou a abrigar, simultaneamente, contraventores, presos comuns e presos políticos. A presença dos presos políticos em Dois Rios expôs as barbaridades ocorridas na instituição, gerando grande repercussão midiática. O escritor Graciliano Ramos é um exemplo marcante, pois sua experiência na colônia correcional inspirou a famosa obra "Memórias do Cárcere"⁵⁶, publicada postumamente em 1953.

Em 1937, uma série de obras foi iniciada na Ilha Grande. Nesse contexto, construiu-se um novo estabelecimento em Dois Rios, a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (PADF). Como resultado, a Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR) foi transferida para as dependências do antigo lazareto⁵⁷, passando a ser denominada Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM).

Durante a Segunda Guerra Mundial, devido ao acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, o presidente Getúlio Vargas autorizou a criação de uma base militar aliada em Fernando de Noronha. Como resultado, o presídio de segurança máxima de Fernando de Noronha foi transferido para a vila de Dois Rios. Durante esse período, houve um convívio entre presos comuns e políticos, até a abertura democrática em 1945.

Os presos políticos desfrutavam de um ambiente político mais favorável, o que lhes proporcionava maior liberdade, autonomia de ação e de movimentação no presídio. O governo brasileiro, alinhado aos países democráticos do pós-guerra, acreditava que esses presos seriam soltos em breve. Um exemplo dessa liberdade foi o caso do Dr. Oswaldo Riffel França, enviado a Dois Rios devido à sua atuação no

⁵⁵ Os opositores de Vargas eram compostos tanto por comunistas como por constitucionalistas e integralistas.

⁵⁶ Apesar de breve, enviado em 11/6/1936 e transferido poucos dias depois, em 29/6/1936, sua passagem gerou grande impacto na visão do presídio de Dois Rios.

⁵⁷ O lazareto da Ilha Grande, construído em 1886, foi criado para prevenir a propagação de doenças por embarcações do continente. Sua localização estratégica permitia o controle epidemiológico, uma vez que era isolado e tinha espaço para estruturas de vigilância para os enfermos. No entanto, a partir de 1913, com os avanços nas técnicas de controle epidêmico e a melhoria dos portos, o lazareto ficou obsoleto e suas instalações foram gradualmente desativadas. Alguns anos depois, ele foi reaproveitado para abrigar a Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM).

partido integralista. Ele era formado em medicina e exerceu sua profissão na penitenciária durante o período em que ainda estava preso.

Na teoria, a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF), o novo presídio de segurança máxima, deveria abrigar os presos de alta periculosidade e os “subversivos”. Enquanto isso, a Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM), com uma infraestrutura mais limitada, destinava-se a presos menos perigosos e com bom comportamento, cumprindo a última parte de suas penas. Na prática, havia uma mistura de presos e penas nos dois locais.

Apesar da abertura democrática, a violência e a censura continuaram a fazer parte do cotidiano da instituição. Nesta época, alguns diretores eram aconselhados a proibir jornalistas nas instalações para dificultar denúncias. Num telegrama de 1958, o diretor do presídio Renato Pedroso de Moraes, acusado de vários casos de corrupção, foi orientado a impedir a entrada de um grupo de jornalistas da TV Tupi que pretendia fazer uma reportagem sobre as condições do presídio.

URGENTE - JUSCOLÔNIA

ILHA GRANDE - RJ

1.9.58 RESPOSTA RADIOGRAMA 2116 DE HOJE SOBRE PERMISSÃO REPORTAGEM TELEVISÃO TUPI VG COMUNICO SENHOR MINISTRO VG OUVIDO RESPEITO VG INFORMOU NÃO TER AUTORIZADO VIAGEM REPORTER ET QUE JULGA INCONVENIENTE TELEVISIONAMENTO FACE PRONUNCIAMENTO CONTRÁRIO ORDEM DOS ADVOGADOS BRASIL VG FUNDADO SENTIMENTOS HUMANOS QUE NÃO DEVEM DESAMPARAR DESGRAÇADOS PRESIDÁRIOS PT FIM EVITAR NOVO PROTESTO DAQUELE ORGÃO REPRESENTATIVO CLASSE ADVOGADOS TELEVISIONAMENTO NÃO PODERÁ SER FEITO PT CORDS SAUDS

BENTO QUEIROZ BARROS JUNIOR

CHEFE GABINETE ⁵⁸

Mesmo quando as equipes de jornalismo tinham a permissão para embarcar na Ilha Grande, o processo era dificultado pela direção da instituição. Em 1959, Bento Queiroz, chefe de gabinete, notificou ao diretor Renato Pedroso que o ministro da justiça autorizou os jornalistas da TV Manchete a visitarem o presídio para fins de reportagem. Porém, o mesmo afirma “(...) *NÃO SER NECESSARIO PROVIDENCIAR*

⁵⁸Arquivo Nacional: Secom/ Sub.Série: Org.e Adm das Inst. Penit.; Lugar: CPCM - Ano: 58 - Processo: 34.253 - Caixa: 6.925.

*TRANSPORTE PT EVITAR AO MAXIMO REPORTAGEM FOTOGRAFICA VG
IMPEDINDO-A CASO CONSIDERE PREJUDICIAL PT CDS SDS*⁵⁹

Além, da censura e isolamento, havia a diferença dos castigos de acordo com o crime cometido. Os boletins de ocorrência de 1954, selecionados, mostram as diferenças nas punições. O primeiro reporte, temos um caso de agressão e porte de arma; o segundo, um de embriaguez e porte de arma; e o terceiro, de ociosidade.

(07/1/54)

(...) Na parte em que o chefe da S.A.C. comunica que o sentenciado nº6612 OSWALDO OLIVEIRA, pertencente a sub-seção *cosinha* ao chegar ao rancho, tentou agredir seu companheiro de nº 6311 CELIO SILVEIRA BARROS, intervindo o guarda, que tomou das mãos do sentenciado acima um pedaço de ferro, e além de não querer acatar as ordens do guarda, rebelou-se contra o mesmo com uma cabeçada. O Senhor diretor proferiu o seguinte despacho: determino ao senhor chefe S.A.C. que aplique 15 dias de cela escura, ao presidiário faltoso, na conformidade de portaria ministerial. Publique-se em 7 de janeiro de 1954 João Goulart Coimbra, Diretor CADF (...)

(24/02/54)

(...) Na parte em que o chefe da S.A.C. comunica que o sentenciado nº6122 MARIO WALDOMIRO DOS SANTOS, dia 22 do corrente, apresentava visíveis sinais de haver ingerido bebida alcoólica, tendo sido encaminhado ao S.S. ficou constatado haver o mesmo ingerido; ao ser recolhido a cela foi encontrado em seu poder, uma faca pequena. O Senhor diretor proferiu o seguinte despacho: determino ao senhor chefe S.A.C. que aplique 10 dias de cela escura, ao presidiário faltoso, na conformidade de portaria ministerial. Publique-se em 23 de fevereiro de 1954 João Goulart Coimbra, Diretor CADF (...)

(24/03/54)

(...) Na parte em que o chefe da S.A.C. comunica, que hoje pela manhã, após a distribuição das turmas, o sentenciado de nº 6549 OSMAR LINO MACHADO, encontrava-se dispensado, digo, formado na fila dos dispensados pelos médico, sem ter a devida autorização, interpelado a respeito disse que ali formava por conta própria. O Senhor diretor proferiu o seguinte despacho: determino ao senhor chefe S.A.C. que aplique 15 dias de cela escura, ao presidiário faltoso, na conformidade de portaria ministerial. Publique-se em 24 de março de 1954 João Goulart Coimbra, Diretor CADF (...)⁶⁰

As punições da Ilha Grande variavam dependendo da direção do presídio e dos guardas responsáveis. Isso criava situações nas quais uma agressão grave entre detentos poderia ser punida da mesma forma que um prisioneiro ocioso que se fingia doente para evitar o trabalho. A arbitrariedade, a punição desproporcional e a falta de

⁵⁹ Arquivo Nacional: Secom/ Sub.Série: Org.e Adm das Inst. Penit. ;Lugar:CPCM - Ano: 59 - Processo: 21.874 - Caixa: 7.242.

⁶⁰ APERJ: Fundo/ Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Boletim de Serviço; Notação: 123.

consequências legais para abusos de poder são elementos relevantes na história dessas instituições penais.

A partir de 1960, após a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF) passou a ser denominada Colônia Agrícola do Estado da Guanabara (CAEG), e ambas as instalações (CAEG e CPCM) passaram a ser administradas pelo governo estadual. Essa transferência reduziu os investimentos destinados aos estabelecimentos, o que resultou na deterioração da infraestrutura de ambos. Devido às condições insalubres, a CPCM transferiu todos os presos para outras unidades e desativada pelo Decreto Nº103, em 21 de dezembro de 1963. A propriedade foi transferida para o Estado da Guanabara, que ficou responsável pela distribuição dos bens do estabelecimento penal, sob a supervisão da Superintendência do Sistema Penitenciário.

Ato do secretário - Designando Joel Ferreira Dias, Paulo Américo Cezar Cunha, Ene Jorge e Milton Pereira de Souza, para , em comissão , sobre a presidência do primeiro, procederem no prazo de 30 dias, ao levantamento dos imóveis, moveis e semoventes que abrangem a totalidade do acervo da Colônia Penal cândido Mendes, providenciando a distribuição daqueles bens aos demais estabelecimentos e serviços prisionais do Estado, bem como o aproveitamento da verba orçamentária atribuída àquele presídio para o exercício de 1963.⁶¹

A falta de recursos e a queda na qualidade do estabelecimento foram reclamações recorrentes nas entrevistas. Seu Júlio, ex-detento que chegou ao presídio da Ilha Grande em 1958, relata nas entrevistas as mudanças causadas pela transferência.

[...] aqui virou Estado e o Estado não tinha verba para manter aqui a cadeia, então faltou comida *pra* nós, roupa, faltou tudo. Porque *nós tinha* [sic] tudo com excesso para usar, vender e dar... sendo que é o seguinte, quando veio para Guanabara, *aí* faltou tudo também entendeu? *Aí* veio um diretor maluco para cá, que era do exército que era [...] o Mendonça que era militar... viu que a cadeia não tinha alimentação então não podia soltar os presos... aí ele pegou e criou o colono livre. O pessoal que quisesse sair *pra* fora [sic] de bom comportamento, quisesse sair, então fazia uma casa aí, da noite pro dia, ou morava de baixo da pedra (risos), ou se acampava, dormia debaixo de uma árvore [...] nós saíamos para fora [sic] para fazer plantação para se manter e mandar alguma coisa para o pessoal que não tinha nada lá dentro. (Entrevista: 24/2/2011)

⁶¹ Correio do amanhã, quarta-feira, 9 de dezembro de 1962.

Apesar de não haver um consenso quanto à data exata da criação do sistema conhecido como "Colono Livre"⁶², percebe-se, através de entrevistas, que esse era um recurso bastante utilizado em períodos de escassez e fome na prisão. Segundo Jurema, assistente social que trabalhou no presídio nos anos 80, a corrupção generalizada era a principal causa da falta de alimentos. Era comum que os guardas subtraíssem a comida antes de ser armazenada na despensa, selecionando os melhores itens para si próprios.

Os funcionários mais corruptos roubavam até os objetos trazidos pelos familiares dos presos. Essa prática contribuía significativamente para a falta de comida enfrentada pelos detentos. Jurema relata que os presos costumavam fotografar os guardas que roubavam alimentos na despensa à noite, e, assim, entregavam as provas para que ela pudesse denunciar os casos. O furto de alimentos era tão comum que a chave da despensa era guardada pelos próprios presos.

Em 1966, o presídio foi rebatizado de Penitenciária Correccional Cândido Mendes (PCCM). Apesar da redução de recurso após a transferência para a administração estadual, não houve redução no número de efetivos, isso ocasionou problemas na infraestrutura devido à superlotação de detentos. Nas tabelas 5 e 6, podemos observar o aumento de internos entre 1951 e 1961.

Tabela 5 - Número de efetivos de presos em janeiro de 1951 – CADF

	03/01/51	30/01/51
Nas galerias	346	338
No isolamento	9	16
Na enfermaria	0	0
Residindo fora	1	1
*Residindo Fora	4	4
TOTAL	360	359
*Condenado pelo Extº T.S. Nacional		

Fonte: Arquivo Nacional⁶³

⁶² Como já explicado anteriormente, "Colono Livre" era uma permissão dada aos presos de "bom comportamento" que autorizava a criação de moradia fora dos muros do presídio. O critério do bom comportamento passa a ser relativizado com a chegada do Comando Vermelho, após inúmeros líderes considerados perigosos conseguirem autonomia como Colono Livre. "Escadinha" era um deles.

⁶³ Arquivo Nacional: SECOM/Subsérie: Org. e Adm. das Instituições Penitenciárias CADF - Processo:8979 - Caixa: 4024.

Tabela 6 - Número de efetivos de presos no ano de 1961 – CAEG

	1º dia do mês	Último dia
Janeiro	529	536
Fevereiro	536	583
Março	586	588
Abril	589	578
Maio	578	591
Junho	591	581
Julho	581	595 -2 foragidos
Agosto	593	592
Setembro	598	585
Outubro	585	601- 4 foragidos
Novembro	601- 4 foragidos	597
Dezembro	596	581

Fonte: APERJ⁶⁴

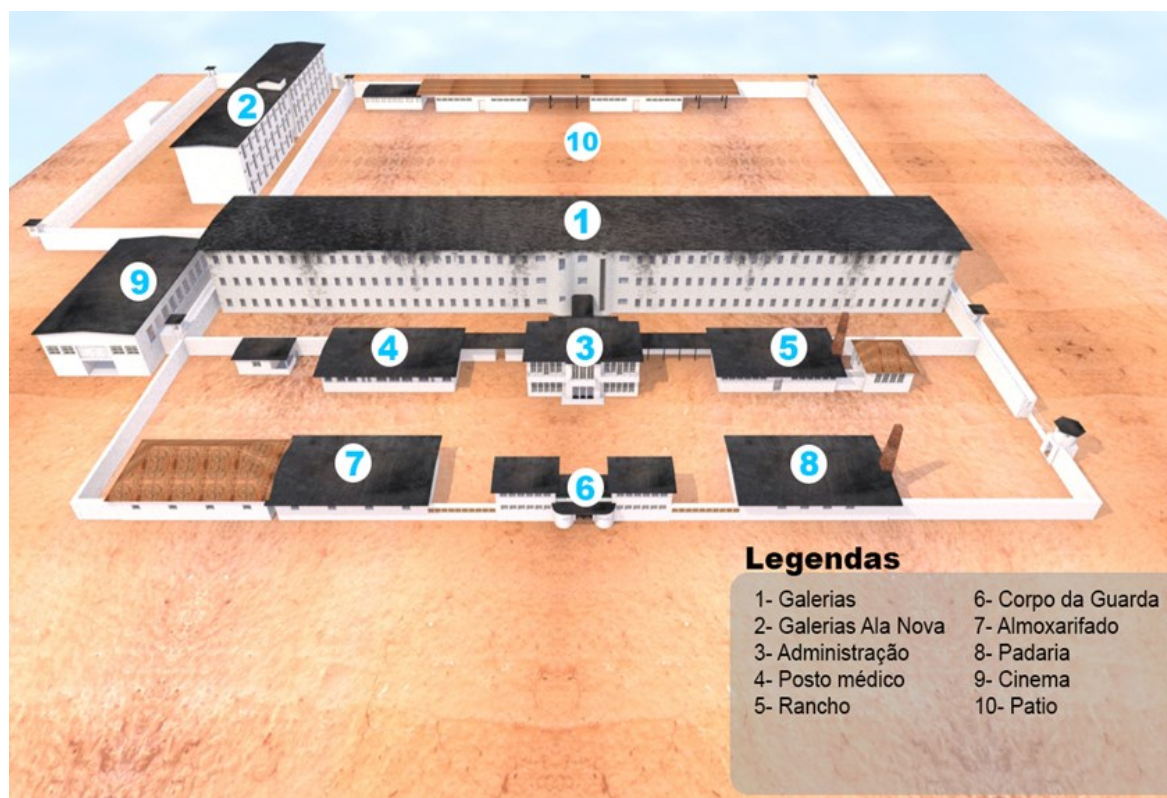
Durante a Ditadura Militar, com o crescimento da ala conservadora liderado por Costa e Silva, o número de prisões aumentou exponencialmente, chegando a 1002 internos em março de 1973 de acordo com os boletins de ocorrência⁶⁵. Para criar espaço, foi realizada uma reforma em 1970, resultando na construção de uma nova ala de galerias de três andares, conhecida como anexo. Após a conclusão das obras, o presídio passou a ser chamado de Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM).

Em 2014, uma maquete digital do presídio da Ilha Grande foi produzida sob encomenda para a pesquisa (Figura 13, 14 e 15). Abaixo, temos uma reconstrução da estrutura do Instituto Penal Cândido Mendes após a reforma de 1970, criada com o auxílio de depoimentos, fotos e registros.

⁶⁴ APERJ: Fundo/ Coleção: Presídios da Ilha/Boletim de Serviço - Notação: 008.

⁶⁵ APERJ: Fundo/ Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Ocorrência das Galerias; Notação: 253.

Figura 13 - Maquete Digital do IPCM com legenda



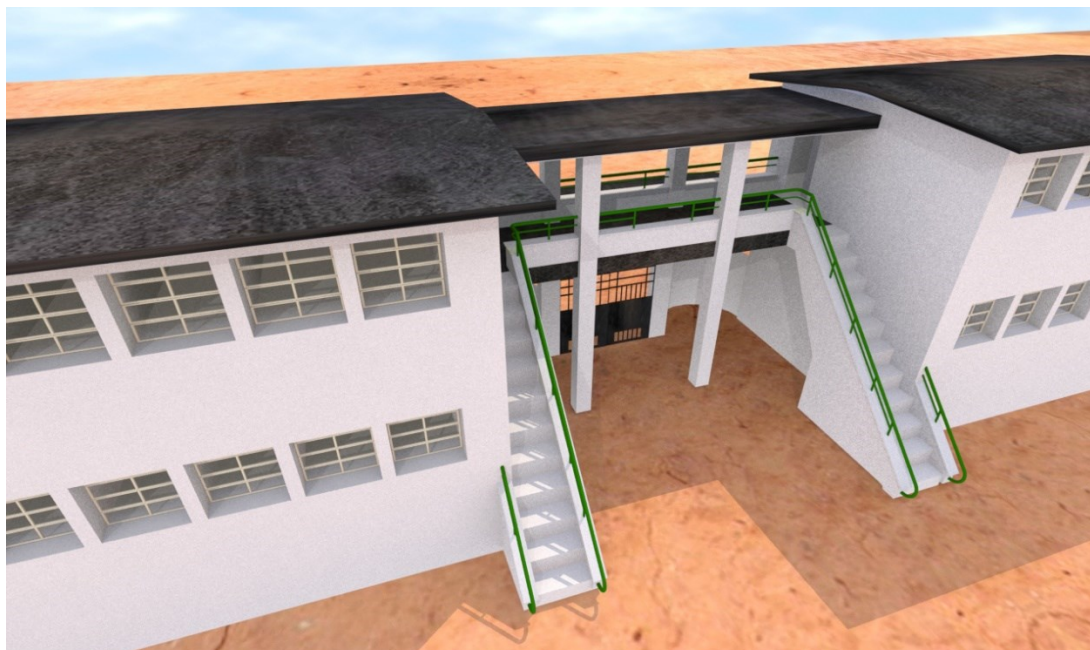
Fonte: Feita por Henrique Alves de Brito, pertence ao banco de dados da linha de pesquisa Memória e Violência na Ilha Grande

Figura 14 - Maquete Digital – Administração do IPCM



Fonte: Feita por Henrique Alves de Brito, pertence ao banco de dados da linha de pesquisa Memória e Violência na Ilha Grande

Figura 15 - Maquete Digital – Corpo da Guardado IPCM



Fonte: Feita por Henrique Alves de Brito, pertence ao banco de dados da linha de pesquisa Memória e Violência na Ilha Grande

A falta de investimentos adequados em infraestrutura e pessoal especializado não acompanhou o aumento no número de detentos. O livro de ocorrências das galerias do Instituto Penal Cândido Mendes de 1972 mostra, nos registros, o número reduzido de guardas em relação à quantidade de internos.

Em janeiro de 1972, constavam apenas 1 guarda para cada galeria, sendo três galerias. Em 19/03, consta 1ª galeria com 4 guardas, 2ª galeria com 2 guardas e a 3ª galeria com 1 guarda. Em 22/03 voltam a ser 2 guardas a 1ª galeria, e as outras duas permanecem. Em 30/03, constam na 1ª galeria 4 guardas, na 2ª galeria, 2 guardas e na 3ª galeria 2 guardas. (....) O confere geral constam 888 internos, com 80 subversivos e 1 em Angra dos Reis, em outro confere do mesmo ano constam 876 internos com 792 comuns e 84 subversivos. Em 24/01 constam o efetivo de 856 internos, sendo que o anterior era de 857, sendo que foi incluído 1 morto, 1 foragido e 78 subversivos. Em 6/03 constam 795 internos, sendo 720 comuns e 75 “am”. Em 03/03 são 845 internos, sendo 70 subversivos e 775 comuns. No dia 01/03 constam 845 internos, sendo 69 subversivos e 776 comuns no IPCM.⁶⁶

A superlotação e a falta de recursos, criaram um clima tenso e hostil entre os presos. A falta de soluções por parte da administração do presídio contribuiu para o clima de desconfiança e hostilidade entre os internos. Como resultado, várias facções

⁶⁶ APERJ - Fundo/Coleção: Presídios da Ilha/Livro de Ocorrência das Galerias - Notação: 105.

criminosas surgiram cometendo roubos, homicídios e estupro. Nas celas, prevalecia a lei do mais forte e o princípio de "cada um por si e Deus por todos".

2.2 A formação da Falange Vermelha

A criação da Falange Vermelha está ligada ao contexto histórico do sistema prisional brasileiro durante a Ditadura Militar. A Lei de Segurança Nacional, aliada à superlotação, à falta de recursos e à violência no presídio da Ilha Grande, propiciaram o surgimento dessa organização criminosa.

Os assaltantes de banco comuns, ao conviverem com os presos políticos, aprenderam a se organizar e adotaram medidas para garantir melhores condições de vida e segurança dentro da prisão. A partir de então, se consolidou a primeira organização criminosa do país, com impactos significativos na história do sistema prisional e da segurança pública no Brasil.

Neste tópico, abordaremos a Lei de Segurança Nacional de 1969, o impacto da convivência entre presos comuns e políticos e o processo de criação da Falange Vermelha. Essas informações são relevantes para uma compreensão mais aprofundada do Comando Vermelho, especialmente porque muitos detalhes sobre a Falange Vermelha são inéditos, não constando em documentos oficiais, sendo obtidos por meio de diversos depoimentos.

Durante a Ditadura Militar, o governo impôs um regime autoritário e centralizador. Diante do aumento da oposição em 1968, evidenciado pela Passeata dos Cem Mil, houve um recrudescimento da repressão, conhecido como Anos de Chumbo. Nesse contexto, o AI-5 suspendeu o habeas corpus, e a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi reformulada para punir quem é contrário ao regime.

A LSN tinha como objetivo reprimir os "subversivos", inibir sua organização e ação efetiva contra o governo. Por meio do Decreto-Lei nº 898, essa legislação determinou penas mais severas para crimes como assalto a banco, aumentando a sentença de um máximo de seis anos para prisão perpétua e até mesmo para pena de morte.

Art.27. Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de credito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação [grifo meu]: Pena: reclusão, de 10 a 24 anos. Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte: Pena: prisão perpétua em grau mínimo, e morte, em grau máximo.
(Decreto-Lei N°898, de setembro de 1969)

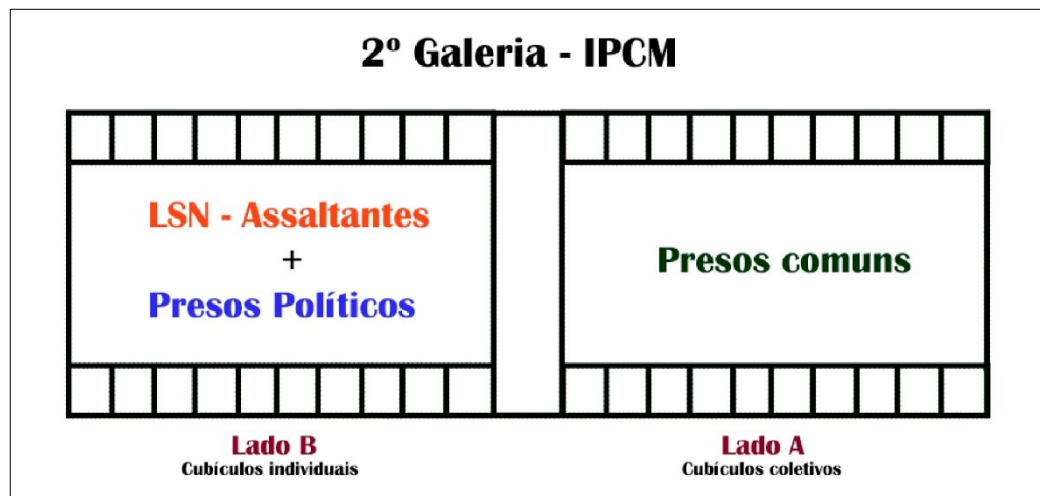
O artigo 27 do Decreto-Lei n° 898 estipulou que assaltar, roubar, depredar estabelecimentos de crédito ou financiamento, independentemente da motivação, caracterizava-se como um crime contra o Estado. Isso resultou na inclusão tanto de militantes de esquerda, que buscavam angariar recursos para suas organizações, quanto de grupos de presos comuns, dentro do mesmo enquadramento legal. Consequentemente, esses diferentes grupos de presos foram confinados juntos no Presídio da Ilha Grande.

É relevante ressaltar que a LSN não fazia distinção entre presos políticos e presos comuns, uma vez que o Estado afirmava não reconhecer a existência de presos políticos no país. Essa abordagem tinha como intuito dificultar a organização e a articulação desses indivíduos contra o regime. Portanto, o Estado não tinha interesse em separar os presos, resultando na coexistência desses grupos no mesmo ambiente carcerário.

Assim, com a implementação da LSN, o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) passou a abrigar três grupos distintos de presos: os denominados "subversivos" ou presos políticos, composto por pessoas que se opunham ao governo militar; os assaltantes de banco, conhecidos como LSN ou grupo do "fundão"; e os presos comuns, que constituíam a maioria da população carcerária da prisão.

No momento inicial, os presos políticos e os assaltantes de banco foram alojados juntos na 2ª galeria B do IPCM, afastados dos presos comuns. Na figura 16, temos a primeira distribuição de presos.

Figura 16 - Desenho da 2ª galeria do IPCM - a primeira configuração dos presos



Fonte: A autora, 2018.

Esse período, início da década de 70, foi marcado pelo aumento da repressão e da tortura. A violência e a arbitrariedade eram generalizadas, com os presos sendo castigados, espancados e colocados na solitária por longos períodos, segundo a vontade dos guardas. A seguir, apresentamos um trecho de uma denúncia de violência feita à central da Polícia Militar.

(...) que ao ser transferido para o Instituto Penal Cândido Mendes, mais conhecido no mundo inteiro como Ilha Grande, pensou que o clima de terror e repressão havia terminado, no entanto, o clima de terror continuou, quando são colocados na solitária por motivos fúteis, sem a possibilidade de defesa; que no dia 17 de janeiro desse ano, o companheiro ZAMITH CAETANO DA SILVA, foi barbaramente espancado pelo chefe de segurança do presídio, guarda XXXXXXXX XXXXXXXX, juntamente com os guardas que estavam de serviço com o inspetor XXXXXXXXXX; (...) ⁶⁷

Alípio de Freitas, fundador do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e da Ação Popular (AP), foi enviado para cumprir pena no Instituto Penal Cândido Mendes em 1970. Em um trecho do livro *Resistir é preciso* (1981), Alípio conta como foi sua chegada na Ilha Grande e o seu atrito com o diretor da época, o Capitão da PM Sebastião Cezar Calheiros.

Assim que cheguei à sua presença, fui logo informado pelo próprio Capitão Calheiros que, dada a minha periculosidade, iria ficar isolado numa cela. Argumentei que isso era ilegal e abusivo, pois se tratava de uma pena adicional, que ademais, ele não tinha autoridade de me impor. Como talvez, não esperasse a minha resposta, e muito menos o seu estado-maior, quase

⁶⁷ RJ (PE-CODI) e Quartel Central da PM Auditoria; Apelação: 39.154 – Vol:1 – Pág: 319-320 - Ano 1970.

se enfureceu e, do alto de sua arbitrariedade, sentenciou que ali, no presídio, a lei, o juiz e a autoridade eram ele e só ele, e que, por isso, eu iria ficar isolado pelo tempo que achasse conveniente. Repeti-lhe ser isso irregular e um abuso e que comunicaria ao juiz auditor a arbitrariedade.

– Leve-o daqui – quase gritou para o guarda que me lavara à sua presença – Leve-o logo e bote-o numa das celas lá do fundo da galeria. (Freitas, Alípio de, 1981, pp. 108)

O Capitão Calheiros, juntamente com seus sucessores, enfrentou uma série de denúncias relacionadas a abuso de poder e tortura. Os documentos da auditoria do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) continham diversas acusações que não foram devidamente tratadas. A administração do presídio na Ilha Grande procurava criar um ambiente de terror e ameaça, negando condições humanas básicas a que qualquer cidadão deveria ter direito. Os detentos passavam o dia todo em celas apertadas e eram diariamente ameaçados de espancamento pelos guardas.

O terror psicológico era intenso, levando alguns internos à loucura. Conforme as denúncias, o diretor da prisão mostrou-se insensível a um abaixo assinado dos detentos, ameaçando-os até mesmo com fuzilamento, sob o pretexto de uma suposta fuga. As torturas eram ocasionalmente realizadas na 2ª galeria para abalar psicologicamente os prisioneiros. Os espancamentos ocorriam nos corredores, de forma que os presos políticos das celas pudessem ouvir os gritos de dor dos demais detentos⁶⁸.

Em resposta a essas condições, os presos políticos organizaram-se para combater as injustiças e tornar a vida na prisão menos difícil. Alimentos, remédios e itens de higiene pessoal que chegavam por meio de visitas eram colocados em um fundo coletivo e compartilhados entre todos. Eles criaram uma farmácia e uma biblioteca improvisada com as doações. Um grupo de representantes foi selecionado para negociar com a administração da prisão, resultando na proibição do uso de drogas, jogos, furtos e roubos.

Quando Alípio de Freitas foi colocado na solitária, seus companheiros de causa responderam à direção com uma greve de fome. Sem alternativa, a direção reintegrou Alípio ao convívio com os demais detentos e, após inúmeras denúncias, o Capitão Calheiros foi afastado de seu cargo. Esse episódio marcou o início de muitas outras lutas que ocorreram na Ilha Grande.

⁶⁸ PR (PE – CODI) / RJ CENIMAR - Auditoria; Apelação: 38.495 – Vol:5 – Pág:1 924v/1925 - Ano 1969.

A relação entre presos políticos e detidos pela LSN era complexa e frágil. Por um lado, havia um sentimento de companheirismo e solidariedade entre os membros, com muitos presos da LSN participando de protestos e greves em busca de melhores condições. Por outro lado, os presos políticos pressionavam a administração penitenciária para separá-los dos demais, gerando ressentimentos entre os dois grupos. Enquanto para os presos políticos, a separação representava o reconhecimento de sua condição específica, para o “fundão”, essa separação era uma consequência do elitismo e da moralidade por parte dos presos políticos.

William da Silva Lima, um dos fundadores da Falange Vermelha e autor do livro “Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho” (1993), relata em uma de suas entrevistas concedida à pesquisa que a busca pelo isolamento romperia com uma tradição antiga das cadeias, na qual revolucionários e presos comuns compartilhavam o mesmo espaço, a mesma comida e o mesmo livro, evoluindo juntos. Em seu livro, ele ratifica essa visão:

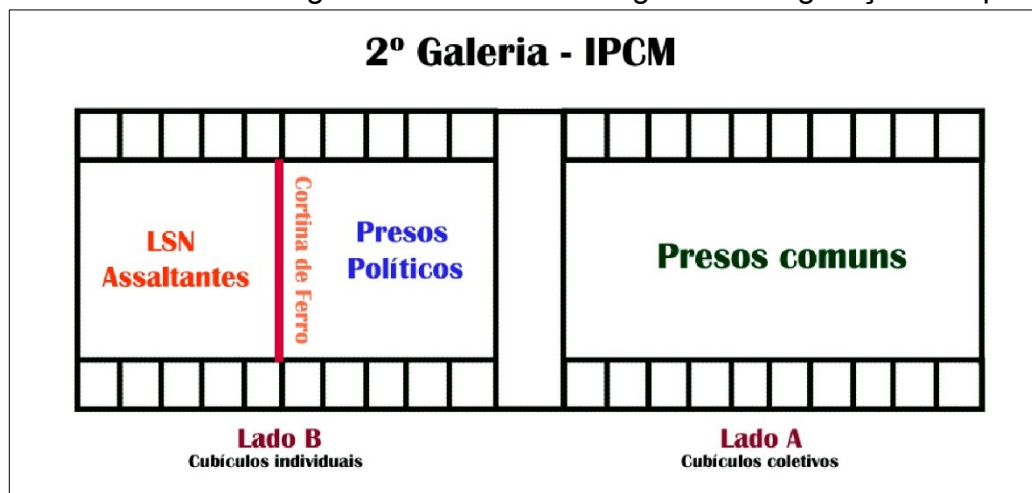
Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. O desejo de isolamento indicava, entre eles, a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distensão do regime. (Lima, William da Silva, 1993, p. 58)

A separação ocorreu em 1971, após o roubo do relógio de um preso político por um detento da LSN. Após o espancamento do ladrão pelos presos políticos, eles aproveitaram o incidente para negociar, buscando um status especial reconhecido pela Ditadura Militar. Pouco tempo depois, foi construído um muro, chamado “cortina de ferro”, que separava os presos políticos dos assaltantes de banco. Os presos da LSN passaram a ocupar um espaço no fundo da 2ª Galeria B, sendo apelidados de grupo do “fundão”. Na figura 17, temos o desenho da segunda distribuição de presos.

Após a separação, o grupo do “fundão” decidiu se organizar de forma independente. Em 1974, o novo coletivo já tinha um nome, Falange Vermelha, e havia criado uma comissão de contato para negociar com a direção. O grupo lutou pelo fim

dos espancamentos, pela abertura das celas para a livre circulação e pela melhoria no tratamento das visitas, que, muitas vezes, eram desrespeitadas.

Figura 17 - Desenho da 2ª galeria do IPCM – a segunda configuração dos presos



Fonte: A autora, 2018.

No entanto, nem todas as táticas usadas pelos presos políticos eram eficientes no novo coletivo de presos comuns. A greve de fome, por exemplo, teve uma repercussão diferente em cada grupo. Enquanto os presos políticos eram assistidos pela administração, nas greves de fome da Falange Vermelha, até mesmo itens básicos, como sal e açúcar, eram negados aos manifestantes.

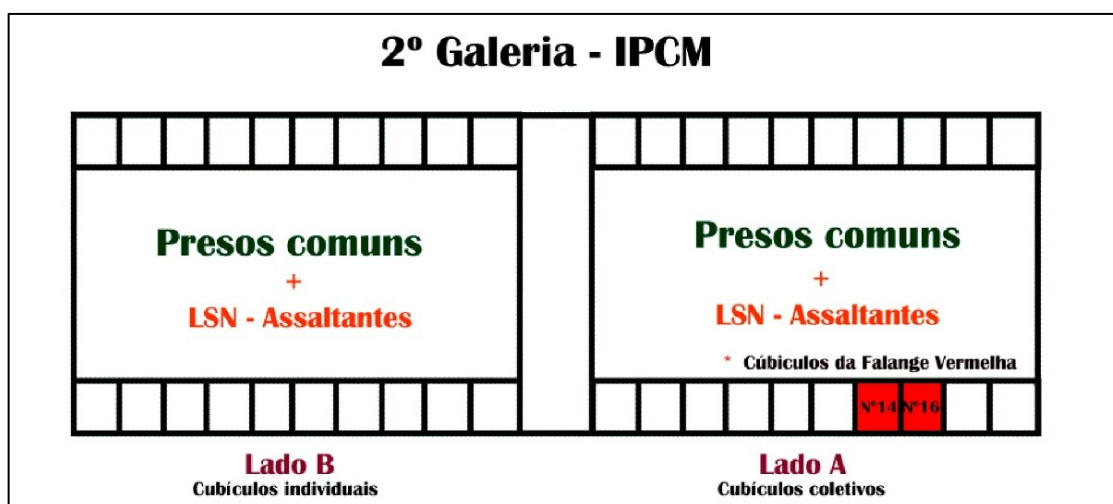
Apesar dos obstáculos, o grupo não desistiu de lutar, encontrando maneiras de responder às adversidades. Em seu livro, William relata um episódio significativo: “A repressão se acentuou. Raspam a cabeça de três companheiros. Em resposta, raspamos as nossas também, formando uma galeria de noventa carecas solidários” (LIMA, 1993, pp. 55). Além dessas lutas, foram estabelecidas novas regras, sendo a mais importante a proibição da violência entre os presos. Assaltos, estupros e homicídios foram proibidos, e os problemas pessoais passaram a ser resolvidos fora da prisão.

A medida de número um – que representava uma verdadeira revolução cultural na cadeia – era a proibição de qualquer ato de violência de preso contra preso. As incompatibilidades pessoais deveriam ser deixadas de lado, para serem resolvidas na rua, pois era preciso criar, entre nós um ambiente tranquilo, que nos fortalecesse diante da repressão. Assalto, estupro ou qualquer forma de atentado estavam banidos. (Lima, William da Silva, 1993, pp. 47)

Ir contra a lei do mais forte em um presídio dominado por diversas facções não foi bem recebida por todos. Alguns membros do fundão não aderiram ao movimento, e um dos integrantes roubou o companheiro de cela. O novo coletivo não mostrou misericórdia, agiu da única maneira que conhecia, matando o traidor⁶⁹. A morte era uma mensagem para todo o presídio: o pessoal do “fundão” não estava ali para brincadeira – quem desobedecesse seria punido.

A partir de 1974, com a promulgação da Lei de anistia, os presos políticos foram transferidos para penitenciárias no continente. Em 1975, não havia mais presos políticos no IPCM, e os presos pela LSN foram incorporados à população carcerária. Leopoldo, relata que a liderança da Falange Vermelha estabeleceu-se na 2ª galeria, lado A, ocupando os cubículos coletivos de número 14 e 16. A Figura 18 apresenta o desenho que ilustra a terceira distribuição dos presos.

Figura 18 - Desenho da 2ª galeria do IPCM – a terceira configuração dos presos



Fonte: A autora, 2018.

Enquanto a massa de presos comuns era desunida, os presos da Lei de Segurança Nacional (LSN) formavam um coletivo que priorizava o interesse comum sobre o individual. Apesar dessa diferença, não havia uma divisão socioeconômica que separasse os presos da Falange Vermelha dos demais presos comuns. Muitos

⁶⁹ Entre as inúmeras regras da Falange Vermelha, a primeira era a de não violência. Um preso não poderia matar, roubar ou estuprar nenhum companheiro. Deveria deixar de lado as diferenças com o outro preso em prol do interesse coletivo do grupo. No entanto, quando um preso roubava, lesava ou ia de encontro aos interesses do grupo, era severamente punido. Por fim, se o preso se colocasse contra as regras estabelecidas, era morto.

deles eram amigos e companheiros, cometiam crimes juntos ou pertenciam à mesma comunidade. Dessa forma, a incorporação dos presos da LSN permitiu a disseminação gradual de seus ideais pelas galerias do Instituto Penal Cândido Mendes.

Antes da Falange Vermelha, a prisão da Ilha Grande era controlada por facções criminosas, que criavam um ambiente de terror e violência. Essas facções estabeleciam taxas para permitir a circulação, controlavam o acesso a armas e jogos, cometiam roubos, assaltos e estupros contra os presos comuns. Apesar de a administração prisional estar ciente da situação, havia pouca ação efetiva para proteger os detentos das ameaças internas. Em uma entrevista, o Sr. Leopoldo compartilha sua experiência ao chegar na prisão, durante os anos 70.

Quando cheguei *pra* aqui em 75, aqui tinham, mais ou menos, umas 5 facções, quadrilhas, entende? Tinham um pessoal que, que eles se dividiam em quadrilhas, *aonde* tinha uma das quadrilhas que lhes assaltavam dentro do próprio cárcere, os próprios internos, eram assaltados por eles, entendeu? Se chegasse um, por exemplo, vinha um preso transferido *pra* cá, preso novo, *né*, boa aparência, e não tinha ligação nenhuma com outras facções, à noite eles iam e estrupava [sic] o camarada, entendeu? Estrupava [sic], e se o cara reagisse, eles matavam, quando o cara não reagia, eles estrupava [sic] e vendia já *pra* outra quadrilha lá: 'Ô, me dá tanto que o cara é teu'. No outro dia, de manhã, quando o cara descia *pro* pátio, falava: Ô fulano, você vai lá *pro* meu cubículo. (Entrevista: 15/4/2011)

Dentre os grupos de presos mais perigosos havia a Falange do Jacaré. Este grupo controlava a maior parte dos presos. Eles comandavam roubos, estupros e assassinatos. Tinham como liderança três detentos: André Luiz Miranda Costa, Valdir Pereira do Nascimento e Luiz Carlos Pantoja dos Santos, o Parazão. Os principais membros da quadrilha eram José Amaro Luiz, Paulo Roberto Sanches, Carlos Arlindo Ferreira, Wanderley Machado Amorim, Jorge Marcelo da Paixão, o Gim Macaco; Sérgio Roberto de Almeida, Artur Sanches Filho, José Cristiano da Silva, Ozório Costa, o Caveirinha; João Carlos da Silva, o Ratinho e Antônio José da Silva, o Tatuagem (Amorim, 2010).

Em segundo lugar, havia a Falange da Zona Sul. A quadrilha comandava a maior parte da Galeria C e, apesar da pouca quantidade de membros ativos, controlava o jogo e o tráfico de drogas dentro do presídio. Ela era liderada por Joanei Pereira da Silva e Antônio Magrinho. Entre seus membros estavam: Carlos Henrique

de Souza Abrantes, o Carlão; Osvaldo Aguiar Filho, Antônio Carlos Marçal, Valderi José da Silva, o Maneta; Neline Marques; Adilson Balbino, José Renato e Alfredo Gonçalves Alves, o Alfredo Dedinho (Amorim, 2010).

Por último havia a Falange do Coreia, um grupo numeroso, porém menos articulado do que a Falange da Zona Sul. Suas especialidades eram a violência sexual e roubo seguido de morte. Também possuíam dois líderes, Merci da Silva Fernandes e Maurício dos Santos, o Maurinho, além de contar com mais doze integrantes: Manoel da Silva, o Leleu; Íris Gomes da Silva, Zé Dunga; Bueno Gerônimo dos Santos, Jorge da Silva, o Zé Dumba; Carlos Alberto Veras, Cristiano de Oliveira, Adalto Paulino, Clarindo Jorge de Oliveira, o Negão Tereza; Roberto de Moraes, Mário Rita de Oliveira, o Rita; Waldir Klaus Carela e Carlos Alberto Klaus Carela, os Irmãos Carela (Amorim, 2010).

Após a transferência dos presos políticos, uma tensão e rivalidade se instalou entre as quadrilhas. Inicialmente, a Falange Vermelha juntou-se ao grupo da Coreia e à facção da Zona Sul para enfrentar o grupo do Jacaré. O controle do presídio não foi alcançado com palavras e lemas de exaltação ao coletivo, mas sim através de ações violentas ao longo de dez anos. Entre 1979 e 1989, a organização realizou diversos massacres para defender o controle e o poder no presídio.

O primeiro massacre aconteceu em 17 de setembro de 1979. Dois dias após o evento, o jornal O Globo publicou a notícia "*Seis presos assassinados na Ilha Grande em um único dia*". Naquela época, o público não tinha noção do conflito entre as facções na prisão. A reportagem apenas menciona uma disputa entre grupos pelo controle do presídio, mas não cita os nomes das quadrilhas envolvidas.

No entanto, ao longo dos anos, essa situação aparentemente banal e brutal começou a ganhar maior relevância. Das seis mortes ordenadas pela Falange Vermelha, quatro eram de membros influentes da Falange do Jacaré. Entre os mortos estava um dos líderes da quadrilha, Luís Carlos Pantoja, conhecido como Parazão, além de três membros da facção: José Cristiano da Silva, Osório da Costa, conhecido como Caveirinha, e João Carlos da Silva, também conhecido como Ratinho.

É importante ressaltar que nem todos os presos estavam afiliados a alguma facção. Havia também presos considerados "neutros" que mantinham amizades e contatos com diversos membros de outras facções. Após o fim do grupo do Jacaré, a Falange Vermelha impôs seu domínio através do terror, assassinando aqueles que não se juntavam ao grupo. A cooperação entre a Falange Vermelha e o grupo da

Coreia e da Zona Sul terminou devido à disputa pelo controle das armas no presídio. Em setembro de 1983, a Falange fez um segundo acerto de contas, eliminando os "neutros" e os integrantes das outras facções.

Outro fato relevante ocorreu quando "Oito presos são mortos a facadas na Ilha Grande"⁷⁰, o que ocupou quase uma página do jornal. A reportagem indicava que os "robôs"⁷¹ da Falange Vermelha assumiam a autoria dos crimes. Desta vez, os nomes das organizações envolvidas foram divulgados. Os mortos, como era de se esperar, eram membros ou associados das facções inimigas.

Entre eles estava um dos líderes da Falange do Coreia, Merci da Silva Fernandes, conhecido como Chicão, além de dois outros membros de seu grupo, Bueno Jerônimo dos Santos e Íris Gomes da Silva, conhecido como Bonga. Outra vítima foi Neline Marques, apelidado de Maneta, integrante da Falange da Zona Sul.

As mortes das facções inimigas continuaram e, após esses dois massacres, a Falange Vermelha estabeleceu sua supremacia no presídio da Ilha Grande. Para resistir, os sobreviventes das três quadrilhas se uniram na 3ª Galeria A do IPCM (figura 14), dando origem à segunda organização criminosa do país, conhecida como Terceiro Comando⁷². Na figura 18, temos o desenho da quarta distribuição de presos.

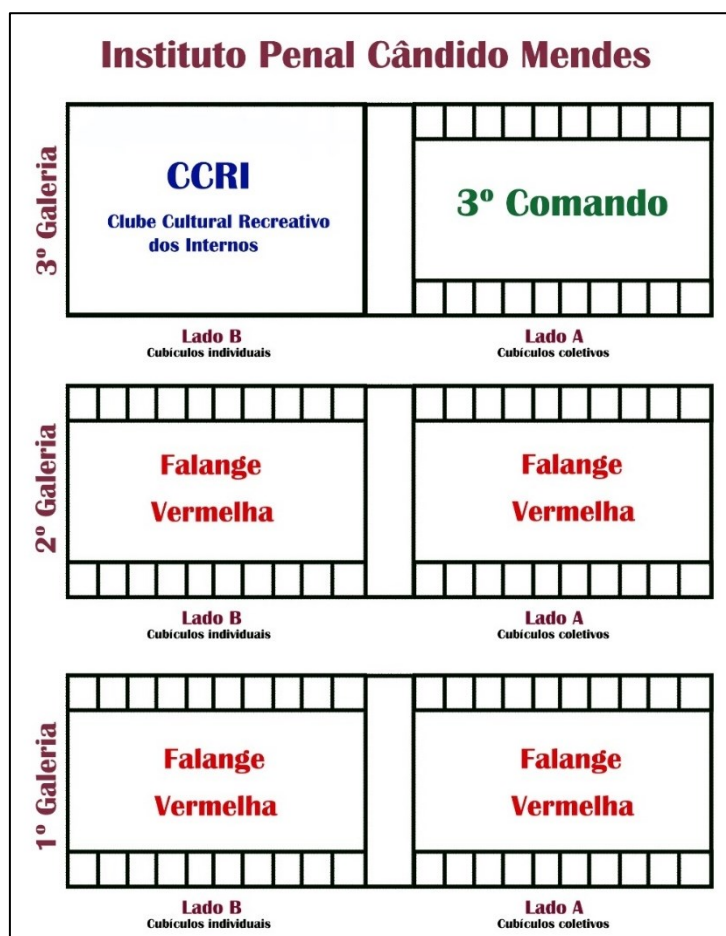
Contudo, o Terceiro Comando não conseguiu se opor de maneira eficaz às ameaças da Falange Vermelha. Muitos presos passaram a pedir proteção e a fugir para evitar a morte. Após a fuga de um grupo de mais de 30 presos, a administração decidiu transferir todos os detentos do Terceiro Comando para o presídio de Água Santa, deixando no Instituto Penal Cândido Mendes apenas os presos ligados à Falange Vermelha.

⁷⁰ Jornal o Globo 14/9/1983.

⁷¹ Jornal o Globo 14/9/1983.

⁷² Apesar dos documentos e entrevistas não deixarem claro o ano exato da criação do 3º comando, estimamos que tenha sido formado no final dos anos 70 e início dos 80. O Jornal O Globo de 24/9/1983 já comenta sobre o grupo: "Guerra de 'Falanges' faz surgir na prisão o grupo '3º Comando'".

Figura 19 - Desenho das galerias do IPCM – a quarta configuração dos presos



Fonte: A autora, 2018.

2.3 Quando? De Brizola à Moreira Franco

A Lei de Segurança Nacional evidenciou as péssimas condições de vida nas prisões, uma vez que a presença de detentos com melhores posições sociais aumentou o número de denúncias de tortura, corrupção e abuso de poder. Embora essas condições desumanas não fossem desconhecidas, elas exerceram um impacto significativo na agenda política da época, sendo comumente retratadas em manchetes como *"Na Ilha Grande até os porcos passam melhor que os detentos"*⁷³ ou *"Ilha Grande: o paraíso sem infraestrutura"*⁷⁴.

⁷³ Jornal do Brasil 7/5/1961.

⁷⁴ Jornal O Globo 23/4/1976.

Na Ilha Grande, muitos diretores foram denunciados por corrupção e tortura. As manchetes de jornais, como "*Diretor da Ilha Grande foi exonerado por práticas de tortura*"⁷⁵ e "*Presos: Major comanda atos de tortura na Ilha Grande*"⁷⁶, eram divulgadas, provocando discussões acirradas sobre o tema. A preocupação com as formas legítimas e ilegítimas de manutenção da ordem social emergiu como uma pauta relevante na campanha pela redemocratização.

Durante as décadas de 70 e 80, as discussões sobre segurança pública no Brasil seguiram um "movimento pendular", como descrito pelo sociólogo Claudio Beato Filho. Esse movimento era caracterizado pela alternância entre defensores do endurecimento das ações policiais, apoiados por setores conservadores, e aqueles que buscavam práticas mais democráticas e de cunho social, apoiados por setores mais à esquerda (SOARES, 2000). No Rio de Janeiro, esse movimento pendular, também conhecido como "gangorra", influenciou as discussões em torno das políticas de segurança implementadas pelo Estado, oscilando entre a reforma social e a repressão individual (BEATO, 2000).

A reforma social defendia que a criminalidade era resultado de fatores socioeconômicos. Sendo assim, a falta de acesso a bens essenciais, como saúde, educação e segurança, impedia que as pessoas mantivessem as suas vidas de forma legítima. A solução proposta era implementar profundas reformas sociais, com foco na reeducação e ressocialização dos criminosos.

Por outro lado, havia setores da sociedade que viam o crime como um problema policial, decorrente da baixa disciplina individual e do desrespeito às normas sociais. Nessa perspectiva, o comportamento criminoso era visto como uma questão de oportunidade, e a melhor abordagem seria dificultar a ocorrência dessas oportunidades através do controle judicial. Isso implicava na criação de leis mais severas, penas mais longas, policiamento ostensivo e repressivo, e até soluções autoritárias, como usar as forças armadas para resolver os problemas mais graves.

Nesse contexto, de intenso debate e de dificuldades nos mecanismos de controle do regime militar, Brizola foi eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) para governador do Rio de Janeiro em 1982. Sua nomeação significou a ascensão ao

⁷⁵ Jornal O Globo 4/9/1979.

⁷⁶ Jornal O Globo 17/12/1981.

poder de um partido alternativo, o PDT, que não estava ligado à herança política autoritária dos partidos da ditadura, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena). O cientista político Luiz Eduardo Soares (2000) destaca que Brizola, com base na sua popularidade, adotou uma postura voltada para os direitos humanos, buscando atender às demandas e interesses da população que o elegeu.

Brizola dedicou-se à segurança pública, bem como à implementação de projetos sociais e educacionais. Uma das suas principais ações foi a reestruturação da educação estadual através dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)⁷⁷. Além disso, o governador lançou programas de urbanização e habitação nas favelas, demonstrando seu compromisso com a melhoria das condições de vida das camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Brizola também se posicionou em defesa dos direitos dos presos, intervindo na política carcerária e garantindo o respeito aos direitos civis como elemento fundamental na atuação policial. Nesse sentido, Brizola extinguiu a Secretaria de Segurança Pública, usada como instrumento de controle autoritário durante o regime militar, e criou, em seu lugar, o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos em 1983. Esse conselho tinha como objetivo discutir as diretrizes das políticas públicas de segurança. Presidido pelo Brizola, o conselho contava com a participação de representantes de diversas entidades e da sociedade civil (SENTOSÉ, 1998).

Resultado de um acordo com as lideranças locais, Brizola proibiu as ações violentas policiais nos morros, que tanto aterrorizavam os moradores pelo uso exacerbado de violência. Assim, tornou os direitos de inviolabilidade privada válidos tanto para ricos quanto para pobres. Em relação aos presídios, Brizola exigiu o cumprimento do direito do detento de se comunicar com a família e o advogado, suspendeu a censura das cartas e inibiu os casos de tortura e desaparecimentos (HOLLANDA, 2005).

⁷⁷ Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), popularmente apelidados de “Brizolões”, foram um projeto educacional de autoria do antropólogo Darcy Ribeiro, implantado no estado do Rio de Janeiro, ao longo dos dois governos de Leonel Brizola (1983 – 1987 e 1991 – 1994) e tinha como objetivo oferecer ensino público de qualidade em período integral aos alunos da rede estadual.

A popularidade de Brizola era grande entre os detentos do IPCM. Nos documentos interceptados, encontramos uma carta de propaganda eleitoral do governador. Apesar de não estar datado, é possível deduzir que foi a campanha de 1982, dado que a carta indicava o senador de número 20, correspondente ao candidato do PDT da época, Saturnino Braga. Um aspecto relevante é que o Leopoldo classifica a carta-propaganda como "Promessas do Sr. Governador Leonel Brizola quando candidato" (Anexo A). A seguir, a transcrição desta carta.

CARTAS AO FAMILIARES DOS PRESOS

Minha gente:

Sei o sacrifício que vocês estão passando.

Saem lá de longe, com mil dificuldades, até conseguir chegar a prisão. Enfrentam a fila. Ouvem conversas que não interessam. Ficam no sol ou na chuva. As mãos chegam a doer de segurar sacas e embrulhos.

Aí, vem a confusão da entrada. A humilhação das revistas. Os guardas não sabem direito com quem estão *trabalho* e acabam desconfiando de todo mundo. Às vezes, ficam zangados, gritam.

Depois, a longa espera pela chegada do interno.

Se ele vier de boa cara, a visita até esquece tudo o que passou.

Mas se ele está perturbado, nervoso, assustado, aí é que é dureza. Dá uma dor no coração.

Será que está com medo das ameaças de maus companheiros? Será que está apavorado com as provocações de certos funcionários recalcados? Ou está saturado de ficar o dia inteiro no pátio, escutando assuntos que não levam a nada?

É difícil ele desabafar. Sabe como é, o preso quando fala está arriscado a arranjar complicação.

Ainda não consegui um faxina que renda alguma coisa. A miséria do pecúlio nunca aparece. Não tem dinheiro nem para comprar uma bobagem na cantina.

E a visita não pode fazer nada. O pessoal do DESIPE não tem tempo para dar audiência às famílias dos internos.

E quando, sem ninguém saber o motivo, atravessam o preso para a Ilha? Aí é o inferno, o fim de tudo.

Pois bem, eu, Brizola, quero dizer para vocês o seguinte:

PRESOS, PARA MIM, É GENTE. E FAMÍLIA DE PRESO, PARA MIM, É COISA SAGRADA.

Eu vim lá de baixo. Padecei muito. Vocês conhecem meu passado.

Por isso, sei perfeitamente como é que vocês se sentem.

E não posso deixar que a situação continue como está.

Vou dar assistência jurídica para todos os internos. Não tem cabimento a pessoa continuar na cadeia com a pena terminada.

Vou ampliar as prisões-albergue, pois muita gente não tem necessidade de ficar trancada em estabelecimento fechado.

Vou manter oficinas onde todos os cursos, dentro e fora das penitenciárias. Melhorar a assistência médica dentária do preso.

Vou escolher cuidadosamente os diretores dos estabelecimentos.

Eles têm de ser pessoas justas, que estejam presentes nas vasas e saibam ouvir o que os internos têm para dizer. E precisam ter capacidade para colocar nos postos de comando os guardas honestos e corretos. Vocês sabem, tanto quanto eu, que há muita gente boa entre os funcionários, que só não aparece por falta de oportunidade. Comigo, os bons terão vez.

O que conta, para mim, é o valor das pessoas.
 Não quero pedir a vocês nada mais que um pouco de paciência.
 As eleições vêm aí.
 AS COISAS VÃO MUDAR.

Brizola.

VOTE PDT.
 BRIZOLA GOVERNADOR – 2
 SATURNINO SENADOR – 20

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Nessa carta, Brizola descreve as diversas dificuldades enfrentadas pelas famílias durante as visitas aos presídios, como o longo trajeto até a prisão, as revistas humilhantes e o temor pela segurança dos detentos, entre outros desafios. O candidato a governador demonstra atenção até aos detalhes, como a dor nas mãos (dos familiares) ao segurar os objetos durante todo o percurso. Ele se coloca como alguém que compartilha as mesmas experiências, vindo de uma origem humilde, e por isso compreende essas dificuldades. A mensagem é clara: Brizola promete tratar os presos e suas famílias com dignidade, comprometendo-se a criar um ambiente seguro, com diretores competentes, guardas íntegros, assistência médica e jurídica aos detentos, programas educacionais e abertura das prisões para evitar confinamento constante.

O primeiro governo de Brizola teve um impacto significativo no presídio da Ilha Grande. Foram realizadas visitas de diferentes órgãos para investigar as denúncias e ouvir as demandas dos presos, o que resultou em melhorias das instalações, abertura dos portões e redução dos casos de tortura. No entanto, Brizola não cumpriu todas as suas promessas devido à falta de recursos institucionais e apoio político e social necessários para implementar todas as suas metas.

Ao final do mandato, a violência urbana, que vinha aumentando desde 1970, não foi revertida. Houve também um aumento no tráfico de drogas e armas. Isso resultou em uma percepção de insegurança e medo crescentes, com um sentimento de que o governo não estava agindo e o poder público não zelava pela segurança da população, deixando-a à própria sorte. As restrições às formas de ação policial, inicialmente vistas como um avanço para a nova ordem democrática, passaram a ser percebidas como uma espécie de cumplicidade com o crime. Esse descontentamento crescente por parte da população levou a uma resposta em dois aspectos: rejeição aos Direitos Humanos, que passaram a ser interpretados como uma convivência com

os criminosos, e a eleição de Moreira Franco, cujo lema de campanha era "acabar com a violência em seis meses" (SOARES, 2002).

Para Leopoldo, a introdução dos direitos humanos foi um dos motivos pelo fracasso do presídio da Ilha Grande, ao acabar com o respeito do preso em relação aos guardas:

(...) Então quando eu vim trabalhar no, no, na...quando eu vim aqui pra Ilha Grande ainda era aquele regime, o preso era fechado, as turmas saíam, eram bem organizados entendeu? O preso quando ele chegava ali na frente do... quando o preso chegava em frente à entrada, ele chegava, ele ficava formado, tirava o chapéu, se o preso tivesse trabalhando aqui, se ele tivesse sentado no meio-fio, se ele visse o policial ele levantava. Quer dizer, quando houve a abertura, tudo isso acabou, entendeu, tudo isso acabou.
(Entrevista com Sr. Leopoldo: 16/7/2011)

Para o ex-funcionário, o governo Brizola fortaleceu a Falange Vermelha, permitindo que os detentos se organizassem sem restrições. Ademais, os novos diretores, nomeados pelo governador, não conseguiram controlar os internos, permitindo que presos perigosos, especialmente líderes da Falange, vivessem fora do presídio pelo sistema de Colono Livre.

É... mudou assim... mudou porquê... por exemplo a, a, a cadeia ela ficava aberta praticamente, toda aberta, as grades, as galerias, ela tinha acesso. O preso andava de uma galeria *pra* outra subia, descia e tal... o pátio *né*. Só fechava na hora do "confere", depois do "confere" as galerias eram fechadas. Tudo isso facilitou muito a vida do preso a se organizar pra fugas, pra matanças, entendeu? *Pra* tudo *né*. Houve aquela abertura geral que o preso ficava mesmo como eles chamavam a Bangu, livre *pra* tudo *né*. Então tudo isso veio acarretando *pra* uma cadeia...um sistema bem falido *né*? E aqui mudou o sistema também de...de... direção, o diretor às vezes vinha como cargo político...faz o que o governador quer, *né*. Que antes o, o, antes o diretor ele tinha, ele vinha e fazia o serviço dele: Não, e não quero preso assim, eu quero trancado, eu quero a galeria assim, eu quero a revista. Tinha [sic] outros diretor que vinha que ficava...entendeu... o preso fazia o que queria com ele, a época do, do Brizola assumiu mesmo, veio dois diretores pra *qui* que bagunçou mesmo geral, os diretores, inclusive um delegado civil, um delegado federal, *né*, eles bagunçaram o sistema aí realmente.
(Entrevista com Sr. Leopoldo: 16/7/2011)

Em um cenário de descrença nos Direitos Humanos como o princípio que orienta a da política de segurança pública, Moreira Franco surgiu como uma alternativa de mudança. Ele foi lançado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e teve apoio de doze partidos, vencendo as eleições de 1986. No primeiro dia de governo, ao enfatizando o fim da "Era Brizola", ele autorizou a ocupação policial das favelas.

O governo de Moreira Franco endureceu as políticas de segurança, mas não reduziu a violência. Não foram tomadas ações efetivas para lidar com os problemas de segurança pública. O Estado respondeu com violência às demonstrações de força de grupos ligados ao comércio ilegal de drogas, retomando práticas policiais antigas, como incursões armadas nas favelas e eliminação ou prisão de alguns líderes locais (SOARES, 2000).

Neste período, policiais ligados ao regime militar que se estabeleceram em órgãos de segurança adquiriram autonomia, tratando a segurança pública como um problema técnico. Isso resultou na independência de alguns setores das polícias em relação às instâncias políticas de comando, o que se estendeu a outros setores do governo. Essa situação contribuiu para que Moreira Franco se tornasse o governador com o maior índice de rejeição do país às vésperas de deixar o cargo (SOARES E SENTO-SÉ, 2000).

Pode-se afirmar que o período de gestão de Moreira Franco foi caracterizado pelo retorno a práticas policiais violentas, que desconsideravam o respeito à lei e aos Direitos Humanos. Foi nesse período, marcado pela perda de direitos e pelo retorno a métodos antigos e bárbaros, que a maioria das cartas da Ilha Grande foi escrita.

2.4. Quem? Duas gerações do Comando Vermelho

Esta análise acadêmica tem como propósito apresentar as duas gerações do Comando Vermelho e, em seguida, destacar algumas das diferenças entre elas. O marco temporal que divide claramente essas duas gerações não é definido precisamente, no entanto, é possível identificar características distintas entre essas gerações. Vale ressaltar que este trabalho não planeja fazer juízo de valor sobre o tema, mas sim fornecer uma compreensão mais aprofundada sobre a evolução dessa organização criminosa.

A primeira geração do Comando Vermelho surgiu no início da década de 1970 e atuou até meados da década de 1980. Seus líderes famosos, como William da Silva Lima, Paulo Nunes Filho, José Jorge Saldanha, entre outros, desempenharam papéis significativos na consolidação da organização. Nessa época, o foco principal do Comando Vermelho era buscar melhores condições intramuros, tanto combatendo

outras facções dentro das prisões quanto lutando por melhores condições de vida para os detentos.

Essa geração era composta por assaltantes de bancos que haviam sido presos pela Lei de Segurança Nacional. Eles eram mais instruídos do que seus sucessores e demonstravam grande organização e cooperação no grupo. Cada membro tinha uma função específica, explorando seus talentos individuais ao máximo. Por exemplo, William, conhecido como "o professor", era responsável pela organização do grupo, enquanto Paulo Cesar, apelidado de "PC", tinha a tarefa de se comunicar com a imprensa. Escadinha, por sua vez, cuidava das finanças da organização. Essa geração trabalhava com especialistas designados para tarefas específicas, como indivíduos mais instruídos responsáveis pela redação de documentos oficiais, indivíduos mais articulados encarregados de negociações com a administração penitenciária, e indivíduos mais propensos à violência encarregados de atos agressivos.

Nesse período, foram formulados os principais lemas da organização, sendo eles: "Família unida jamais será vencida", "O mal jamais vencerá o bem" e o mais notório, "Paz, Justiça e Liberdade". Esses lemas refletem os ideais do Comando Vermelho, onde a paz é almejada para o coletivo e para os companheiros que enfrentam a prisão; a justiça é buscada através do estabelecimento de uma lei superior, representada pela própria lei do Comando Vermelho; e, por último, a liberdade é considerada um objetivo máximo, incentivando a fuga e a superação de qualquer obstáculo para obtê-la⁷⁸.

Ao longo de sua existência, a organização adotou três diferentes denominações. No início, era chamado de "Falange da LSN. Depois, especula-se que o termo "Comando Vermelho" foi usado pela primeira vez em um relatório de 1979 elaborado pelo diretor da Ilha Grande, Nelson Bastos Salmon⁷⁹. Devido à confusão entre os termos, a mídia passou a se referir ao grupo como "Falange Vermelha", embora esse nome tenha sido gradualmente substituído pelos meios de comunicação na década de 90.

⁷⁸ William da Silva Lima, 1993.

⁷⁹ William da Silva Lima, 1993.

Nos relatos referentes à primeira geração do Comando Vermelho, diversos nomes se destacam. Entre eles, estão William da Silva Lima, conhecido como "o professor"; Paulo Nunes Filho, também chamado de "Flávio" ou "Careca"; Paulo César Chaves, apelidado de "PC"; José Jorge Saldanha, conhecido como "Zé do Bigode"; José Carlos dos Reis Encina, chamado de "Escadinha" ou "Zequinha"; Eucanan de Azevedo, conhecido como "Canã"; Iassy de Castro, apelidado de "Lacy"; Apolinário de Souza, chamado de "Nanai"; Maurílio Teixeira Maia, conhecido como "Xará"; Luiz Carlos Salgado; Ubirajara Lúcio Rocha da Silva, apelidado de "Bira Charuto"; Climério Ribeiro Simas; Júlio Augusto Diegues, também conhecido como "Portuguezinho"; Paulo César Espada; Almir do Amaral; Sérgio Silva Santos, conhecido como "Serginho da Ivete"; Expedito Rafael da Silva; Nelson Gonçalves da Anunciação; Juarez de Paulo Ramos; Édson Alves Alkimim; Almir Barbosa; Francisco Viriato de Oliveira, conhecido como "Japonês"; Paulo Gomes, apelidado de "Paulinho de Niterói"; Sílvio de Carvalho, conhecido como "Sílvio Maldição"; Ricardo Duram de Araújo; Valdomiro Alves de Jesus, também chamado de "Dudu"; Francisco Rosa da Silva, conhecido como "Horroroso"; Jorge Gomes de Moraes, apelidado de "da Donga"; Paulo da Cunha Franco; Expedito de Souza, chamado de "Capenga"; e Rogério Lemgruber, conhecido como "Bagulhão", entre outros.

Numa perspectiva de valorização dos direitos humanos, o Comando Vermelho estabeleceu um diálogo com organizações como a Igreja, a imprensa, organizações não governamentais (ONGs) e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio de Janeiro (OAB/RJ). Esse diálogo deu mais credibilidade ao grupo, aumentando a sua influência e poder de negociação com a administração penitenciária. Entretanto, ser membro de uma facção criminosa em ascensão tinha riscos, como fugas, assaltos, confrontos com as forças policiais e retaliações de facções rivais. Assim, ao final da década de 80, quase todos os membros dessa geração estavam mortos. A Falange Vermelha, então, renovou gradualmente seus membros, os quais adotaram novos comportamentos e objetivos.

A segunda geração do Comando Vermelho surgiu nos anos 80, quando novos integrantes se uniram aos remanescentes, assumindo a liderança sob uma nova dinâmica. Esse processo ocorreu após o fim do governo de Brizola e com a volta da repressão policial nas favelas. Em decorrência disso, o Comando Vermelho foi confrontado pelas forças policiais durante a gestão de Moreira Franco. O grupo reagiu

com o aumento do uso da violência e a ocupação de áreas em favelas, estabelecendo pontos de venda de drogas.

Dentre os principais integrantes da segunda geração, destacam-se nomes como Rogério Lemgruber, conhecido como Bagulhão ou Marechal; Sebastião Lemgruber, chamado de Tiguel; Carlos Alberto Mesquita; José Lourival Siqueira Rosa, conhecido como Mimoso; José Carlos dos Reis Encina, apelidado de Escadinha ou Zequinha; Sérgio Mendonça, conhecido como Serginho Ratazana; Paulo César Chaves, chamado de PC; Célio Tavares da Fonseca, conhecido como Lobisomem; Sérgio da Silva Santos, conhecido como Serginho da Ivete; José Carlos Gregório, apelidado de Gordo; Paulo César Espada; Wellington Soares dos Santos, conhecido como Boi; Paulo Roberto dos Santos, chamado de Paulo Megera; Paulo César dos Reis Encina, conhecido como Paulo Maluco; Dênis Leandro da Silva; Arquem Nogueira; Januário de Oliveira, conhecido como Janu; Élcio Merêncio dos Reis; Francisco Viriatro, apelidado de Japonês; Paulo Roberto Cruz, conhecido como Beato Salu; e William da Silva Lima, conhecido como Professor, entre outros⁸⁰.

A relação entre a segunda geração do Comando Vermelho e a Ilha diferiu da anterior. Enquanto a primeira estabeleceu uma presença sólida no presídio, a segunda enfrentou uma grande rotatividade entre os seus membros. Isso aconteceu porque a direção da penitenciária adotou uma tática de transferências periódicas dos integrantes do Comando Vermelho para desestruturar a organização. Além disso, a criação do complexo penitenciário de segurança máxima Bangu I em 1987 levou à transferência dos principais líderes do Comando Vermelho para essa nova instalação, enquanto a Ilha Grande passou a abrigar membros menos conhecidos da segunda geração do grupo.

Quando foram escritas as cartas interceptadas do CV, segundo as assinaturas, os presos que tinham um papel mais ativo eram: Chiquito (da Providência); Beto da Bandeira 2; Beto Careca; Arquem Nogueira; Daniel Paraíba (do Parque União); Edgar Severiano da J. Leite, Bruxo de Camará; Sam (do Caraté); Edevison; Gilson do Fumaçê; Dino; Magrino (da Tijuca); Cabeça Preto (de Vila Isabel); Renatinho de Guadalupe; Maguila; Dimas da Cruzada; Luciano; Nal ou Juvenal; Maranhão; SID da Alta ou Sidney da alta; Simão (do Tuití); Beto Careca; Luciano de Marechal; Adílio;

⁸⁰ Rogério Lemgruber, William da Silva Lima e José Carlos dos Reis Encina são alguns dos poucos integrantes da primeira geração que atuaram no Comando Vermelho durante a segunda geração.

Môa; Celsão da Penha; Valdeir (da Nova Holanda) ou Valdeir Gomes Metralha; Russo Beijoqueiro; Ronaldo da Providência; Cacá Tortinho; Seu Ary e Ademir Negão (do Juramento).

Em termos de liderança, Rogério Lemgruber se destacou como o principal nome do Comando Vermelho, tendo as suas iniciais incorporadas à sigla da organização - CVRL. Enquanto esteve na Ilha Grande, Lemgruber emitia ordens de dentro do presídio. Ele fugiu da Ilha Grande em abril de 1985, sendo recapturado em julho do mesmo ano. Permaneceu preso no continente até ser transferido para Bangu I em 1988. Apesar da sua ausência física, Lemgruber desempenhava um papel ativo no coletivo da Ilha Grande, escolhendo líderes, julgando questões internas importantes e mantendo uma comunicação frequente com os membros da organização.

Embora seja conhecido, há poucos registros sobre a vida do criminoso que teve o seu nome escrito em centenas de muros das favelas cariocas. Em 2013, Celso Athayde, um dos fundadores da Central Única das Favelas (CUFA) e presidente da Favela Holding, compartilhou no seu Facebook um relato sobre a sua infância na Favela do Sapo e a relação com Rogério Lemgruber por ocasião do aniversário de 50 anos de Lemgruber⁸¹.

Seu Rogério se foi, por causa do diabetes, no presídio de Bangu I. Ele era a liderança da favela, seu apelido era Bagulhão, e o sobrenome era Lemgruber, o famoso RL. Hoje conheço muitos jovens que enchem a boca com a expressão: “CVRL, tá ligado!!” São jovens que ajudam a mitificar um personagem, que eles não têm noção de quem foi porque não existem registros a respeito e também não existe nenhuma informação que não seja a sigla. Conheci jovens que quando eu perguntei o que significavam essas duas letras — RL — me disseram que não sabiam. Apesar de repeti-las com veneração religiosa, sem saber o que significam. Nunca souberam dos defeitos do seu Rogério ou de suas virtudes (...) Seu Rogério foi fundador da Falange Vermelha e, quando estava de boa maré, reunia a molecada mais próxima para contar histórias. Nossas mães não podiam saber desse contato, porque ele era a representação viva da palavra crime. Ele era o crime. Mas essa palavra nada tinha a ver com matanças, maldades ou covardia. Crime, para ele, era cometer assaltos e praticar o tráfico para sustentar a base da organização e das suas famílias. Mas sem deixar de respeitar o cidadão comum. Ele não admitia, por exemplo, assaltos a automóveis com mulheres ou crianças — mulher grávida, então, nem pensar. Mas o crime não era só isso. Tinha a questão social, que precisava ser desenvolvida. Ele dizia que isto não era para escravizar os moradores, que era uma obrigação. Seu Rogério era um tipo que podemos chamar de mulato. Era alto e às vezes usava bigode. Quando passava, o silêncio tomava conta do ar. Para muitos,

⁸¹ Postagem do dia 28/2/2013.

era quase um santo; para outros, era mais do que um demônio. Para mim, ele não era nem santo nem demônio. Era somente o homem que ajudava a pagar minhas contas. A verdade é que as nossas necessidades estão intimamente ligadas à nossa moral, e acabamos sempre interpretando os fatos ou decidindo as coisas a partir das nossas conveniências.⁸²

Relatos como o de Celso Athayde ajudam a desmistificar a polaridade de santo/demônio de Lemgruber, trazendo o personagem famoso para um lugar mais próximo e humano. Bagulhão foi criado na favela do Rebu, em Senador Camará, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Desde novo, praticava assaltos a banco com o irmão, Sebastião Lemgruber, também conhecido como Tiguel.

Nas suas prisões, foi enviado para Ilha Grande, onde se tornou integrante da Falange Vermelha. A sua entrada no tráfico de drogas deu-lhe um grande poder e influência na organização criminosa. Os seus métodos violentos, aliados à sua reputação de “general” ou “marechal”, como era conhecido, o tornaram uma das figuras mais admiradas e temidas da organização.

A hierarquia no Comando Vermelho era baseada em uma estrutura piramidal, na qual uma cúpula de liderança tomava as principais decisões e comandava as ações do grupo. Na primeira geração, houve uma estrutura mais horizontalizada, com compartilhamento de poder e distribuição ampla de decisões, permitindo flexibilidade e autonomia. Já na segunda geração, a estrutura hierárquica tornou-se mais verticalizada e centralizada, refletindo a consolidação do Comando Vermelho como uma organização criminosa influente.

Além dos líderes de alto escalão, havia membros intermediários responsáveis pela supervisão regional e soldados encarregados das atividades criminosas. A hierarquia era dinâmica e sujeita a mudanças decorrentes de disputas internas. Essa estrutura permitiu que o Comando Vermelho se tornasse uma das maiores e mais influentes facções criminosas do Brasil, exercendo controle em áreas de favelas e envolvendo-se em atividades criminosas de grande escala.

O Comando Vermelho chegou a ser comparado pelas autoridades à máfia de Camorra, em Nápoles, no sul da Itália, ou ao Cartel de Medellín, no norte da

⁸² Texto na íntegra disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/131672/O-crime-e-a-pol%C3%ADtica-por-Celso-Athayde.htm>> Acesso em: 13/10/2017.

Colômbia⁸³. Segundo o secretário de Justiça da época, João Marcello de Araújo Junior, coautor de um estudo sobre crime organizado encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) chamado "*La Mafia Oggi*"⁸⁴, há semelhanças entre essas organizações. O secretário argumenta que, assim como outras organizações mais sofisticadas, o Comando Vermelho infiltra nos centros de poder para "lavar" o dinheiro obtido por tráfico de drogas, assaltos a bancos, sequestros e outros crimes, ou seja, legalizá-lo. Para João Marcello, a organização tem uma rede intrincada, a ponto de até traficantes de terceiro escalão, como alguns chefões detidos em Bangu I, desconhecerem os verdadeiros comandantes do crime organizado no Rio de Janeiro, responsáveis pelo tráfico de drogas em escala nacional e internacional.

Há outras semelhanças entre o Comando Vermelho e as máfias internacionais. A maioria das organizações criminosas se baseia na juventude desempregada e com baixa escolaridade, que atua como linha de frente, enquanto os verdadeiros líderes permanecem no anonimato. Assim como no tráfico carioca, jovens e crianças das favelas também são recrutados para o "exército" do tráfico de drogas. Outro ponto em comum, segundo João Marcello, é a rígida hierarquização vertical da organização. O poder dos chefes é imposto pelo terror e pela força, embora a organização tente demonstrar princípios de solidariedade, expressos em lemas como "Paz, justiça e liberdade" e/ou "Família unida jamais será vencida".

Jurema, assistente social do presídio da Ilha Grande nos anos 80, conta um exemplo do uso do terror como forma de controle. Ela relata, numa entrevista, um episódio trágico ocorrido em 2 de novembro de 1988, durante um dos massacres cometidos pela organização:

Eu estava acompanhada de três presos de minha confiança. Eles ajudavam no meu trabalho. Durante o expediente, um dos presos que estavam comigo perguntou inúmeras vezes se 'já não estava na hora de eu ir embora?'. Eu sem entender o recado, continuei a responder que faltava muito para o fim do expediente. Depois de mais alguns avisos sem sucesso, o preso virou para mim e disse que 'sentia muito', pois agora eu não tinha mais tempo sair, teria que infelizmente assistir tudo de camarote. Apavorada tentei correr para a saída, mas o presídio estava fechado e não tinha nenhum funcionário por perto. Foi então que eu vi vários corpos sendo jogados do terceiro andar da galeria. Os corpos caíram próximo a mim. Era tamanha a brutalidade dos

⁸³ Jornal O Globo, 24/2/1997.

⁸⁴ "A Máfia Hoje", estudo encomendado pela ONU do qual o secretário João Marcelo tomou parte, foi desenvolvido pelo Instituto Superior de Investigação Criminal, que reúne especialistas em crime organizado de diversos países.

ferimentos, que desmaiei ao olhar a quantidade de sangue que brotava deles. Os presos que andavam comigo tentaram me reanimar, me ajudaram a levantar. Foi então que vi a cena mais chocante de minha vida. No meio de todos aqueles corpos esfaqueados, saiu um cachorro com o coração de um dos presos assassinados na boca. Entrei em choque e voltei a desmaiar. Quando acordei, não aguentei, pedi o afastamento do meu cargo.⁸⁵

A assistente social apontou que o declínio da solidariedade, o autoritarismo e a intensificação da violência são características da segunda geração do Comando Vermelho. Enquanto alguns líderes da primeira geração estavam dispostos a morrer em greves de fome, os líderes da segunda geração obrigavam os "soldados" a aderirem à greve, mesmo que eles próprios se alimentassem.

Jurema relata que, quando o soro acabava, a direção ordenava que não fosse mais buscado. Ela e as enfermeiras preparavam sopas ralas de legumes e verduras batidas no liquidificador para os presos desmaiados. A sopa era supervisionada pelos chefes do Comando Vermelho para garantir que ninguém comia algo sólido. Ela aconselhava os internos a desistirem, pois o governo e a direção não se importavam com o bem-estar dos presos, mas o medo de contrariar a liderança fazia com que a maioria aceitasse as greves, mesmo que não concordassem ou não quisessem.

As evidências apresentadas demonstram as semelhanças entre o Comando Vermelho e as máfias internacionais, reforçando a penetração da organização nas esferas de poder, a hierarquia rígida e a estratégia de utilização da violência como forma de controle e submissão. Essas análises de João Marcello de Araújo Junior e o testemunho de Jurema fornecem um olhar crítico sobre as características e táticas adotadas pelo Comando Vermelho, contribuindo para uma melhor compreensão das dinâmicas do crime organizado no Rio de Janeiro.

⁸⁵ Entrevista realizada em 11/2/2014.

3. AS CARTAS DO COMANDO VERMELHO

Neste capítulo, abordaremos dois elementos interligados. Primeiro, a análise estrutural das *cartas oficiais* do Comando Vermelho, expedidas pelo CCRI, que é composta, geralmente, por cabeçalho, saudação/votos, texto principal, despedida, lema e as assinaturas dos integrantes. Em segundo, discutiremos temas relevantes para a organização, tais como as regras do grupo, os lemas, as diferentes formas de conduta, o papel da família na organização, o surgimento do CCRI, entre outros tópicos abordados nas cartas.

3.1 CCRI e o Comando Vermelho

Na década de 1980, a Falange Vermelha estabeleceu o Clube Cultural e Recreativo dos Internos (CCRI), assumindo o controle total das atividades do clube. Eles também inauguraram uma cantina e, ao longo do tempo, impuseram uma série de procedimentos a serem seguidos. O CCRI estava bem equipado, tinha materiais, como máquina de escrever, instrumentos musicais e de ginástica, televisão, geladeira e até um rádio transmissor que recebia mensagens de outras unidades prisionais (QUINTAL, 2016).

Leopoldo relata que, inicialmente, a 3ª Galeria B era uma área de lazer para todos os detentos, mas acabou sendo apropriada pela organização criminosa. Através do clube, os membros do Comando Vermelho conseguiram aumentar sua influência. Isso ocorreu tanto no aspecto físico, com a ocupação da 3ª Galeria B do IPCM, que se tornou a sede do CCRI, quanto simbólico, como representantes dos detentos da Ilha Grande diante das autoridades e outros grupos sociais. Essa demonstração de organização e coesão em um sistema prisional dividido e caótico deu-lhes credibilidade e um poder de negociação sem precedentes para prisioneiros comuns.

Alguns agentes notaram a aquisição de drogas nas favelas e a utilização do CCRI como instrumento pela Falange Vermelha. Eles fizeram denúncias sobre essas atividades, mas, segundo Leopoldo, as denúncias não tiveram consequências porque os criminosos teriam feito uma aliança com políticos que buscavam obter apoio nas favelas, onde a facção tinha influência.

Enquanto isso, na prisão da Ilha Grande, a administração e os guardas enfrentavam constantes divisões. O poder, os cargos e até mesmo as moradias passavam por um revezamento frequente. Quando um grupo de guardas apoiava um diretor específico, eram recompensados com posições melhores e condições de moradia superiores. No entanto, quando havia a troca de diretor, outro grupo de guardas assumia as posições de liderança e desfrutava das melhores moradias, estabelecendo uma política de alternância de poder. Nesse cenário, a facção criminosa unida e organizada, como o Comando Vermelho, mostrava-se mais forte e eficiente, principalmente em comparação com uma administração prisional desunida, que enfrentava conflitos internos relacionados a cargos e benefícios hierárquicos.

O CCRI foi apoiado por diversas autoridades, como políticos, ONGs, comissões de direitos humanos, presos, igreja e mídia, para pressionar e negociar com a direção do presídio. Em uma carta-denúncia enviada à promotora de Justiça Wanda Menezes em 29 de dezembro de 1987, o Comando Vermelho se refere a si como "nós", representando os internos da Penitenciária Cândido Mendes - Ilha Grande, por meio do CCRI.

Em outra carta enviada ao governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, em 24 de maio de 1988, os membros do Comando Vermelho se apresentam como representantes do CCRI, responsável pelo coletivo da Penitenciária Cândido Mendes; ao contrário do cenário dos anos 70, com muitos indivíduos e facções diferentes, o Comando Vermelho cria uma identidade coletiva através da violência e da troca de benefícios.

O Major Enéas Quintal, da Polícia Militar, ocupou diversos cargos de comando no sistema penal brasileiro. Ele foi diretor do Instituto Penal Cândido Mendes, vice-diretor do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (DESIPE) e foi o primeiro diretor de Bangu I. Em seu livro "A saga da Ilha Grande", publicado em 2016, Quintal conta sua experiência como administrador da prisão da Ilha Grande. Ele afirma que seus relatos não são "influenciados" por questões relacionadas aos direitos humanos, ao sensacionalismo, à vitimização, à política partidária ou a outros interesses diversos.

Com todo o poder nas mãos, o Comando Vermelho começa a perder sua mística na medida em que prática a opressão que tanto condenava e também passa a promover novos líderes diante de seu poder aquisitivo e influência. A sede agora é ganhar e ver mais e mais tentáculos ampliados nas

comunidades carentes de onde vieram. Já com regulamentos, códigos e tribunal de julgamentos, rotulado CCRI e LEMM, e sob o lema "Paz, Justiça e Liberdade", o Comando Vermelho estima as fugas diárias e os atos de indisciplina para buscar, mas regalias junto à administração, que naturalmente vai cedendo. (...) O terror implantado por essa facção era tão grande que a grande maioria dos presos, quando instados à prática de uma ilegalidade, só tinha duas alternativas: ou angra, ou sangra, "Angra" era assumir a autoria do fato delituoso e ir para a delegacia policial assinar mais um processo; "sangra" seria executar a missão sem nada assinar.⁸⁶

A manutenção dessa associação se originava nas inúmeras contribuições de membros e simpatizantes em liberdade ou foragidos escondidos nas favelas e morros cariocas, formando assim o fundo financeiro chamado de "caixinha". Colaborar com a caixinha era obrigatório para os membros presos⁸⁷, e quem deixasse de "doar" era submetido a um julgamento. Convocava-se um tribunal formado pelos integrantes do CCRI, que deliberavam o castigo ao devedor. A ajuda de quem estava em liberdade não era esquecida; aqueles que se recusassem a pagar terminavam na cadeia e pagavam a própria vida.

De 1987 a 1991, período em que as cartas do CV foram interceptadas, é caracterizado por um momento de transição das lideranças na Ilha Grande. Rogério Lemgruber foi o líder do CCRI até a sua fuga da Ilha em meados de 1985. Arakem Roberto Nogueira, companheiro de confiança de Lemgruber, assumiu a liderança do clube em abril do mesmo ano. Com o massacre de outubro de 1988⁸⁸, Arakem é transferido para o continente com outros membros do CCRI. Dessa forma, um novo grupo de presos é designado para a liderança do clube. Entre eles estavam Daniel Paraíba, Celsão, Bruxo de Camará, Ademir Negão, Ronaldo da Providência, Cabeça Preto, Magrinho, Simão Cacá Tortinho, San e Valdeir⁸⁹. Para presidente, Chiquito da Providência, com Beto Careca, seu vice.

Conforme as cartas do CCRI, conhecemos os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, relações-públicas, secretário-geral, diretor cultural, diretor de patrimônio, diretor musical, diretor de recreação, diretor de esporte, arquivista, porta-

⁸⁶ QUINTAL, Enéas. *A saga da Ilha Grande*. 1ªed. São Paulo: Editora Baraúna SE Ltda, 2016.

⁸⁷ Se a família do interno durante a visita trouxesse algo como algum dinheiro, comida, cigarro ou até mesmo objetos pessoais, os mesmos deveriam separar uma parte da doação para ajudar a caixinha.

⁸⁸ O massacre de outubro de 1988 e os outros massacres do Comando Vermelho foram explicados anteriormente no Capítulo II.

⁸⁹ Nas cartas não constam os nomes verdadeiros dos integrantes, somente os apelidos.

voz e assessor do presidente. Durante a pesquisa, não ficou claro o papel de todos os cargos, mas pelas correspondências é perceptível que as funções mais importantes são a de presidente, a mais alta posição de poder na Ilha Grande; vice-presidente, que assume a liderança na ausência do presidente; e secretário-geral, responsável pela gestão do dinheiro da caixinha, atuando como tesoureiro.

3.2 As cartas oficiais

Os documentos interceptados são cartas do Comando Vermelho de três instituições: o Presídio Ary Franco, em Água Santa, a Penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri (Baixada Fluminense), e o Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. A maioria dos documentos está relacionada ao IPCM e/ou a Leopoldo, tendo o coletivo CV da Ilha Grande como destinatário ou remetente. Vale ressaltar que, apesar de muitas cartas serem destinadas ao presídio de Bangu I, nenhuma foi enviada de Bangu ou escrita pelo próprio Rogério Lemgruber.

Para uma análise mais aprofundada, optou-se por focar nas correspondências datadas do coletivo CV da Ilha Grande, enviadas em nome do Clube Cultural Recreativo dos Internos, também conhecido como CCRI. Embora os documentos oficiais da organização sigam uma estrutura comum, as cartas enviadas pelo CCRI apresentam uma maior rigidez e formalidade em comparação com os outros coletivos. Isso se deve ao fato de que a Ilha Grande foi o local de origem da Falange Vermelha e onde a organização se estabeleceu e fortaleceu antes de se expandir para outras prisões.

Essas cartas são classificadas como "oficiais" porque reproduzem a estrutura de uma correspondência oficial, seguindo o formato de um documento de ofício⁹⁰ (Figura 20). Esse tipo de correspondência é normalmente enviado a funcionários ou autoridades públicas para solicitar, reivindicar ou comunicar algo.

O ofício tem um poder simbólico que confere ao documento um caráter "definitivo" e "real", sendo esse registro a origem do termo "oficial". Ao redigir um

⁹⁰ O ofício é o tipo mais comum de correspondência oficial expedida por órgãos públicos ou privados, em objeto de serviço. Seu destinatário, no entanto, além de outro órgão público, pode ser também um particular.

ofício, uma pessoa, empresa, órgão governamental ou entidade expressa a sua opinião formal, estabelecendo uma "posição oficial". A elaboração do documento requer formalidades, como a redação em linguagem formal e a apresentação de argumentos coerentes e consistentes para justificar o pedido.

Figura 20 - Modelo de um documento de Ofício

Ofício sem qualificação

OFÍCIO DE [tipo de ofício]

Ofício nº ____/____

[localidade], [dia] de [mês] de [ano]

A/C sr.(sra.) [nome da pessoa que vai recebê-lo]
[cargo ou função do destinatário]
[empresa ou órgão do destinatário]

Assunto: [Tema sobre o qual você irá tratar]

Caro(a) sr.(sra.) [cargo ou função do destinatário],

Considerando [descreva a situação e os motivos que contextualizam ou embasam sua demanda], solicito atenção e providências relacionadas a [detalhes de sua solicitação e a finalidade pretendida].

[Saudação e despedida],

[assinatura] _____
[seu nome]

Fonte: <http://destinonegocio.com/>

Na figura 21, é apresentada a estrutura da carta do CCRI elaborada no estilo de um ofício. De maneira geral, podemos identificar os principais elementos presentes em uma carta oficial do CCRI, os quais são: a) número do ofício, b) local e data c) destinatário, d) assunto, e) fórmula de tratamento, f) conteúdo do ofício, g) saudação e despedida, e h) assinatura e identificação.

a) Número do ofício: O número do ofício é uma forma de controlar a quantidade de ofícios emitidos por ano. No entanto, o documento também pode não ter nenhuma numeração, sendo indicado como "Ofício s/n" (sem número).

b) Local e data: O local de emissão do ofício é indicado, no caso, a Penitenciária Cândido Mendes - Clube Cultural e Recreativo dos Internos. A data de emissão segue o formato "dia de mês de ano", como por exemplo, "05 de julho de 1990".

c) Destinatário: Nessa seção, é comum indicar o nome do funcionário, incluindo seu cargo e o nome da empresa ou instituição. Por exemplo: "Aos: Amigos Irmãos C.V.

Deco, Bolero e Família C.V. do Caratê"; "Aos: Amigos Irmãos do Grupo da LEMM - CV".

d) Assunto: O assunto é descrito em poucas palavras, ocupando no máximo uma linha. No exemplo da Figura 21, não há essa seção, mas em outras cartas é possível encontrá-la. Exemplos de assuntos: "Ass: COMUNICAÇÃO - FAZ"; "Ass: DOAÇÃO - SOLICITA".

Figura 21 - Modelo de carta do expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada e manipulada (Ilha Grande, 05 de julho de 1990)

<u>PENITENCIÁRIA CÂNDIDO MENDES</u> <u>CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DOS INTERNOS</u> Ofício s/nº C.C.R.I./90 Em, 05 de julho de 1990 Ass: Amigos Irmãos C.V. Deco, Bolero e Família C.V. do Caratê	1. Cabeçalho
Amigos Irmãos C.V. Em primeiro lugar, desejamos que es- te ao cegar em suas mãos vá encontra-los desfrutando de grande saú- de e paz, juntamente de toda Família C.V. do Caratê. Que a Liberdade de de todos voces seja eterna.	2. Saudação e Votos
Amigos Irmãos C.V. Deco e Bolero, o motivo pelo qual te enviamos este documento é para lhes colocar ci- ente de que vamos realizar a nossa Festa do Dia dos Pais nos próxi- mos dias 18 e 19 de agosto e pedimos à voces na medida do possível que nos fortaleça. O Amigo Irmão C.V. San, fará uma comunicação à parte com voces, a respeito deste documento e do fortalecimento. Amigos Irmãos C.V., estamos nos co- municando com a nossa Família C.V. com antecedência para que nos- sas doações cheguem antes da data da Festa, para que não fique tu- do para cima da hora, pois nossos planos são de fazer uma festa ma- neira para nossos familiares. Agradecemos à voces da coração pelo que voces puderem fazer por nós.	3. Texto Principal
Enviamos o nosso Forte abraço, o Grupo do C.C.R.I. da Ilha Grande, juntamente do Forte abraço de to- do Coletivo C.V. da Ilha Grande, à voces e à todos da Família C.V. do Caratê. FAMÍLIA UNIDA JAMAIS SERÁ VENCIDA. O MAL JAMAIS VENCERÁ O BEM PAZ * JUSTIÇA * LIBERDADE	4. Despedida e Lema
CHIKUITO <i>Chiquito C.V.</i> BETO CARECA <i>Beto Careca C.V.</i> DANIEL PARAIBA <i>Daniel Paraíba C.V.</i> CELSÃO <i>Celsão C.V.</i> BRUXO DE CAMARÁ <i>Edgardo de Camará da Silva Leite C.V.</i> SAN <i>Ederson C.V.</i> ADEMIR NEGÃO <i>Ademir Negão C.V.</i> RONALDO DA PROVIDÊNCIA <i>Ronaldo da P.V. C.V.</i> CABEÇA PRETO <i>Cabeça Preto C.V.</i> SIMÃO <i>Simão C.V.</i> MAGRINHO <i>Reneirinho (Moquinho) C.V.</i> CACÁ TORTINHO <i>Cacá Tortinho C.V.</i> VALDEIR <i>Valdeir Gomes Vitoralva C.V.</i>	5. Assinaturas

Fonte: A autora

e) Fórmula de tratamento: A fórmula de tratamento utilizada varia de acordo com o tipo de autoridade, como "sr.", "sra.", "srta.", "Ilmo.", entre outros. No caso das cartas do comando, a fórmula de tratamento utilizada é "Amigo(s) Irmão(s) C.V.".

f) Conteúdo do ofício: essa parte do documento inclui a demanda ou comunicado, identificando e explicando o que é necessário. No exemplo da Figura 21, o conteúdo se refere à festa do Dia dos Pais.

g) Saudação e despedida: A saudação é feita de forma polida, desejando saúde e paz ao destinatário, juntamente com sua família. A despedida é acompanhada de um forte abraço do grupo do C.C.R.I. da Ilha Grande e do coletivo C.V. da Ilha Grande à família C.V. do Caratê.

h) Assinatura e identificação: A assinatura é uma prática comum em ofícios, tornando o documento único. Geralmente, abaixo da assinatura, é indicado o nome do remetente e, por vezes, seu cargo e instituição. Por exemplo: "Chiquito C.V. - PRESIDENTE DO C.C.R.I."

A adoção de uma linguagem formal nos documentos de ofício pelo Comando Vermelho teve como objetivo principal estabelecer sua credibilidade e legitimidade. Esses documentos não eram apenas cartas comuns, mas sim documentos que possuíam um valor simbólico, sendo considerados oficiais, formais e reconhecidos como tal. Isso se deve ao fato de que a formalização dos documentos tinha um papel importante no controle e regulamentação por meio de um poder coercitivo. Isso significa que havia uma posição oficial do grupo que prevalecia sobre as discordâncias e opiniões individuais.

Para o historiador Le Goff (1996), os documentos são produzidos a partir de um centro de poder. Nesse processo, ocorre a exclusão e desvalorização de outros conhecimentos, que são considerados não legítimos, em favor dos conhecimentos selecionados e regulamentados pelas instituições. No caso específico do presídio, as antigas normas e valores são desconsiderados em favor das novas regras e conhecimentos estabelecidos pelo Comando Vermelho. Por meio do poder conferido e estabelecido, o CCRI se torna o guardião legítimo das regras, detendo o monopólio dessa legitimidade.

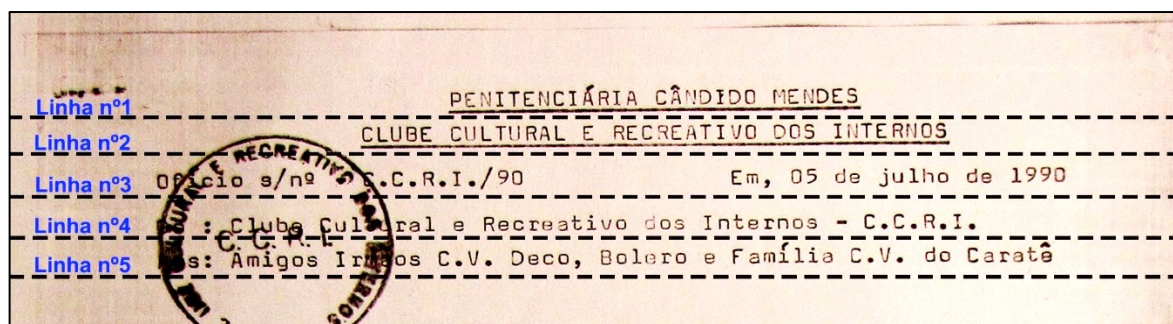
A organização buscava legitimidade, utilizando-se de uma forma de comunicação que era respeitada pelas autoridades policiais. Anteriormente, eram estigmatizados pela sociedade como pessoas desqualificadas e pouco educadas.

Agora, eles procuravam demonstrar que possuíam conhecimento, instrução e um status simbólico elevado.

3.1. Cabeçalho

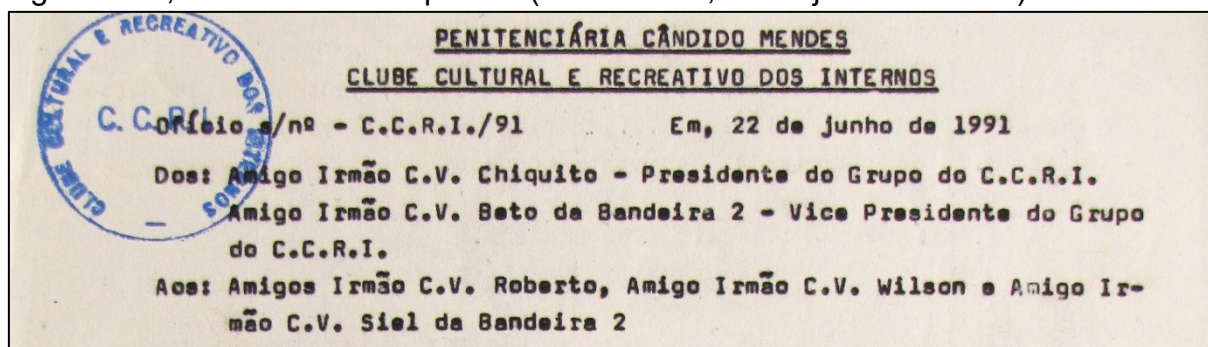
Nas imagens abaixo (22, 23, 24, 25 e 26), podemos observar que as cartas do Comando Vermelho possuem cabeçalho padrão. Esse cabeçalho, geralmente, é composto por cinco linhas (Figura 22), contendo os seguintes itens: “Linha nº1”, nome da instituição penal de origem; “Linha nº2”, nome do clube ou grupo; “Linha nº3”, número de ofício e a data; “Linha nº4”, temos “De/Do:” seguido dos nome(s) do(s) remetente(s); “Linha nº5”, temos os nome(s) do(s) destinatário(s). Vale destacar que todos esses itens são legitimados pelo carimbo oficial do clube.

Figura 22 - Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 05 de julho de 1990)



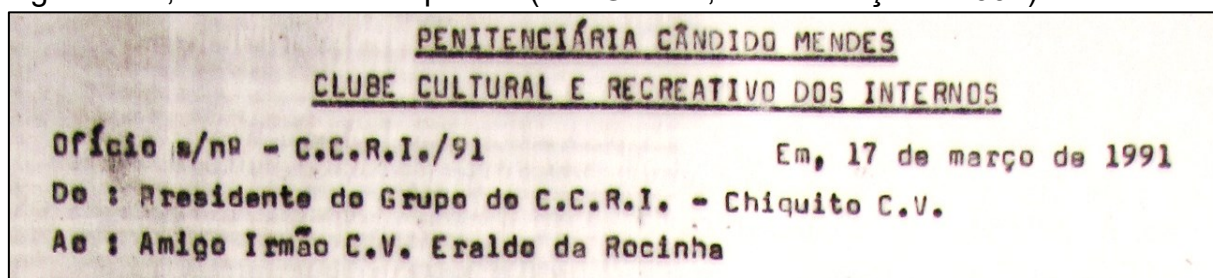
Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 23 - Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 22 de junho de 1991)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

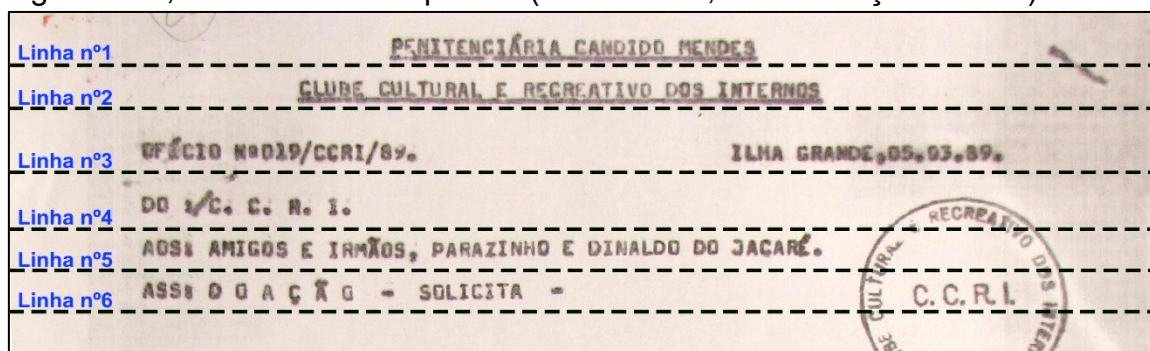
Figura 24 - Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 17 de março de 1991)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

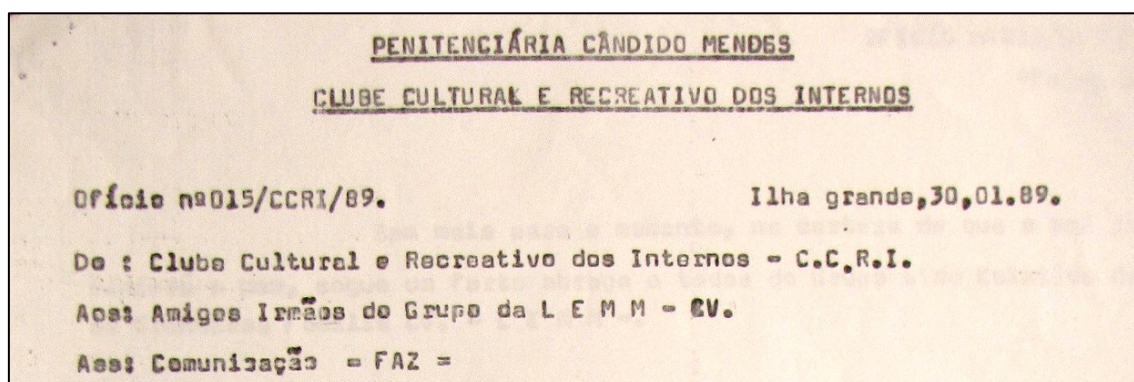
O Clube Cultural e Recreativo dos Internos não é o único clube cooptado pela organização do Comando Vermelho no presídio. Por isso, a segunda linha é preenchida com o nome pelo qual aquele coletivo CV se identifica. Na Penitenciária Milton Dias Moreira, por exemplo, o coletivo CV se identifica por Liga de Esporte Milton Moreira (LEMM), clube criado pelos integrantes da organização. Em algumas cartas há também uma sexta linha (Figura 25), que acrescenta o assunto a ser tratado na carta. Ex.: Ass: DOAÇÃO – SOLICITA

Figura 25 - Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 05 de março de 1989)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

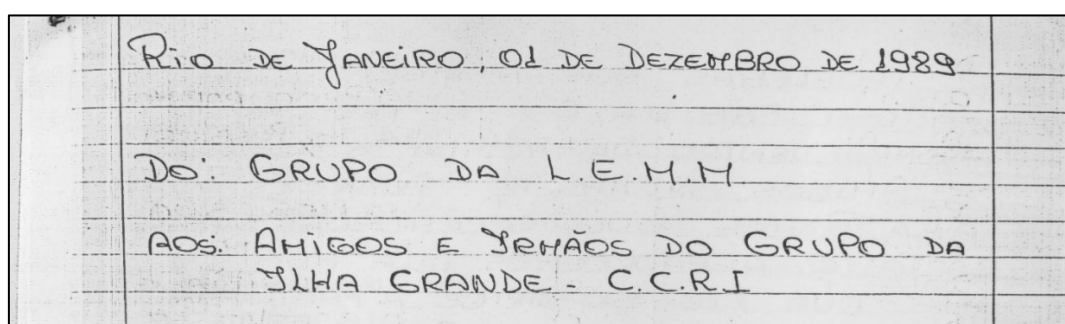
Figura 26 - Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1989)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Observe que nos exemplos mencionados, as palavras "Amigo", "Irmão" e "C.V." são colocadas antes dos nomes dos membros. As cartas analisadas, geralmente, possuem referências fraternais aos seus membros e às comunidades onde o Comando Vermelho está presente. Isso reforça a ideia de união da organização, chamada de família ou, como eles se referem, a "Grandiosa família CV".

Figura 27 - Recorte do cabeçalho de uma carta expedida pelo LEMM- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1989)



Fonte: A autora, 2018.

As cartas enviadas pelas lideranças do Comando Vermelho seguem uma estrutura semelhante. A diferença entre o CCRI e outros grupos está na formalidade e nos recursos que estão disponíveis. Todas as cartas oficiais do CV Ilha Grande são escritas em máquinas de escrever, possuem um cabeçalho formal padrão e são carimbadas com o selo oficial do grupo. Por outro lado, os outros grupos não tinham os mesmos recursos. Por exemplo, o LEMM, após a máquina da liga quebrar,

começou a escrever as cartas à mão. O cabeçalho também é mais simples, contendo apenas a data, o local, o remetente e o destinatário (Figura 27).

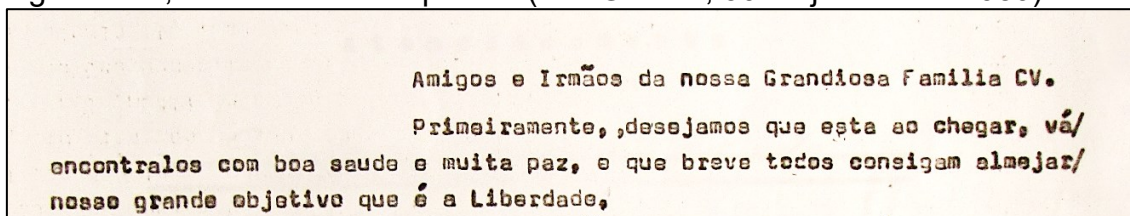
Alguns dos recursos do CCRI, assim como o espaço da sua sede, foram cedidos pela direção do presídio. Para a direção, era importante que o presídio não entrasse em colapso, com alguma grande rebelião ou chacina. Em troca da contenção dos presos, eram negociados alguns privilégios com a liderança do Comando Vermelho, por exemplo, a abertura do presídio para a festa do Dia dos Pais ou a doação de uma máquina de escrever ao clube.

3.2. Saudação e votos

A saudação começa com um cumprimento padrão da organização, o *Amigo(s) Irmão(s) CV*. Em alguns casos é acrescentada a expressão “e a Grandiosa Família CV”. Nas cartas, a facção criminosa, ao invés de se dirigir às favelas apenas pelo nome (à favela/Morro da Mangueira), acrescenta aos lugares o prefixo [*Família CV*]. Ex.: à *Família CV do Jacaré*, à *Família CV do Cantagalo* ou à *Família CV da Mangueira*.

Após a saudação cordial, seguem algumas palavras de incentivo, desejando que os destinatários possam estar desfrutando de *boa saúde, paz* e, principalmente, de *liberdade*. Os votos de felicidades do grupo são sempre levados em consideração. Além disso, aspiram àqueles ainda presos que “*consigam almejar o nosso grande objetivo que é a liberdade*”⁹¹ e, aos libertos, que “*a liberdade de todos vocês seja eterna*”⁹².

Figura 28 - Recorte da saudação de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1989)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

⁹¹ Ver na figura 22.

⁹² Ver na figura 23.

Figura 29 - Recorte da saudação de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 22 de junho de 1991)

Amigos Irmãos C.V.

Em primeiro lugar, desejamos que este ao chegar em suas mãos vá. encontra-los desfrutando da mais perfeita saúde e paz, juntamente de toda Família C.V. de Bandeira 2. Que a Liberdade de todos vocês seja eterna.

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 30 - Recorte da saudação de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada e recortada (Ilha Grande, 17 de março de 1991)

Amigo Irmão C.V.

Em primeiro lugar, desejo que este ao chegar em suas mãos vá te encontrar desfrutando da mais perfeita saúde e paz, junto à toda Família C.V. da Rocinha. Que a Liberdade de todos vocês seja eterna.

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Nas cartas analisadas, observa-se uma preocupação constante com o bem-estar dos membros da organização. Essa preocupação é expressa através do uso de palavras como "primeiramente" e "em primeiro lugar". Esses termos transmitem a ideia de que, antes de abordar qualquer pedido ou problema, é importante garantir que os membros estejam em um estado de paz, evitando que questões menores interfiram nos interesses gerais da organização.

3.3. Texto principal

Para essa análise, selecionamos seis cartas da organização, separadas em três subtópicos, para discutir os diferentes assuntos presentes nos textos. Vamos explorar os significados de "fortalecimento", o papel do portador de confiança e a importância da rede de informações criada pela facção criminosa. Seguimos analisando o poder e o controle da organização dentro da prisão, com base nos eventos realizados pelo CCRI na Penitenciária Cândido Mendes. Por fim, iremos examinar como os membros lidam com desentendimentos internos e casos de traição, e entender como funcionavam as regras dentro do grupo.

3.4.1. Fortalecimento, portador de confiança e informação

Após a saudação e os votos de “saúde, paz e liberdade”, apresenta-se o texto principal com os pedidos e as demandas do grupo, que incluíam: a solicitação de ajuda material, a reafirmação dos laços amizade, trocas de informações, convites para eventos, o agradecimento pela ajuda prestada, as ordens da liderança para os membros e a resolução de disputas internas. Esses elementos são chamados de “fortalecimento”.

O “fortalecimento” pode ter vários sentidos, dependendo do contexto, mas na maioria das vezes, significa reforçar o grupo com recursos materiais. Enquanto isso, sua derivação, “fortalecer” pode significar tanto reforçar os laços entre os membros, reafirmando votos de lealdade à organização, quanto fornecer apoio material, como dinheiro, drogas e outros bens materiais.

Outra interpretação é relacionada à valorização e atenção dada ao indivíduo ou ao coletivo, como fornecer apoio, coragem, algum benefício, cuidado, informação, incentivo, confirmação, autorização e confiança. O “fortalecimento” é solicitado nas cartas como uma forma de “reforçar” ou “prover” algo para um projeto ou intenção do grupo, especialmente nos eventos organizados pelo CCRI, como festas de Carnaval, Dia dos Pais, festas de Natal, e assim por diante. A seguir, temos um trecho de uma carta enviada pelo clube solicitando suprimentos para a comemoração do Dia dos Pais.

Amigos irmão CV, o motivo pelo qual lhes enviamos esse documento, é para por voces cientes de que precisamos que vocês nos fortaleça, em termos de materiais para decoração de nossa Festa do Dia dos Pais. Portanto a portadora vai lhes procurar e lhes entregar este documento para que vocês de-em uma força, pois estamos precisando com a máxima urgência desses materiais.⁹³

O funcionamento do CCRI dependia desses inúmeros fortalecimentos. As cartas continham desde pedido de bola de futebol e troféu para realização de campeonatos do esporte, até objetos pessoais, de escritório e de limpeza, como sabonete, pasta de dente, papel higiênico, vassouras, redes, sabão em pó, desinfetante, envelopes, papel almaço, cola e caneta. Não era incomum o pedido de

⁹³ Carta expedida pelo CCRI em 5 de agosto de 1990, endereçada a Família Metrala CV – Valtair e Valdeci.

peças de reposição para o conserto de eletrodomésticos, tais como geladeira, televisão e fogão.

Figura 31 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 6 de novembro de 1990)

PENITENCIÁRIA CÂNDIDO MENDES
CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DOS INTERNOS

ano - C.C.R.I./90 Em, 06 de novembro de 1990

Clube Cultural e Recreativo dos Internos - C.C.R.I.

Ao : Amigo Irmão C.V. Márcio do Cantagalo

Amigo Irmão C.V.

Em primeiro lugar, desejamos que este ao chegar em suas mãos vá encontra-lo desfrutando da mais perfeita saúde e paz, juntamente de toda nossa Família C.V. do Morro Cantagalo. Que a Liberdade de todos voces seja eterna.

Amigo Irmão C.V. Márcio, o motivo pelo qual lhe enviamos este documento é para por voce ciente de que vamos realizar a nossa Festa de Natal nos próximos dias 15 e 16 de dezembro. Nossos planos são de realizar uma Festa maneira para nossos familiares e visitantes. Portanto, pedimos que voce nos fortaleça enviando brinquedos para distribuímos para as crianças e brindes para serem sorteados para os visitantes que estiverem presentes.

Recebemos a visita de nossa Amiga Irmã C.V. D. Maria Alice, esposa de nosso Amigo Irmão C.V. Mulatão, portadora deste e pessoa de nossa inteira confiança, recorremos à ela com a finalidade de que faça chegar este documento até suas mãos.

Pedimos à voce para se comunicar com a gente, pois estamos desligados em termos de comunicação com a Família C.V. do Morro Cantagalo, e isso não pode acontecer, pois os Amigos cobram de nós por não nos comunicarmos com nossa Grandiosa Família C.V. do Morro Cantagalo. AGUARDAMOS NOTÍCIAS URGENTE.

Enviamos o nosso Forte abraço, o Grupo do C.C.R.I. da Ilha Grande, juntamente do Forte abraço de todos do Coletivo C.V. da Ilha Grande, à voce e à todos da Família C.V. do Morro Cantagalo. Deus está conosco.

FAMÍLIA UNIDA JAMAIS SERÁ VENCIDA.

O MAL JAMAIS VENCERÁ O BEM.

CHIQUITO *Chiquito C.V.* PAZ * JUSTIÇA * LIBERDADE

BETO CARECA *Beto Careca C.V.* COMANDO VERMELHO.

DANIEL PARAIBA *Daniel Paraíba C.V.* C.C.R.I.

CELSÃO *Celsão C.V.*

BRUXO DE CAMARÁ *Edgardo Severiano da Silva C.V.*

VALDEIR *Valdeir Gomes C.V.*

RONALDO DA PROVIDENCIA *Ronaldo da Silva C.V.*

CABEÇA PRETO *Cabeça Preto C.V.*

MAGRINHO *Magrinho (Morrocinho) C.V.*

SIMÃO *Simão C.V.*

SAM *Edurmen C.V.*

SEU ARY *Ary C.V.*

CACÁ TORTINHO *Cacá Tortinho C.V.*

RUSSO BEIJOQUEIRO *Russo Beijoqueiro C.V.*

MARANHÃO *Maranhão C.V.*

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Na carta de 6 de novembro de 1990, apresentada na Figura 31, discute-se a realização da festa de Natal. O coletivo CV da Ilha Grande solicita ao "Amigo Irmão CV Marcinho do Cantagalo" que "fortaleça" o grupo enviando brinquedos para serem distribuídos às crianças e convidados durante a festividade de fim de ano. Aqueles encarregados de buscar e entregar esses itens de fortalecimento são chamados de "portadores de confiança".

Geralmente, o portador de confiança é o cônjuge ou parente de um detento. Eles são indicados na própria carta como pessoas em quem o coletivo CV confia plenamente. A função do portador é receber e/ou entregar correspondências, bem como os itens de fortalecimento, o que às vezes implica em contrabandear drogas para dentro do presídio. Em algumas situações, eles também deviam transmitir informações verbalmente, especialmente quando a censura era mais intensa. Dessa forma, era possível abordar questões e situações que não poderiam ser discutidas diretamente ou de maneira clara nas cartas.

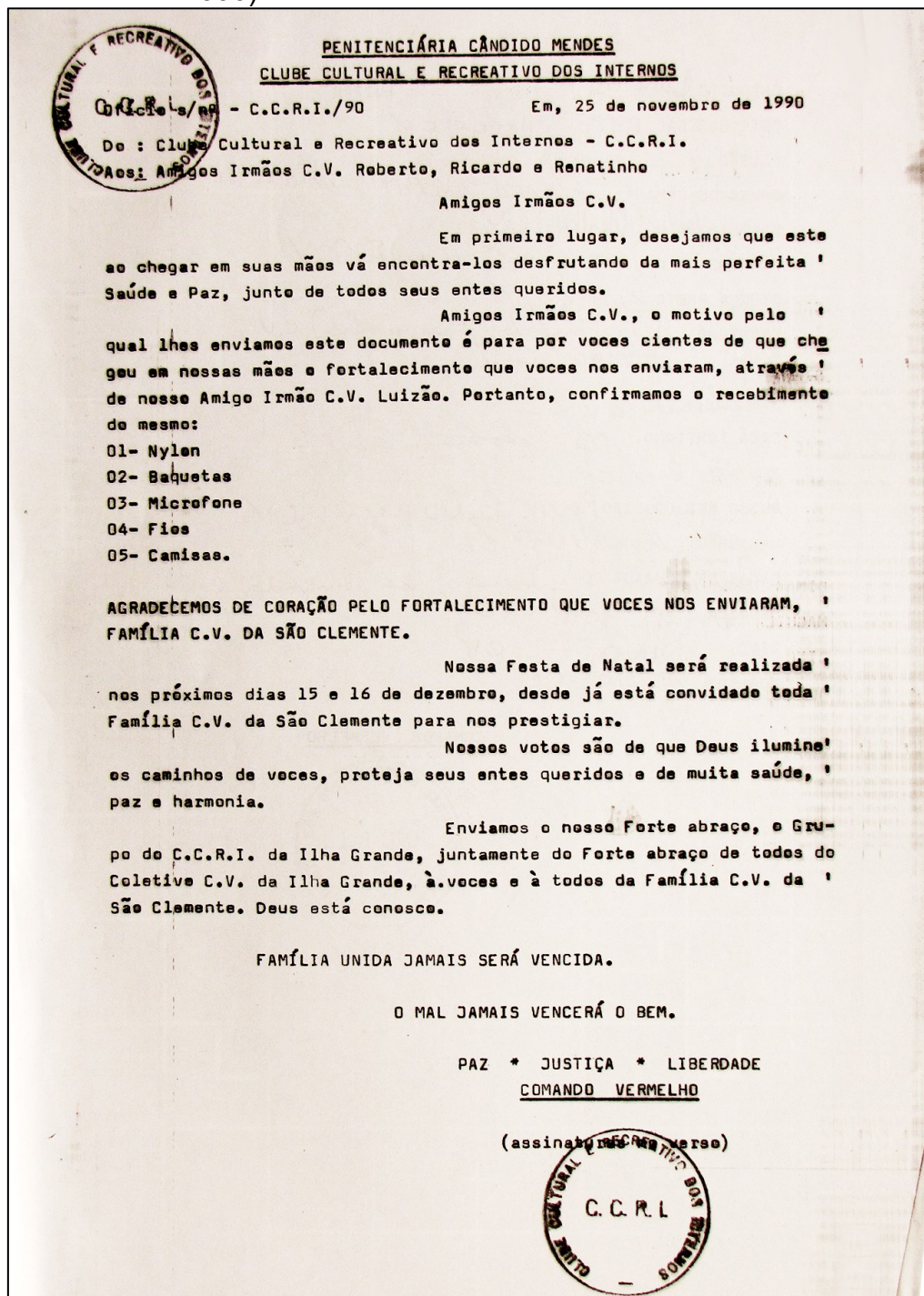
O esquema funcionava da seguinte maneira: as ordens da liderança e os pedidos de fortalecimento eram enviados por carta para um portador de confiança. Em seguida, o portador repassava essas informações a um gerente ou chefe de uma comunidade controlada pelo CV. Depois disso, os itens de fortalecimento e a pessoa encarregada da entrega, conhecida como "mula", eram autorizados a visitar o presídio e entregar os objetos.

Quando não era possível subornar os guardas, as drogas eram geralmente introduzidas no presídio escondidas no corpo da pessoa após uma longa viagem. Para chegar à Penitenciária Cândido Mendes, era necessário enfrentar uma travessia de barco de Mangaratiba até a Vila de Abraão, o que costumava durar cerca de 3 horas na época. Em seguida, era preciso seguir por estrada até a Vila Dois Rios, sendo comum que visitantes passassem mal durante o trajeto. Leopoldo comenta sobre essa questão em uma das entrevistas.

Umas passavam mal aqui dentro aí as irmãs [freiras] tinham que tirar o negócio de dentro delas. Só que elas não falavam nada para a segurança. Elas entravam e tinha uma mulher passando mal, iam lá tiravam o "troço" lá e muitas vezes não entregavam. Faziam a parte dela, mas não comunicava aquilo ali para a segurança. Muitas passavam mal mesmo, porque as vezes a quantidade era muita. O tempo também que elas vinham de Mangaratiba e chegavam no Abraão, ficava aquele tempo todo, até pegar a condução. Então vinha passando mal. Aí as irmãs avisavam que tinha mulher passando mal, diziam até que estavam grávidas. Mas não estavam não! Era *pra* tirar o "negócio". (Entrevista com Sr. Leopoldo: 24/2/2011)

Após a entrega da encomenda, o CCRI enviava uma carta de agradecimento, convidando o Amigo Irmão CV para a festividade. Na carta de agradecimento do CCRI à "Família CV da São Clemente", podemos observar que os membros do clube descreviam cada item recebido para assegurar que nada tivesse sido extraviado durante o processo.

Figura 32 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 25 de novembro de 1990)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

A comunicação eficiente era um ponto importante na dinâmica do grupo. A falta de comunicação entre os membros do Comando Vermelho (CV) era um problema que causava tensão e preocupação. Isso acontecia quando não havia notícias de algum lugar da organização, como um morro específico. Isso podia acontecer porque não tinha um mensageiro confiável ou porque a polícia estava mais presente nas comunidades. Era muito importante manter o contato e os laços entre eles.

Os líderes da organização se comunicavam constantemente com os gerentes das bocas de fumo e os líderes das favelas. Essa rede de informações era valiosa e, muitas vezes, mais eficiente do que a do governo. A falta de comunicação gerava desconfiança e preocupação entre os membros, especialmente em momentos turbulentos.

A ausência de notícias podia indicar que um morro estava isolado por ações policiais, o que afetava a venda de drogas. Também podia significar que algum membro tinha sido preso, ferido ou até morto em confronto com a polícia. Além disso, a falta de informação poderia ser intencional, sugerindo que alguém desleal estava roubando ou se aproveitando do grupo. Por isso, era fundamental estar atualizado para saber se a organização estava enfrentando dificuldades ou se havia conflitos internos ou externos.

Quando uma família do Comando Vermelho (CV) ficava sem enviar notícias por um tempo prolongado, os próprios membros começavam a cobrar explicações. Na figura 31, vemos os integrantes do CCRI expressando suas preocupações, dizendo: "Por favor, nos mantenham informados, estamos desconectados da família CV do morro Cantagalo, e isso não pode acontecer, pois somos cobrados pelos nossos amigos devido à falta de comunicação". O grupo reconhecia a importância da comunicação e mostrava sua preocupação quando não recebia notícias. No caso do Coletivo CV da Ilha Grande, havia maiores dificuldades devido ao isolamento da prisão e aos obstáculos no caminho para entregar as mensagens.

3.4.2. Gestão de pessoas e recursos

Nos anos 80, o Comando Vermelho desfrutava de ampla autonomia na Penitenciária Cândido Mendes. No entanto, com a ascensão de Moreira Franco como governador do Rio de Janeiro e o fim da política de respeito aos direitos humanos

promovida durante o governo de Brizola, a Ilha Grande passou a enfrentar repressão. Os portões que antes estavam abertos foram fechados, as galerias foram trancadas e as poucas oportunidades de trabalho e a iniciativa do Colono Livre foram extintas. O acesso ao banho de sol no pátio tornou-se um privilégio raro e houve um aumento nas denúncias de violência policial contra os detentos. Numa carta enviada a Rogério Lemgruber, os integrantes do CCRI relatam a situação da Penitenciária Cândido Mendes:

No momento a situação do prédio é o seguinte: as galerias estão trancadas, banhos de sol raramente. Comunicação quase nenhuma, pois inclusive acabaram-se as visitas do colono. Não existe mais colono livre na Ilha Grande, por isso está muito difícil de comunicação. A administração fez de tudo para sabotar a nossa festa, transferindo os amigos do CCRI para Água Santa. A responsabilidade que ficou em nossas mãos para darmos continuidade ao trabalho que os amigos deixaram, está sendo muito difícil, pois a Administração está fazendo de tudo para não nos deixar organizar a festa, tivemos vários contratempos que nos impediram de organizar uma festa melhor, e hoje conseguimos trazer o diretor dentro do presídio, e ele deu a palavra perante o Coletivo de que haverá festa. (Fragmento da carta expedida pelo CCRI em 23/3/1989)

Nesse contexto, as festas organizadas pelo CCRI foram de fundamental importância, pois demonstravam que o grupo estava unido e forte diante da administração prisional. Era uma luta diária para reconquistar espaços que antes eram garantidos, exigindo muita paciência e disciplina. Semanalmente, eram realizados torneios de futebol e, quase todo mês, eram programadas diversas festas, como Carnaval, festas juninas, Dia das Mães ou dos Pais, Dia das Crianças, Natal, entre outras.

O coletivo pedia por constantes “fortalecimentos” para viabilizar esses eventos. Quanto maior a celebração e a quantidade de recursos disponíveis, maior era a pressão exercida sobre a administração do presídio. A liderança do Comando Vermelho negociava, entre outros aspectos, a permissão para visitas durante as festividades, a ampliação do número de convidados ou a extensão do tempo de permanência das famílias dos detentos na Ilha Grande.

A perda de espaços também ocorria quando ocorriam eventos significativos, como rebeliões ou massacres. No entanto, independentemente da situação, o poder e a influência da organização sobre a administração da Penitenciária Cândido Mendes eram notórios, conforme mencionado por Leopoldo em uma entrevista.

[...] a facção do Comando Vermelho quando ela se posicionou como Comando Vermelho e que eles assumiram o controle dessa cadeia, praticamente o

diretor fazia o que eles queriam, dependia do diretor, entendeu? Se eles queriam uma festa, chegava lá reunia a equipe botava o diretor “tem uma festa para o dia tal, queremos isso, queremos aquilo”, entendeu? Então eles mandavam, “queremos assim, assim e assim”, a cadeia ficou de uma tal maneira que [...] o diretor ele não entrava nem mais na penitenciária [...](Entrevista com Sr. Leopoldo: 24/2/2011)

Figura 33 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 6 de novembro de 1989) Parte I

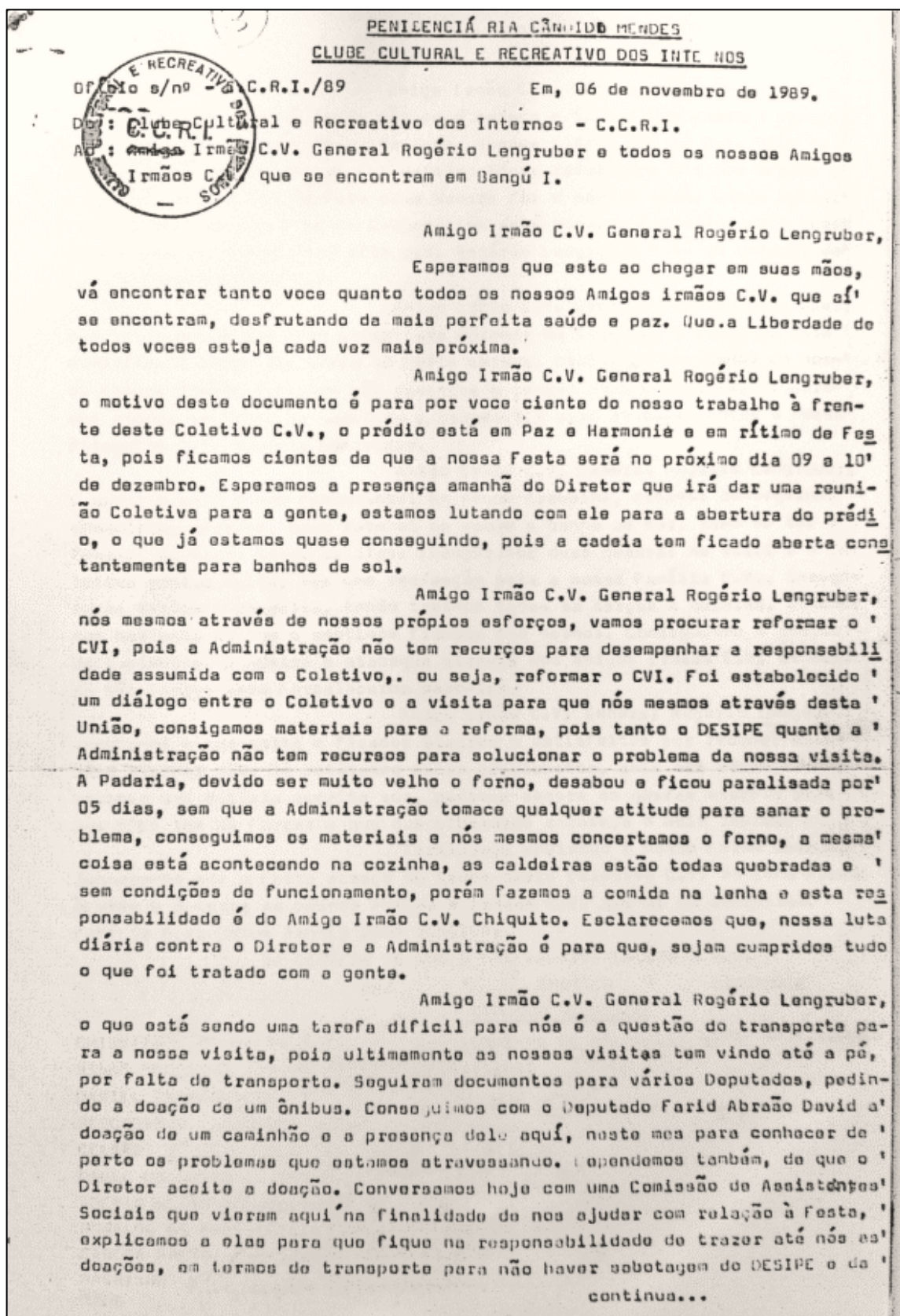
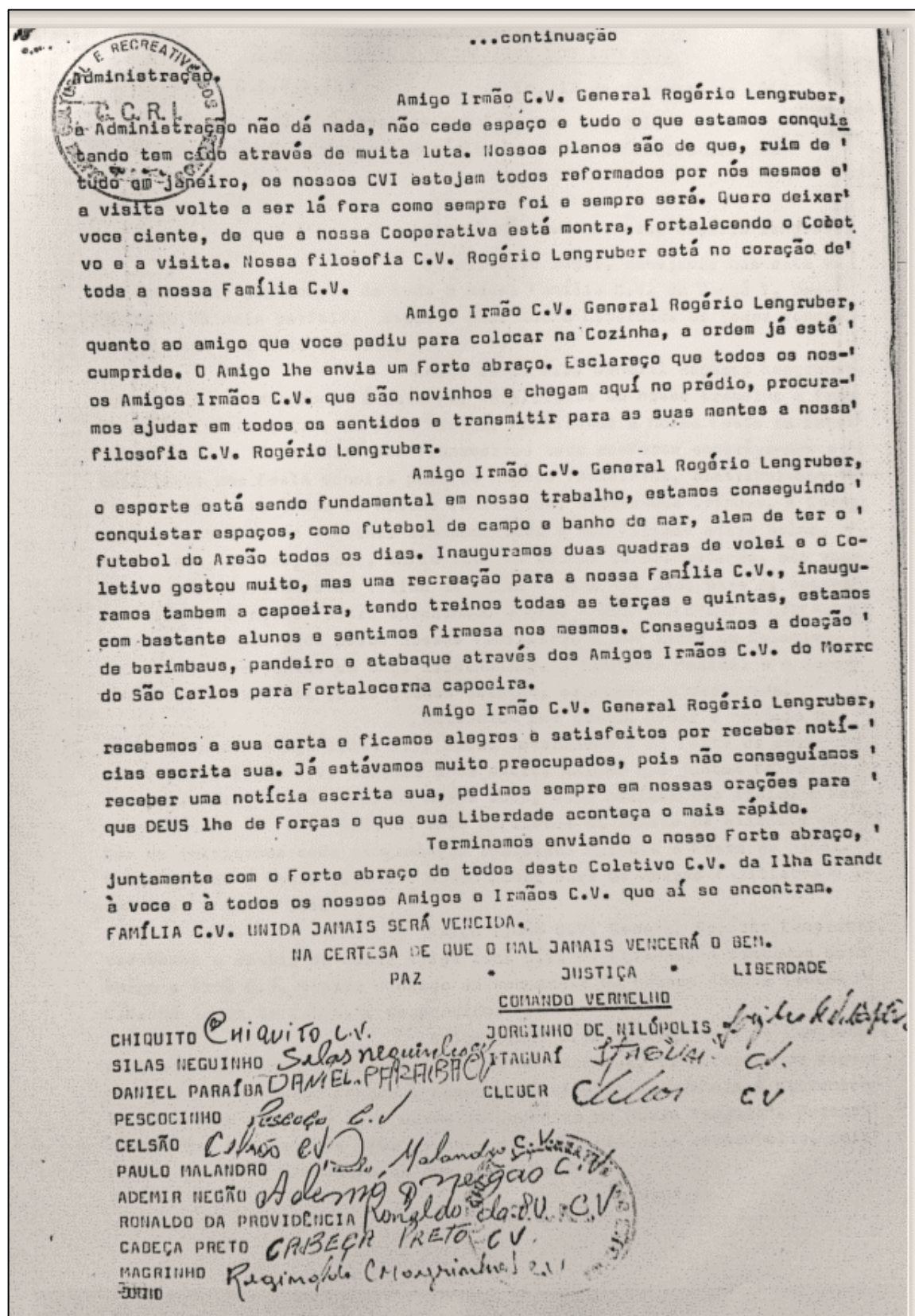


Figura 34 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 6 de novembro de 1989) Parte II



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

O Comando Vermelho exercia controle não apenas sobre o espaço físico, mas também sobre a população carcerária. Essa forma de controle já existia, como evidenciado pela figura do xerife, um detento influente que governava sua cela e cobrava taxas dos outros presos. No entanto, o Comando Vermelho inovou ao exercer controle em larga escala sobre os presos. Eles dominavam a maioria do contingente carcerário de uma instituição penal, tendo poder para realizar massacres e rebeliões, além disso, tinham de uma maior autonomia em relação à administração do presídio e aos guardas.

Para manter seu poder, o Comando Vermelho utilizava diversas práticas, como fornecer suporte material aos grupos, ter uma rede de informações eficiente, seguir uma filosofia coletivista e hierárquica, e recorrer à força quando necessário. Na carta enviada a Rogério Lemgruber (Figura 33 e 34), vemos o coletivo CV da Ilha Grande se movimentar para reformar casas de visita, consertar o forno da cozinha, conseguir transporte para o trajeto entre Abraão e Dois Rios e até organizar treinos de capoeira para os presos.

Esses e outros casos reforçavam a imagem do Comando Vermelho como líderes e provedores, com maior influência e poder em comparação ao sistema carcerário deteriorado e autoritário. Os constantes fortalecimentos reforçavam a posição do Comando Vermelho como negociador e organizador das demandas dos detentos. A grande e bem estruturada rede de informações permitia-lhes ter um certo controle sobre as ações realizadas, pelos responsáveis e os custos envolvidos.

3.4.3. Regras, desentendimentos e traição

Apesar de ser uma organização articulada, houve momentos em que a comunicação não funcionou. As cartas e encomendas poderiam ser confiscadas pelos guardas e até mesmo o portador de confiança, alguém da boca de fumo ou até mesmo a mula, poderiam se apropriar indevidamente dos fortalecimentos. Se um traidor fosse descoberto, o grupo o puniria de acordo com sua falta, podendo até mesmo resultar em execução se a pessoa tentasse fugir e fosse presa.

Nas cartas interceptadas, acompanhamos um caso grave de apropriação indevida e traição. Esse episódio ocorreu quando Moreira Franco assumiu o poder e os portões da Penitenciária Cândido Mendes foram fechados, comprometendo a comunicação entre o coletivo CV da Ilha Grande e a “Grandiosa Família CV”.

Aproveitando-se da situação, no final de 1990, algumas companheiras dos membros do CCRI começaram a pegar “fortalecimentos” sem o conhecimento ou autorização dos líderes.

Durante mais de um ano, elas conseguiram fazer isso sem serem notadas, acumulando uma grande quantidade de dinheiro e drogas, resgatando pequenas quantias em várias áreas de venda de drogas da organização. Os membros do CCRI começaram a receber relatos de retiradas não autorizadas, mas, devido à comunicação comprometida, demoraram para descobrir as autoras desse esquema.

Durante a investigação dessas irregularidades, foram feitas diversas denúncias solicitando o nome dos envolvidos. Em uma carta enviada a Rogério Lemgruber no dia 9 de fevereiro de 1990, o CCRI informa que estão ocorrendo retiradas não autorizadas em nome do Coletivo da Ilha Grande. Chiquito solicita, num momento da carta, que uma pessoa de sua confiança seja enviada para explicar a situação ao chefe.

Recebemos a visita neste dia 07/02 de nossa Amiga Irmã CV D. Ana Preta do Jacaré. Ficamos cientes que visitas de Amigos nosso estão se antecipando a nossa amizade e a nossa boa fé para todas famílias, e através de má fé estão fazendo paradas erradas, sem o nosso conhecimento, o Grupo do CCRI da Ilha Grande, Estamos levando ao teu conhecimento este problema, para que voce [sic] saiba que tudo o que está acontecendo em relação à esposa de Amigos estarem apanhando tóxico nas Bocas de Amigos, foge ao nosso conhecimento e não tem a nossa autorização, está se tornando um problema sério, pois está afetando a nossa paz e tumultuando a nossa visita (...) (carta do CCCRI, 9/02/1990, para Rogério Lemgruber)

No ano seguinte, Chiquito, o líder do CRRI, descobre que sua companheira Léa era uma das participantes do esquema, causando grande tensão e desconfiança entre os integrantes do grupo. Em uma carta enviada ao "Amigo Irmão CV Eraldo da Rocinha" em 17 de março de 1991, Chiquito da Providência discute as questões relacionadas ao caso (Figura 35).

A carta escrita por Chiquito é relevante (Figura 35), ao revelar aspectos do funcionamento do Comando Vermelho. Em primeiro lugar, é perceptível que os membros do Comando Vermelho usam "mulas" para obter drogas e dinheiro nas áreas de venda de drogas. Segundo, é evidente que existem regras e uma hierarquia na administração desses recursos. Em geral, para um mensageiro retirar recursos nas bocas de fumo, é necessário que ele possua um documento assinado e carimbado pelo coletivo do CV. Isso serve como controle e se aplica às lideranças, ou seja, à alta

cúpula do Comando Vermelho. Nesse sentido, os recursos são solicitados pelo coletivo CV, e não em nome de um membro específico. No entanto, como Chiquito é o dono do morro da Providência e Léa é sua companheira, ela e outras companheiras conseguem contornar os procedimentos burocráticos da organização.

Figura 35 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 17 de março de 1991)

PENITENCIÁRIA CÂNDIDO MENDES
CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DOS INTERNOS

Ofício n/º - C.C.R.I./91 Em, 17 de março de 1991
De : Presidente do Grupo do C.C.R.I. - Chiquito C.V.
Ao : Amigo Irmão C.V. Eraldo da Rocinha

Amigo Irmão C.V.

Em primeiro lugar, desejo que este ao chegar em suas mãos vá te encontrar desfrutando da mais perfeita saúde e paz, junto à toda Família C.V. da Rocinha. Que a Liberdade de todos vossos seja eterna.

Amigo Irmão C.V. Eraldo, o motivo pelo qual lhe envio este documento é para te por ciente de que chegou ao meu conhecimento erro cometido pela minha companheira Léa. Portanto, quero saber de voce quem te autorizou a dar cocaína, dinheiro a minha companheira Léa, sem a minha autorização e o meu conhecimento. Tenho responsabilidade com o Comando Vermelho e sou Presidente do Grupo do C.C.R.I. Quando foi pedido algum fortalecimento à voce para o Coletivo C.V. da Ilha Grande, foi pedido em documento assinado pelo Grupo do C.C.R.I. e não em meu nome. Nunca mandei a minha companheira Léa ir na Rocinha apanhar tóxico e dinheiro com voce para mim. É do meu conhecimento que foram apanhadas várias vezes coberturas de tóxico e dinheiro em meu nome, pela minha companheira Léa e pelas esposas de outros companheiros, sem o meu conhecimento e sem o conhecimento do Comando Maior C.V.

Quero saber de voce quem foi que apanhou cocaína e dinheiro com voce em meu nome, além da minha companheira Léa, pois é do meu conhecimento que:

01- Voce está liberando cocaína e dinheiro para quem não está autorizado por mim, usando o meu nome. Portanto, está errado. Voce não pode liberar nada sem a minha autorização para quem chegar usando o meu nome, seja quem for.

02- A minha companheira Léa deixa de ser minha companheira, está cortada a sua visita e qualquer contato comigo, tanto na parte carcerária quanto na parte familiar, pois é do meu conhecimento que ela está fazendo parada errada no Morro apanhando tóxico e dinheiro sem o meu conhecimento. Pois para eu enviar um portador à voce para te pedir cobertura, eu teria feito oficialmente, através de documento assinado pelo Grupo do C.C.R.I. e carimbado. Então se for qualquer pessoa pedir cobertura em meu nome, não atenda.

03- É do meu conhecimento que minha companheira Léa praticou erros gravíssimos no Morro e voce é ciente, portanto, peço à voce que me ponha ciente de tudo o que aconteceu para eu poder assumir os erros de minha mulher e dar uma satisfação ao Coletivo C.V. da Ilha Grande, assim como à toda Família C.V., pois são erros sérios e graves e se não tiver pureza no esclarecimento, dá a entender que é traição:

O MAL JAMAIS VENCERÁ O BEM.

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Em terceiro lugar, Chiquito é o responsável por Léa, logo, deve assumir os erros cometidos por sua companheira e prestar contas ao grupo. Isso vale para os outros membros que têm a responsabilidade de compensar os erros cometidos pelas suas companheiras. Como presidente do CCRI, Chiquito tem obrigações com a alta cúpula do Comando Vermelho e não há espaço para mal-entendidos. Toda essa confusão cria uma grande falta de confiança entre os membros do grupo. Léa comete erros graves que, sem uma explicação adequada, podem ser interpretados como traição. Segundo as com as regras do CV, Chiquito assume a responsabilidade pelo erro de sua ex-companheira e solicita mais informações sobre o ocorrido para prestar contas ao "coletivo CV da Ilha Grande, assim como toda a Família CV".

Nas correspondências, também é relatado um episódio de mediação de conflitos entre integrantes da organização. Na figura 36, temos uma carta enviada a Roberto da Bandeira 2 em 14 de outubro de 1990, que relata um desentendimento envolvendo integrantes do CV. O texto não explica qual foi o problema, mas ressalta que, independentemente do ocorrido, um "Amigo e Irmão CV" deve ser resiliente para superar momentos difíceis.

É enfatizada a ideia de que a força do grupo não está centrada no indivíduo, mas sim na corrente que é a "Família CV". Apesar do grupo demonstrar empatia pelo sofrimento do companheiro, a ordem é de conciliação. A lealdade à organização é considerada importante, mesmo diante de problemas, traições e desentendimentos. A força do comando está em manter uma família unida, superando questões pessoais.

Uma questão relevante é que as correspondências, geralmente, apresentam elementos religiosos, bem como a noção de bem e mal. Em alguns documentos, podemos identificar diferentes formas de experiências religiosas em relação a Deus. Por exemplo, na carta (Figura 36), o grupo manifesta o seu desejo pelo "bem-estar de seus familiares e por sua liberdade" e pede a Deus e às crianças que o protejam e o ajudem a superar seus problemas o mais rápido possível. Independentemente da religião específica, a figura divina é retratada como um protetor, aquele que abençoa e guia os membros por um caminho de união e solidariedade, ajudando-os a superar os obstáculos ao longo do caminho.

Figura 36 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 14 de outubro de 1990)

PENITENCIÁRIA CÂNDIDO MENDES
CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DOS INTERNOS

Ofício nº - C.C.R.I./90 Em, 14 de outubro de 1990

Do : Clube Cultural e Recreativo dos Internos - C.C.R.I.

Ao : Amigo Irmão C.V. Roberto da Bandeira 2

C.C.R.I.

Amigo Irmão C.V.

Em primeiro lugar, desejamos que este ao chegar em suas mãos vá encontra-lo desfrutando da mais perfeita saúde e paz, juntamente de toda Família C.V. da Bandeira 2. Que a Liberdade de todos vocês seja eterna.

Amigo Irmão C.V. Roberto da Bandeira 2, o motivo pelo qual lhe enviamos este documento é para lhe por ciência de que recebemos a triste notícia através de nosso Amigo Irmão C.V. Beto da Bandeira 2, do desarcerato que está acontecendo com você, isso é uma notícia que causa tristeza à todos nós, pois quando nossos Amigos/Irmãos se encontram nesta situação, aqui ficamos abalados pois sabemos o que é passar por uma situação dessa, porém temos que ser fortes e superar os momentos difíceis, pois a corrente que é a Família C.V., torcemos todos pelo seu bem estar e de seus familiares e por sua liberdade. Pedimos à Deus e as crianças que te protejam.

Amigo Irmão C.V. Roberto da Bandeira 2, queremos lhe por ciência de que realizaremos a nossa Festa de Natal no mês de dezembro e pedimos à você na medida do possível nos fortalecer:

01- Tintas Guache - potes de 250 gramas, nas cores: verde, vermelho, amarelo, azul, branco e preto.

02- Pincéis tipo trincha, de um à tres dedos de largura.

Este material é de muita importância, pois se destina a decoração de nossa Festa, pois está baseada em desenhos nas paredes do prédio e das galerias com a Turma da Mônica e do Cebolinha para alegrar as crianças.

Nossos votos são os de que você supere seus problemas o mais breve possível e que Deus lhe ajude para isso.

Enviamos o nosso Forte abraço, o Grupo do C.C.R.I. da Ilha Grande, juntamente do Forte abraço de todo o Coletivo C.V. da Ilha Grande, à você e à toda Família C.V. da Bandeira 2.

FAMÍLIA UNIDA JAMAIS SERÁ VENCIDA.

O MAL JAMAIS VENCERÁ O BEM.

PAZ * JUSTIÇA * LIBERDADE

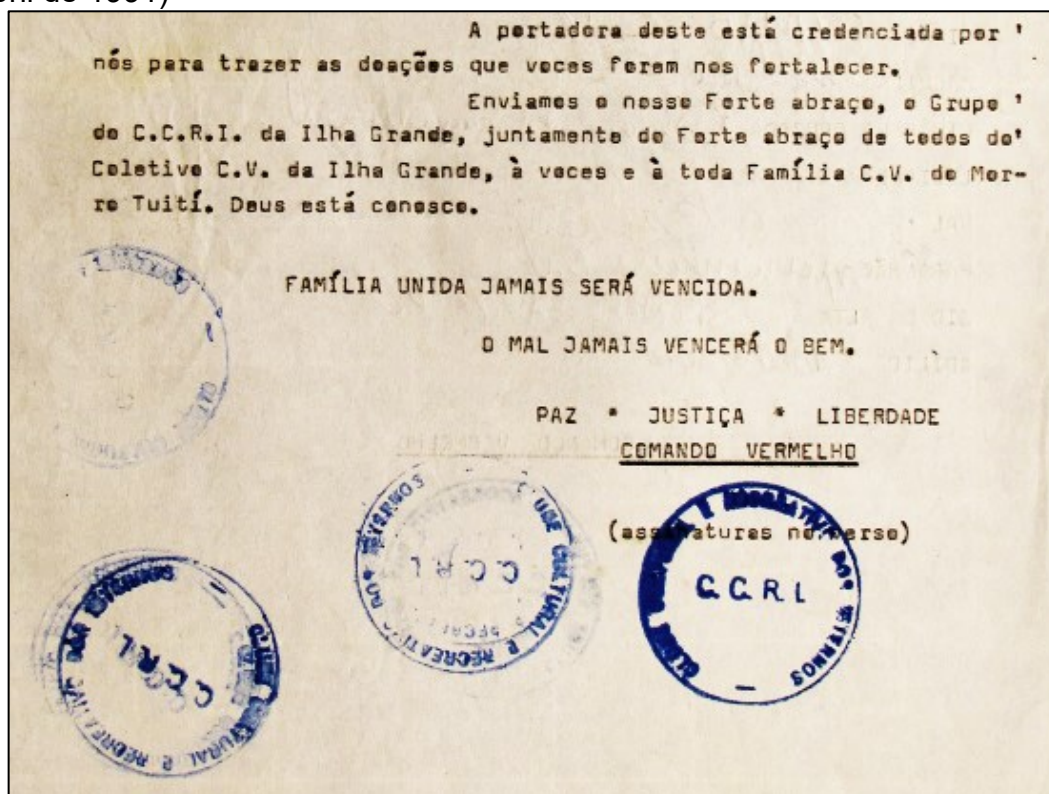
COMANDO VERMELHO

A religião oferece algo especial dentro da prisão, indo além das grades e do ambiente difícil. Ela promete proteger aqueles que são rejeitados e considerados sem importância pela sociedade. A religião perdoa os pecadores e se importa com a luta dos injustiçados. Por meio de práticas religiosas que pregam a união e criam um espaço de cooperação, ela se conecta com os ideais de solidariedade da Família CV, oferecendo uma alternativa de união para essa sociedade criminosa de excluídos.

3.4. Despedida e lema

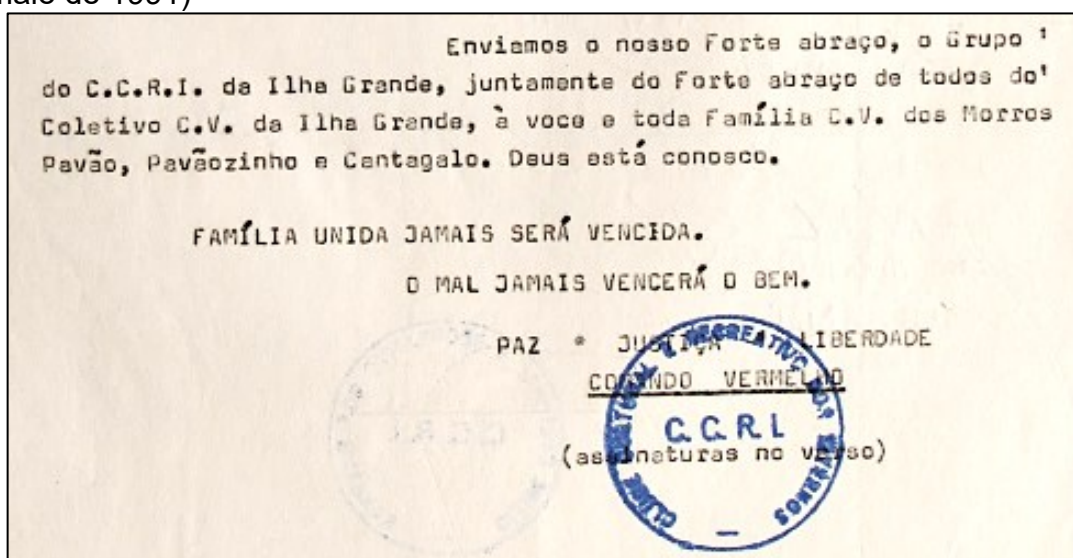
A saudação final nas cartas pode ser dividida em três partes. A primeira é uma saudação amigável do Coletivo CV da Ilha Grande, enviando abraços aos “amigos Irmãos CV” e a “toda a Família CV”. Em seguida, são mencionados três lemas da organização: “Família unida jamais será vencida”, “o mal jamais vencerá o bem” e “Paz, Justiça e Liberdade”, seguido do nome do Comando Vermelho sublinhado. Por fim, o documento é validado com o carimbo do CCRI. Nas figuras 37, 38 e 39, podemos ver o padrão da saudação final.

Figura 37 - Recorte de uma carta expedida pelo CCRI mostrando os lemas do Comando Vermelho- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 26 de abril de 1991)⁹⁴



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 38 - Recorte de uma carta expedida pelo CCRI mostrando os lemas do Comando Vermelho- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991)⁹⁵

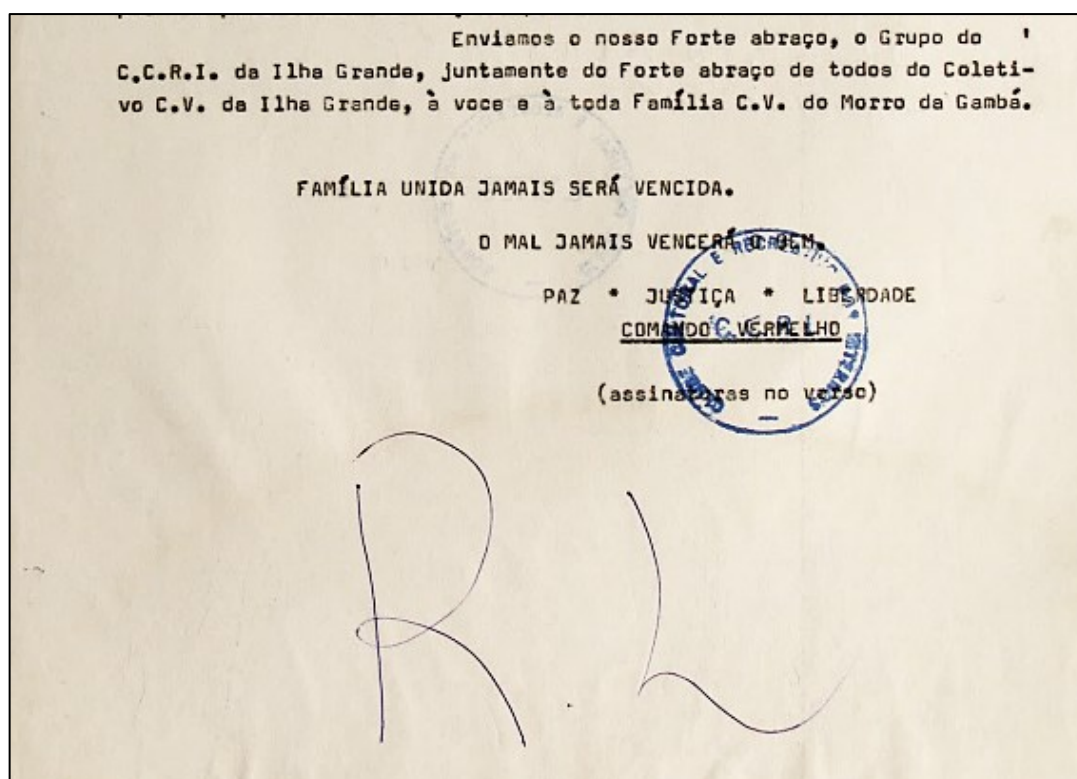


Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

⁹⁴ Anexo B

⁹⁵ Anexo C

Figura 39 - Recorte de uma carta expedida pelo CCRI mostrando os lemas do Comando Vermelho- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de abril de 1991)⁹⁶



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

O lema adotado pelo Comando Vermelho, "Família unida jamais será vencida", demonstra que a organização usa o conceito de família como um elemento central. A finalidade é estabelecer uma união sólida e leal entre os membros, vistos como irmãos e irmãs, unidos por laços de fraternidade, formando a "grandiosa família CV". A família é uma ideologia que fortalece os laços entre o vínculo de amizade entre os membros, promovendo a solidariedade, a confiança e a lealdade. Esses laços fraternais, parecidos com os da máfia italiana, são valorizados pelo grupo e frequentemente mencionados em suas correspondências. A manutenção dessa união é crucial para a força e coesão da organização, uma vez que divergências podem enfraquecê-la.

A união é considerada uma arma eficaz contra o mal que está presente no sistema (carcerário) e seus agentes, conforme é mencionado no lema "O mal jamais vencerá o bem", que representa uma inversão dos papéis tradicionais de mocinhos e

⁹⁶ Anexo D

vilões. Isso resulta num novo sistema de poder no qual os membros da organização são considerados heróis. No livro "Quatrocentos contra um" (1991), William mostra essa inversão de papéis com a história de Sergio Túlio Aché, integrante da Falange.

A tragédia começou com a morte de um companheiro, Nelson Nogueira dos Santos, durante uma greve de fome no presídio da Água Santa. O grupo acusou a direção do presídio de não ter dado um apoio mínimo à greve. Sergio Aché, perturbado pelo que havia acontecido, tentou fugir, mas foi impedido pelos guardas. Sergio rende um guarda e diz "Você não é uma pessoa ruim, mas é meu inimigo" e, logo depois, o mata. Em seguida, ele olha para as pessoas que o observam e diz: "Agora não vai ser um a zero não, vai ser um a um", referindo-se à morte de Nelson. De acordo com esta lógica, Nelson morreu sem que o sistema fosse responsabilizado, ao passo que Sergio, por sua vez, fez justiça e ao equilibrar o placar.

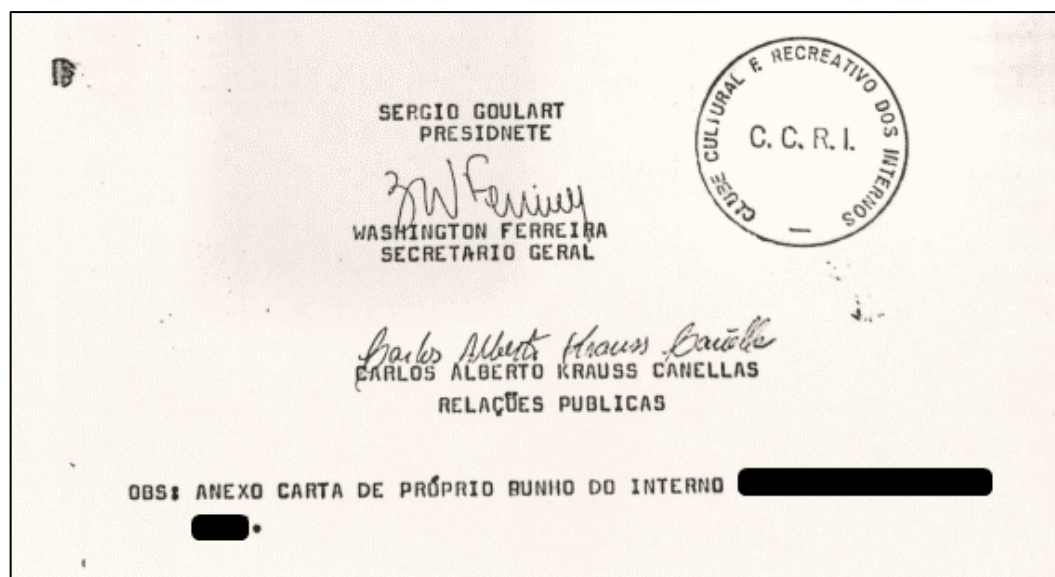
O último lema mencionado é o mais famoso da organização, "Paz, Justiça e Liberdade", que pode ser visto em várias paredes, algumas com a sigla RL, referindo-se a Rogério Lemgruber⁹⁷. Paz para o coletivo, justiça para o CV e liberdade para seus membros. Vale ressaltar que este é um lema semelhante ao da Revolução Francesa: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".

3.5. Assinaturas

As cartas do coletivo CV da Ilha Grande são finalizadas com as assinaturas da liderança do CCRI, acompanhadas pelo carimbo oficial do clube. A formatação das assinaturas varia dependendo do destinatário. Em cartas enviadas para autoridades, são normalmente assinadas pelo presidente do CCRI, juntamente com um ou dois membros adicionais. Nas Figuras 40, 41 e 42, são apresentados exemplos de cartas enviadas pelo CCRI a autoridades.

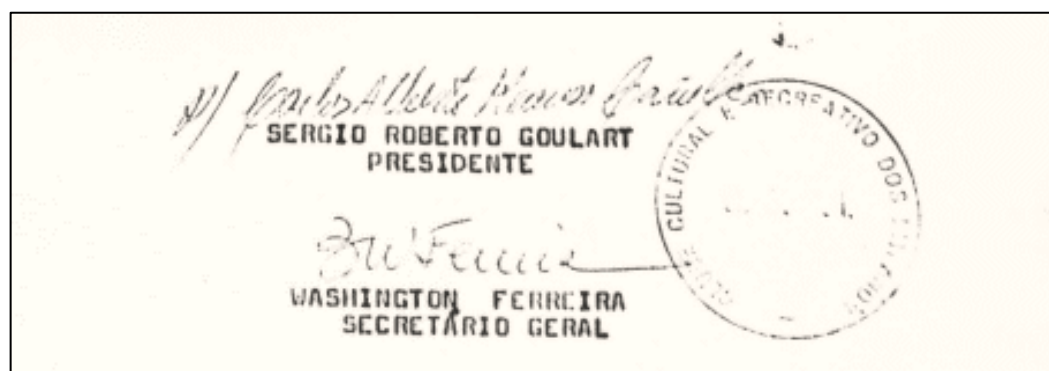
⁹⁷ Na figura 39, temos as siglas RL escritas à caneta na saudação final da correspondência como uma forma de homenagem.

Figura 40 - Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI para uma promotora de Justiça- Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 29 de dezembro de 1987)



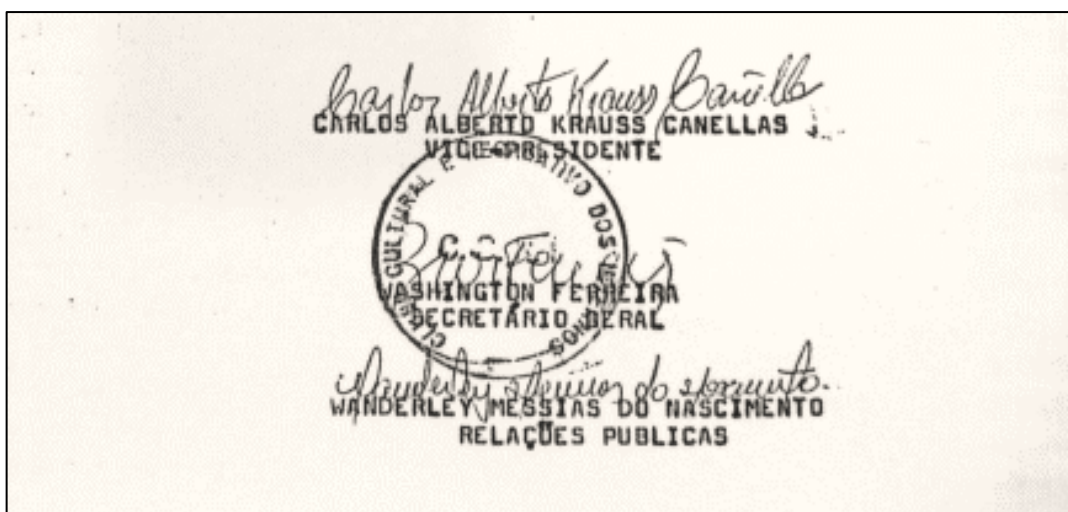
Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 41 - Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI para um Juiz de Direito. Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 23 de dezembro de 1987)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 42 - Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI para Moreira Franco - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Em determinadas correspondências, era comum encontrar, logo abaixo das assinaturas dos membros do Comando Vermelho, a descrição dos cargos ocupados no CCRI. Essa prática era adotada tanto em cartas direcionadas a indivíduos externos ao grupo CV, com o intuito de demonstrar seriedade, quanto em cartas destinadas à família CV, visando ressaltar a coesão da organização. Um exemplo disso pode ser observado na Figura 43, que retrata uma carta enviada ao programa da Xuxa, e na Figura 44, que apresenta uma carta enviada ao LEMM, em que o coletivo da Ilha Grande reafirma a confiança na grandiosa família CV.

Nas cartas para os Amigos Irmãos CV, o padrão era assinar ao lado direito do nome ou apelido (Figura 45). As assinaturas são importantes porque comprovam a organização do grupo e dão mais credibilidade. Também evitam que cartas sejam enviadas sem a aprovação do grupo líder e garantem a autenticidade dos pedidos de fortalecimento, como mencionado antes. Além disso, as assinaturas mostram o tamanho da rede de influência da organização, já que os apelidos indicam suas comunidades de origem (por exemplo: Chiquito da Providência, Daniel Paraíba do Parque União, Cabeça Preto de Vila Isabel).

Figura 43 - Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 18 de Setembro de 1988)

(2)

subscrova-se nessa diretoria,

Antônio Roberto de Almeida
PRESIDENTE DO C C R I

VICE PRESIDENTE DO C C R I
Caro H. L. de Aguiar
SECRETÁRIO GERAL DO C C R I

DIRETOR DE ESPORTES DO C C R I
Ismael Simões Teles
DIRETOR DE PATRIMÔNIO DO C C R I

Cláudio Roberto de Almeida
DIRETOR CULTURAL DO C C R I

Jorge Luiz da Silva
DIRETOR MUSICAL DO C C R I

Jose da Costa Ramos
DIRETOR DE RECREAÇÃO DO C C R I

José Antonio Martins Filho
ARQUIVISTA DO C C R I

Adelino de Almeida
ASSESSOR DO PRESIDENTE DO C C R I

Antônio Carlos Soares
RELAÇÕES PÚBLICAS DO C C R I

•••••

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 44 - Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1998)

A t e n c i o s a m e n t e

Sindonei Saucy de Lucena
PRESIDENTE DO C. C. R. I.

Carlos Antonio Mendes Barilari
VICE PRESIDENTE DO C. C. R. I.

Lynday D. A. R.
SECRETARIA GERAL DO C. C. R. I.

Plínio Mendes Lima
DIRETOR CULTURAL DO C. C. R. I.

Jose Maria de Assis
DIRETOR DE PATRIMÔNIO DO C. C. R. I.

Paulo Henrique Amorim
DIRETOR MUSICAL DO C. C. R. I.

Franklin de Jesus
DIRETOR DE RECREAÇÃO DO C. C. R. I.

Albino Henrique da Silva
DIRETOR DE ESPORTES DO C. C. R. I.

Relações Públicas INT. DO C. C. R. I.

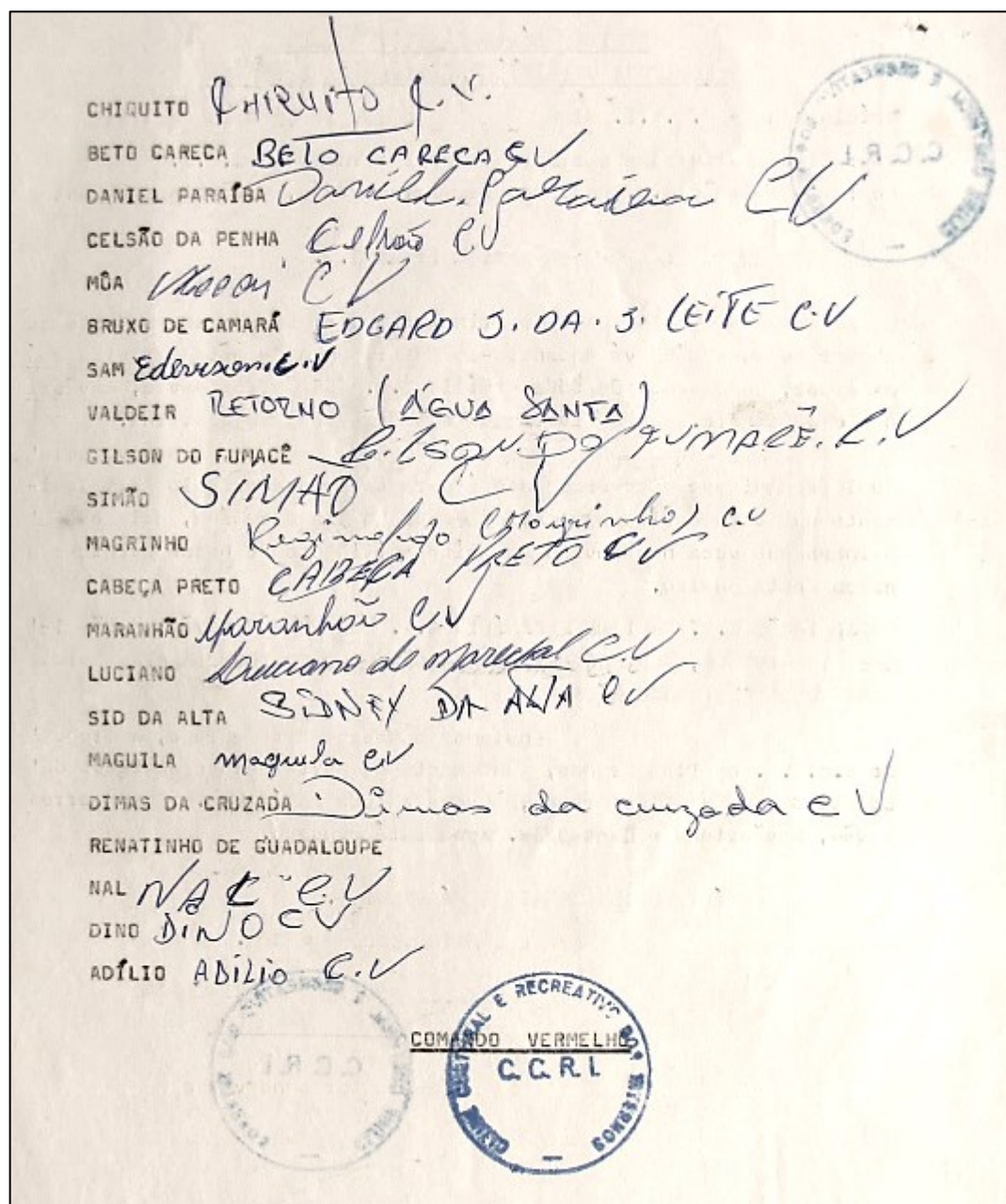
Luiz Antonio Gomes da Silva
RELACÕES PÚBLICAS EXT. DO C. C. R. I.

Maura Mendes
ARQUIVISTA DO C. C. R. I.

PAZ JUSTIÇA E LIBERDADE CV.

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 45 - Recorte das assinaturas de uma carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada, recortada e manipulada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, realizamos uma análise de cartas interceptadas do Comando Vermelho, fornecidas pelo ex-funcionário do presídio na Ilha Grande, Leopoldo. Esses documentos foram escritos pela segunda geração da organização criminosa que estava na Penitenciária Cândido Mendes entre os anos 80 e 90. Investigamos a narrativa presente nas cartas, incluindo seu conteúdo, formato, autoria, destinatários e as circunstâncias em que foram interceptadas. Também, examinamos a obtenção dos documentos e seus propósitos. Essas cartas revelaram informações relevantes sobre a história e o funcionamento do Comando Vermelho, fornecendo reflexões sobre o contexto social e político da época.

A análise das cartas revelou uma distribuição temporal e temática interessante. A maioria das correspondências interceptadas concentrou-se nos anos de 1990 e 1991. O conteúdo das cartas variava de acordo com o ano, destacando-se aquelas endereçadas ao general Bagulhão em 1989, correspondências enviadas a autoridades e mídia em 1988, e cartas expedidas a outros integrantes da "grandiosa família CV" em 1990.

Um ponto relevante é a seleção das cartas feita por Leopoldo, que optou por focar em questões relacionadas à organização e documentos que envolviam seu nome. Nas entrevistas, Leopoldo expressou satisfação ao ser insultado pelos presos nas cartas, considerando isso um orgulho pessoal por ser um policial que não se deixou corromper pelo crime organizado.

Quanto aos remetentes, examinamos apenas as cartas datadas enviadas pelo coletivo CV da Ilha Grande. Em relação aos destinatários, destacam-se as correspondências enviadas a Rogério Lemgruber, direcionadas ao presídio de Bangu I. Identificamos também diversos destinatários, como juízes, religiosos, membros da OAB e promotores de justiça, entre outros.

A análise da distribuição geográfica das cartas revelou que a zona norte do Rio de Janeiro era o principal destino das correspondências do Comando Vermelho. Os morros da Rocinha, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e Dona Marta foram os pontos de concentração na zona sul, enquanto os morros da Providência, São Carlos e Tuiuti foram os principais na região central. A região norte apresentou uma variedade de locais, como o Complexo do Jacaré, Mangueira, Manguinhos, Engenho da Rainha,

entre outros. A zona oeste e a Baixada Fluminense foram menos contempladas, com apenas um destinatário em cada região.

Essas informações mostram aspectos relevantes sobre a distribuição e organização das correspondências do Comando Vermelho, como a atuação, comunicação e estratégias de envio de cartas. No entanto, é importante ressaltar que essa análise é apenas uma parte do panorama, sendo possível que outras áreas e destinatários não tenham sido contemplados nessa pesquisa.

O Instituto Penal Cândido Mendes, assim como outros presídios, enfrentava desafios na reintegração dos detentos à sociedade e na proteção de seus direitos. O local apresentava condições precárias e desumanas, criando um ambiente hostil. Diante dessa situação, o Comando Vermelho se fortaleceu ao estabelecer uma organização que buscava melhorar as condições de vida na prisão. Ademais, a chegada de um novo governo, liderado por Moreira Franco, trouxe mudanças significativas para a prisão da Ilha Grande. A abordagem conservadora adotada resultou em uma postura mais repressiva e em violações dos direitos humanos. Essa mudança de política de segurança impactou diretamente o ambiente onde as cartas foram escritas e as dinâmicas entre os detentos.

No período em que as cartas foram escritas, o Comando Vermelho estava dividido em duas gerações distintas. A primeira geração surgiu na década de 1970, composta por assaltantes de bancos, que foram presos de acordo com a Lei de Segurança Nacional. Esses membros demonstravam notável organização e cooperação, com o objetivo principal de melhorar as condições de vida dentro das prisões. No entanto, muitos membros dessa geração faleceram antes dos anos 80, devido a confrontos com a polícia e conflitos com facções rivais.

A segunda geração surgiu com a entrada de novos membros e enfrentou estratégias de desestabilização por parte das autoridades penitenciárias. Houve mudanças na relação com a Ilha Grande, como transferências periódicas e a transferência dos principais líderes para outras instalações. Essa geração também enfrentou uma maior repressão policial e se envolveu no tráfico de drogas, o que resultou em mudanças na estrutura hierárquica, com uma maior centralização do poder. Nesse contexto, Rogério Lemgruber se destacou como a principal liderança da organização, sendo chamado pelos seus subordinados de "general".

Na década de 1980, o Comando Vermelho assumiu o controle do Clube Cultural e Recreativo dos Internos (CCRI), aumentando sua influência e utilizando-o

como meio para fortalecer sua coesão e credibilidade perante as autoridades e outros grupos sociais. O CCRI recebeu apoio de diversas autoridades e instituições, como políticos, ONGs, comissões de direitos humanos, presos, igreja e mídia, para pressionar e negociar com a direção do presídio.

As cartas do Comando Vermelho, transmitidas por meio do CCRI, seguem uma estrutura formal característica de correspondência oficial. Essas cartas são consideradas "oficiais" devido à sua semelhança com documentos de natureza burocrática, apresentando elementos como número do documento, local e data, destinatário, assunto, fórmula de tratamento, conteúdo, saudação, despedida, assinatura e identificação. Além disso, tais correspondências revelam a estrutura organizacional do grupo, com cargos como presidente, vice-presidente, secretário geral e outros, enfatizando o papel de destaque do presidente como a figura de maior autoridade na Ilha Grande.

Essas correspondências reproduzem a estrutura de um documento oficial, utilizando-se do poder simbólico do ofício para conferir caráter "definitivo" e "real" aos documentos. A análise dessas cartas permite compreender a organização interna do Comando Vermelho, suas hierarquias, as estratégias adotadas e as relações estabelecidas com outros atores sociais. Além disso, essas cartas fornecem reflexão sobre as demandas, negociações e disputas no sistema prisional, bem como a influência do Comando Vermelho na política carcerária.

Ao analisar o conteúdo das cartas, percebe-se uma variedade de temas abordados que refletem os interesses e preocupações do Comando Vermelho. Esses temas incluem a defesa dos direitos dos presos, denúncias de violações dos direitos humanos, reivindicações por melhores condições carcerárias, a luta contra a opressão e a discriminação, e a solidariedade entre os membros da organização. Além disso, as correspondências também revelam casos de mediação de conflitos entre os membros, emissão de ordens para retirada de drogas e dinheiro.

As cartas também revelam a importância da comunicação escrita como uma forma de manter a coesão interna, transmitir ordens e instruções, estabelecer estratégias de ação e articular alianças com outros grupos e instituições. A linguagem utilizada nas cartas é carregada de simbolismos, códigos e referências próprias do Comando Vermelho, revelando uma cultura e identidade próprias.

A análise estrutural das cartas oficiais do Comando Vermelho permite uma compreensão mais aprofundada da organização, seus objetivos, estratégias e

dinâmicas internas. Além disso, contribui para a compreensão do contexto social e político no qual a facção atua, bem como suas relações com o sistema prisional, autoridades e outros grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Philip. **Notes on the Difficulty of Studying the State**. Journal of historical Sociology Vol. 1 No. 1 March 1988

ALVAREZ, Marcos César. **A Criminologia no Brasil ou como Tratar Desigualmente os Desiguais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 45, n. 4, 2002

ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, Criminologistas e Juristas. Saber Jurídico e Nova Escola Penal No Brasil**. São Paulo: Método 2003.

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso**. História, São Paulo, 14: 125-136, 1995.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: A História Secreta do Crime Organizado**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Record, 1993.

_____. **CV-PCC: A Irmandade do Crime**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BEATO FILHO, Claudio. **Políticas de Segurança Pública: Eficiência, Eficácia e Accountability**. In: Seminário sobre a Reforma do estado, 1998, Recife. Seminário sobre a Reforma do Estado, promovido pela Fundação Joaquim nabuco. Recife: Fundação Joaquim nabuco, 1998.

BECKER, Howard S. **De que lado nós estamos**. In: Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRETAS, Marcos Luis. **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco 2009

CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência – A Polícia da Era Vargas**. 2ª edição. Brasília: Universidade de Brasília 1994.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. in A experiência etnográfica. Rio de Janeiro. UFRJ, 1998

DaMATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues**. NUNES, Edson(org.) in A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar 1978.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **EL ESTADO Y SUS MÁRGENES**. Etnografias comparadas. Cuadernos de Antropologia Social, nº27, pp.19-52, 2008

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Horizontes Antropológicos, Porto alegre, Ano 20, no42, 2014.

FELTRAN, Gabriel. **Trabalhadores e Bandidos na Mesma Família** in Saída de Emergência. São Paulo Boitempo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão**. RJ: Zahar Ed 1979.

FREITAS, Alípio de. **Resistir é Preciso**. Rio de Janeiro, Record, 1981.

FRY, Peter & CARRARA, Sergio. **As Vicissitudes do Liberalismo no Direito Penal Brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais 2, nº1 1986 59

FRY, Peter. **Direito positivo versus direito clássico: A psicologização do Crime no Brasil no Pensamento de Heitor Carrilho**. In A cultura da psicanálise, ed. Servulo Figueira. São Paulo: Brasiliense 1985.

GABEIRA, F. **O Que é Isso Companheiro?** Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **A Elaboração da Face**. In: Figueira, Servulo (org.). Psicanálise e as Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. SP: Ed. Perspectiva 1974.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Polícia e Direitos Humanos - Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola**. Editora Revan - Rio de Janeiro 2005.

HUGHES, Everett C. **As boas pessoas e o trabalho sujo**. In: Coelho, Maria Claudia (org.). Estudos sobre interação: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

KONDO, Dorinne. **Crafting Selves: Power, Gender, and Discourses of Identity in a Japanese Workplace**. The University of Chicago Press, 1990.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

LE MOS, José Gabriel Britto. **Os Sistemas Penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Vol. 1. 1924

LIMA, William da S. **Quatrocentos Contra Um: uma história do Comando Vermelho**. 2. edição, São Paulo: Labortexto Editorial, 1993.

MISSE, Michel. Malandros, **Marginais e Vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do IUPERJ, 1999.

NORA, Pierre. Entre **a Memória e a História: A Problemática dos Lugares**. Projeto História, nº10 1993

QUINTAL, Enéas. **A saga da Ilha Grande**. 1ª ed.- São Paulo: Editora Baraúna SE Ltda, 2016

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 2ª. edição. São Paulo: Livraria Martins Editora 1953.

RAMALHO, José Ricardo. 1983. **O Mundo do Crime**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade: 1964-1984**. Editora Londrina 2013. 60

SÁ, Guilherme. **No mesmo galho: Antropologia de coletivos humanos e animais**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume 1999.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Os Porões da República: As barbáries nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SENTOSÉ, João Trajano. **Imagens da ordem, vertigens do caos. O debate sobre políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90**. In. Arch, Ano VII, n.19, Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Candido Mendes-Ipanema, 1998.

SILVA, Luiz Antonio Machado da Silva. **"Violência urbana", segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual**. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.

SOARES, L. E. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Plano nacional de segurança pública**. São Paulo: Instituto de Cidadania, 2002

SOARES, L. E.; SENTOSÉ, J. T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. In: Relatório final do projeto reforma do Estado e proteção social: os setores de saúde e segurança pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mare, Capes, CNPq, 2000.

SOUZA, Mirella Bravo de. **O Fluxo Narrativo de Personagens Criminais: Um estudo das 'estórias' jornalísticas sobre Lúcio Flávio Vilar Lirio e Leonardo Pareja**. Dissertação apresentada no programa de Comunicação da Universidade Federal Fluminense em 2006

TELLES, Vera. **Jogos de Poder nas Dobras do legal e do ilegal: Anotações de um Percorso de Pesquisa**. Revista de Serviço Social e Sociedade, n.115, jul-set 2013, pp. 443-461. .

VALLES, Miguel S. **Técnicas Cualitativas de Investigación Social: Reflexión Metodológica y Práctica Profesional**. Editora Síntesis S.A. 1999.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar in Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WACQUANT, Loïc J. D. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001^a.

WACQUANT, Loïc J. D. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan, FASE 2001c.

WACQUANT, Loïc J. D. 2001b. **Punir os pobres: A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos**. Coleção pensamento criminológico v. 6. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos Editora 2001b.

PERIÓDICOS

A CRESCENTE tensão de um sistema deteriorado. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1987, p. 16

ARSENAL é Recolhido entre presos da Ilha Grande. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1983, p. 8

ASSASSINADOS em um dia 6 presos na Ilha Grande . *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 1979, p. 13

BANDIDOS da 'falange' preparam fuga de chefes'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1987, p. 24

BANDIDOS da 'Falange' presos tinham até fardas da polícia. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1981, p. 17

BANDIDO que preparou fuga visitou 'Gordo' horas antes. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1987, p. 14

'CHEFÃO' da 'Falange Vermelha' retona à Ilha Grande . *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1983, p. 15

CINCO presos feridos em tiroteio na Frei Caneca . *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 1987, p. 11

'Comando Vermelho': a máfia dos cárceres. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1989, p. 22

‘COMANDO’ roubou 937 mil tíquetes de leite. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1989

DESIPE investiga ação de grupos que estimulam fugas. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1983, p. 8

DIRETOR da Ilha Grande foi exonerado por torturar. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1979, p. 20

DIRETOR da Ilha Grande revela o desaparecimento de 36 detentos. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 27 de Junho de 1987, p. 14

DESIPE investiga ação de grupos que estimulam fugas. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1983, p. 8

DEZ guardas faltam no dia da fuga de ‘Escadinha’. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 8 de Dezembro de 1986, p. 9

UM DETENTO morto e 11 Feridos na tentativa de fuga. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1983, p. 7

EM REALENGO, cercado e preso membro da ‘Falange Vermelha’. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1981, p. 8

‘ESCADINHA’ usa helicóptero para fugir da Ilha Grande. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1986, p. 13

Ilha Grande – Um paraíso sem infra estrutura. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1976, p. 8

EXÉRCITO vai à Mangueira e prende traficantes. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1987, p. 11

‘FALANGE’ entra em greve de fome. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1986, p. 15

FALANGE leva guerra ao São Carlos. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1988, p. 11

‘FALANGE’ e ‘Jacaré’ Impedem projeto agrícola para presos. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1984

‘FALANGE’ e ‘Jacaré’ suspendem matança nos presídios. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1984, p. 26

‘FALANGE’ mata sete nos presídios. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 1 de Novembro de 1988, p. 10

‘FALANGE Vermelha’ mata mais cinco. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 2 de Novembro de 1988, p.11

'FALANGE Vermelha' quer pagar reforma de presídio. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1987, p. 21

FRACASSA fuga por túnel no Presídio Ary Franco. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1987, p. 17

FUGA por túnel falha em Água Santa. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 7 de Abril de 1989, p. 10

GOVERNO isola chefes para acabar com 'Falange'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1987, p.8

GUERRA de 'falanges' faz surgir na prisão o grupo '3º Comando'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1983, p. 17

Ilha Grande – O paraíso perdido sob o certo do progresso.. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1977, p. 38

Ilha Grande vai ser cidade turística com hotel-prisão. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1972, p. 8

MULHERES Temem pela vida de presos da Falange . *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1986, p. 15

MORTE de 'Meio Quilo', polêmica entre hospitais. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 1 de Setembro de 1987, p. 15

PRESOS do 'Comando' Fogem da Frei Caneca. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 29 de Junho de 1989, p. 14

NA Ilha Grande, a vida não mudou. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro 1976, p. 10

NOVA rebelião em Água Santa. Fogo foi o sinal. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1986, p. 8

OITO presos são mortos a facadas na Ilha Grande . *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1983, p. 13

PENAS da 'Falange' vão aumentar. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1988, p. 13

PM domina revolta da 'Falange' no Ary Franco. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1987, p. 9

PMs substituem guardas em greve nos presídios. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1987, p. 7

POLÍCIA: 'Falange' recebe dinheiro de traficantes. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1981, p. 13

POLÍCIA põe na rua 300 agentes para caçar 'escadinha'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1986, p. 9

POLÍCIA revela quem são os 50 fugitivos que assaltam no Rio. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1981, p.11

PRESIDIÁRIO enforcado dentro de ônibus do Desipe. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1986, p. 15

PRESÍDIO é o terror dos moradores da Ilha Grande. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1987, p. 9

PRESO do bando da 'Falange' com advogada de 'Escadinha'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1985, p. 15

PRESO em Niterói 'Mimoso', Chefe da 'Falange Vermelha'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1981, p. 8

PRESO revela quem fornece armas à 'Falange Vermelha'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1981, p. 13

PRESO um dos ladrões dos tíquetes de leite. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1989, p. 14

PRESOS: Major comanda Torturas na Ilha Grande *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1981, p. 14

PRESOS ou soltos, eles controlam o tráfico no Rio. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1987, p. 22

PRESOS temem veneno e mantêm greve de fome. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 21 de Agosto 1986, p. 15

PROMOTOR traz da Ilha presos ligados a Mariel. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 07 de Fevereiro de 1976, p. 11

PUNIÇÕES começam na Frei Caneca e até mantimentos são confiscados. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1988, p. 14

QUADRILHA assalta banco e diz que é da 'Falange'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1981, p. 11

QUINZE feridos em rebelião no presídio Ari Franco. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1986, p. 29

RIO concentra ladrões especializados em bancos. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1986, p. 27

TRANSFERIDO para Ilha Grande detentos da 'Falange'. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1983, p. 15

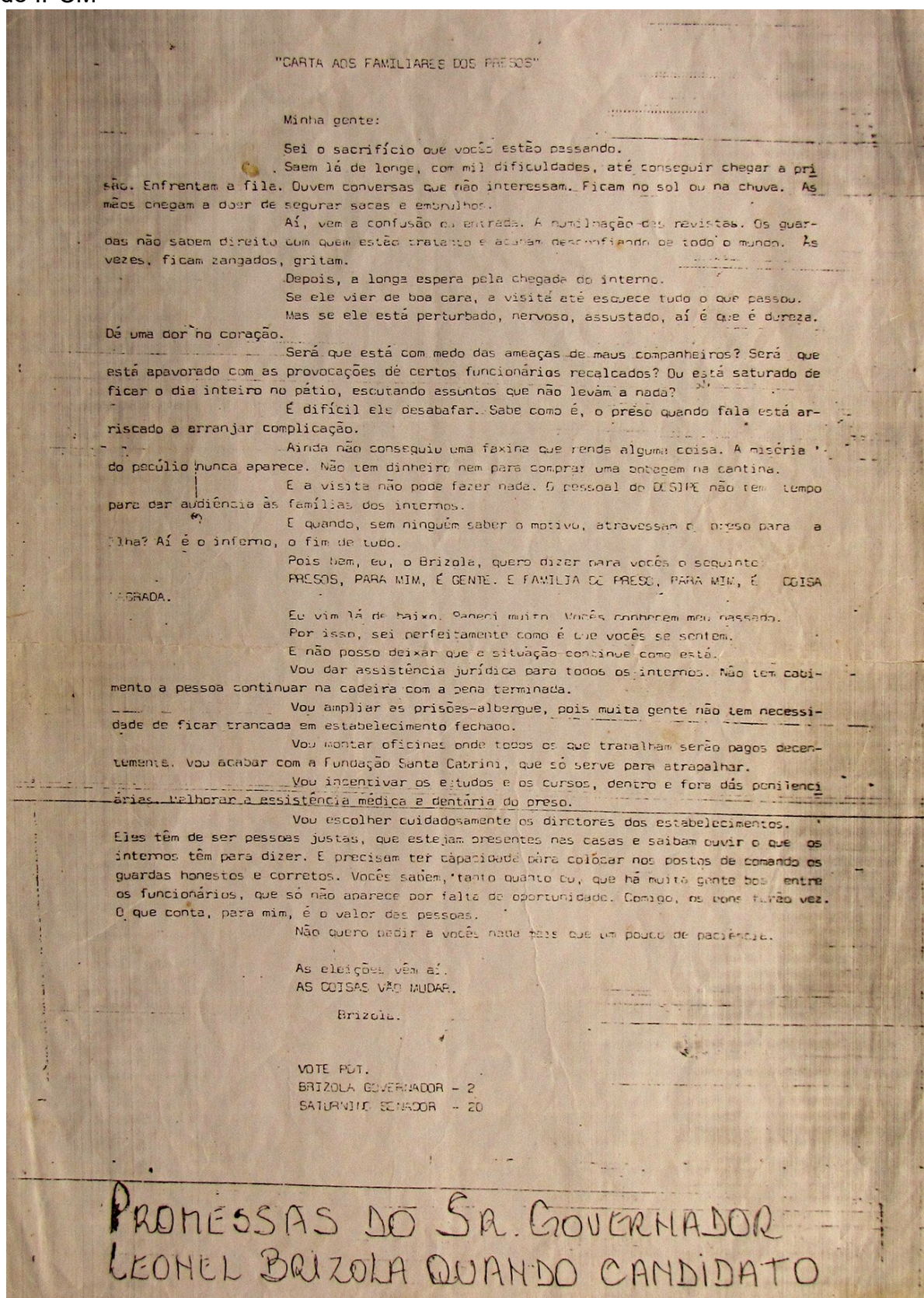
UMA REBELIÃO com muitas causas e uma interrogação: para onde irão os presos da Ilha Grande? *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 22 de Março de 1979, p. 37

UM DETENTO morto e 11 Feridos na tentativa de fuga. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1983, p. 7

VOLTA à Ilha Grande será a minha sentença de morte. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1976, p. 21

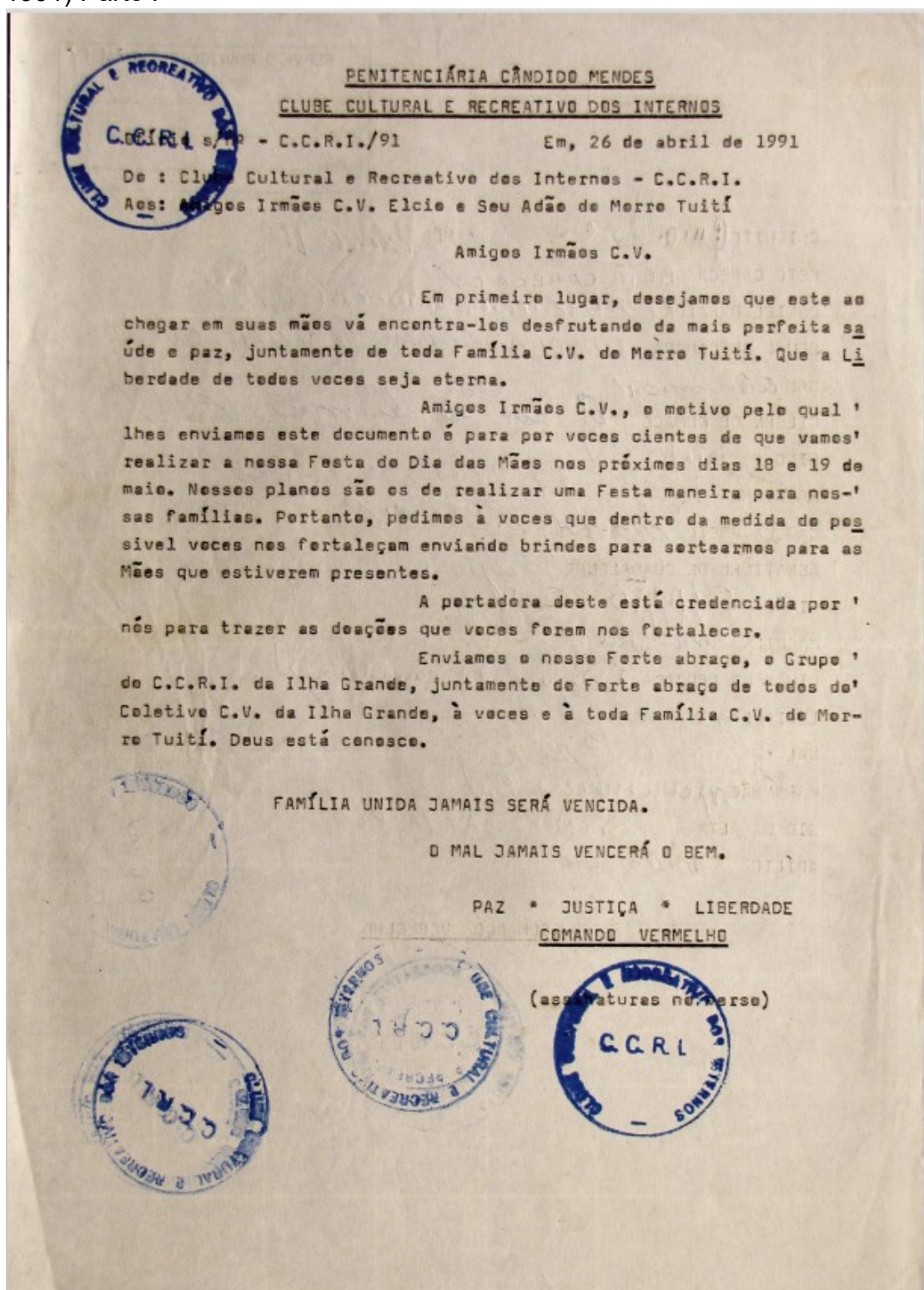
ANEXO A - Carta de propaganda eleitoral de Leonel Brizola

Figura 46 – Carta de propaganda eleitoral de Leonel Brizola interceptada dos presos do IPCM



ANEXO B - Carta expedida pelo CCRI em 26/03/1991

Figura 47 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 26 de abril de 1991) Parte I



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 48 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 26 de abril de 1991) Parte II

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo N.º	/ /
Data	/ / fls.
Rubrica	

CHIQUITO *Chiquito C.V.* MDA *Uso C.V.*
 BETO CARECA *BETO CARECA C.V.*
 DANIEL PARAIBA *Daniel Paraiba C.V.*
 BRUXO DE CAMARÁ *EDGARDO SEVERIANO DA S. LITE C.V.*
 SAM *Edson C.V.*
 GILSON DO FUMACÊ *B. Bon do fumacê. C.V.*
 DINO *DINO C.V.*
 MAGRINHO *Reginaldo (Magrinho) C.V.*
 CABEÇA PRETO *CABEÇA PRETO C.V.*
 RENATINHO DE GUADALUPE *RENATO DE GUADALUPE C.V.*
 SIMÃO *SIMÃO C.V.*
 MAGUIA *maguida C.V.*
 DIMAS DA CRUZADA *Dimas da cruzada C.V.*
 LUCIANO *Luciano de maceda C.V.*
 NAL *Juvencio B.M. C.V.*
 MARANHÃO *maranhão C.V.*
 SID DA ALTA *SIDNEY DA ALTA C.V.*
 ADÍLIO *Adilio C.V.*

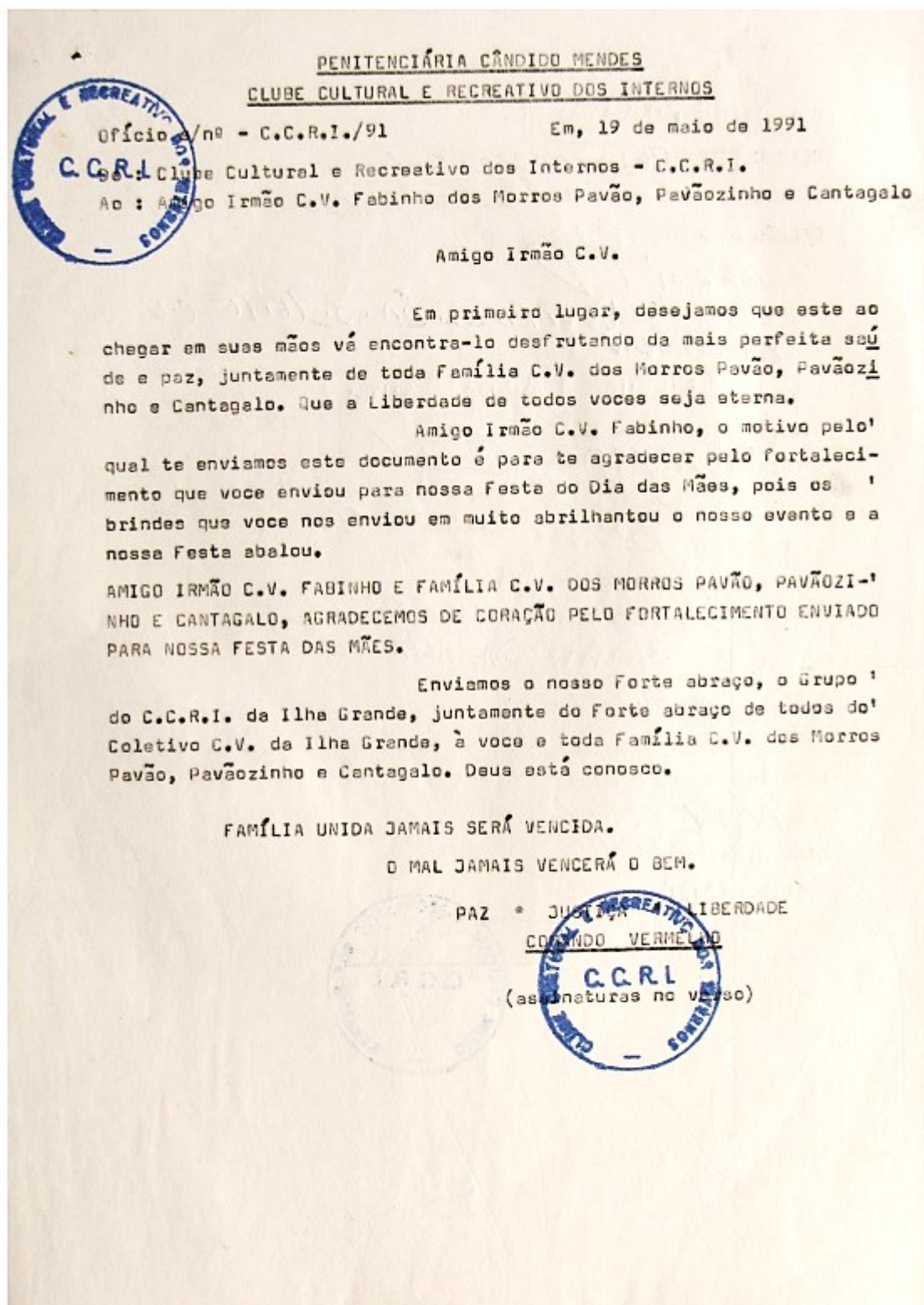
COMANDO VERMELHO



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

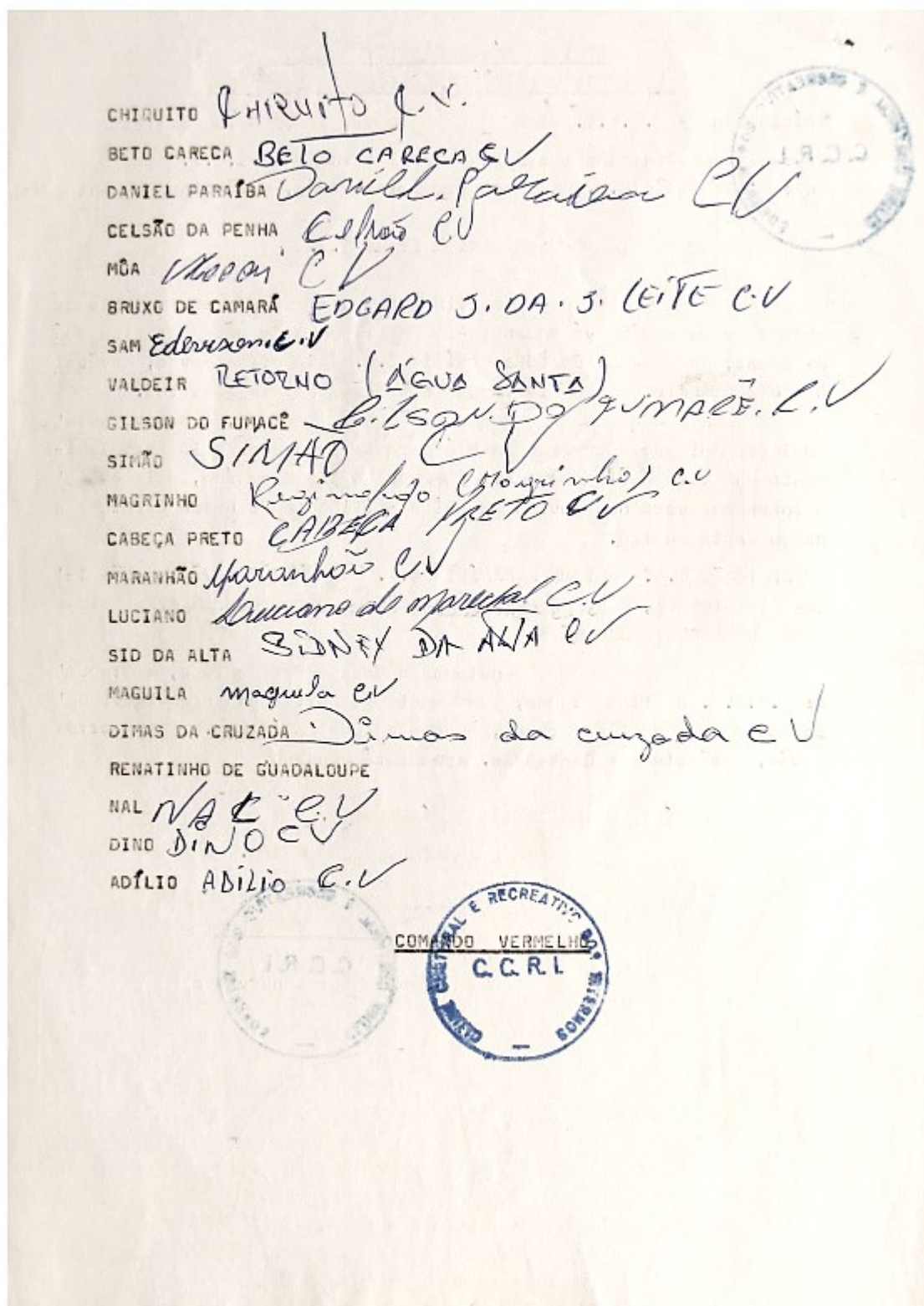
ANEXO C - Carta expedida pelo CCRI em 19/05/1991

Figura 49 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991) Partel



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 50 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 19 de maio de 1991) Parte II



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

ANEXO D - Carta expedida pelo CCRI em 30/04/1991

Figura 51 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de abril de 1991) Parte I

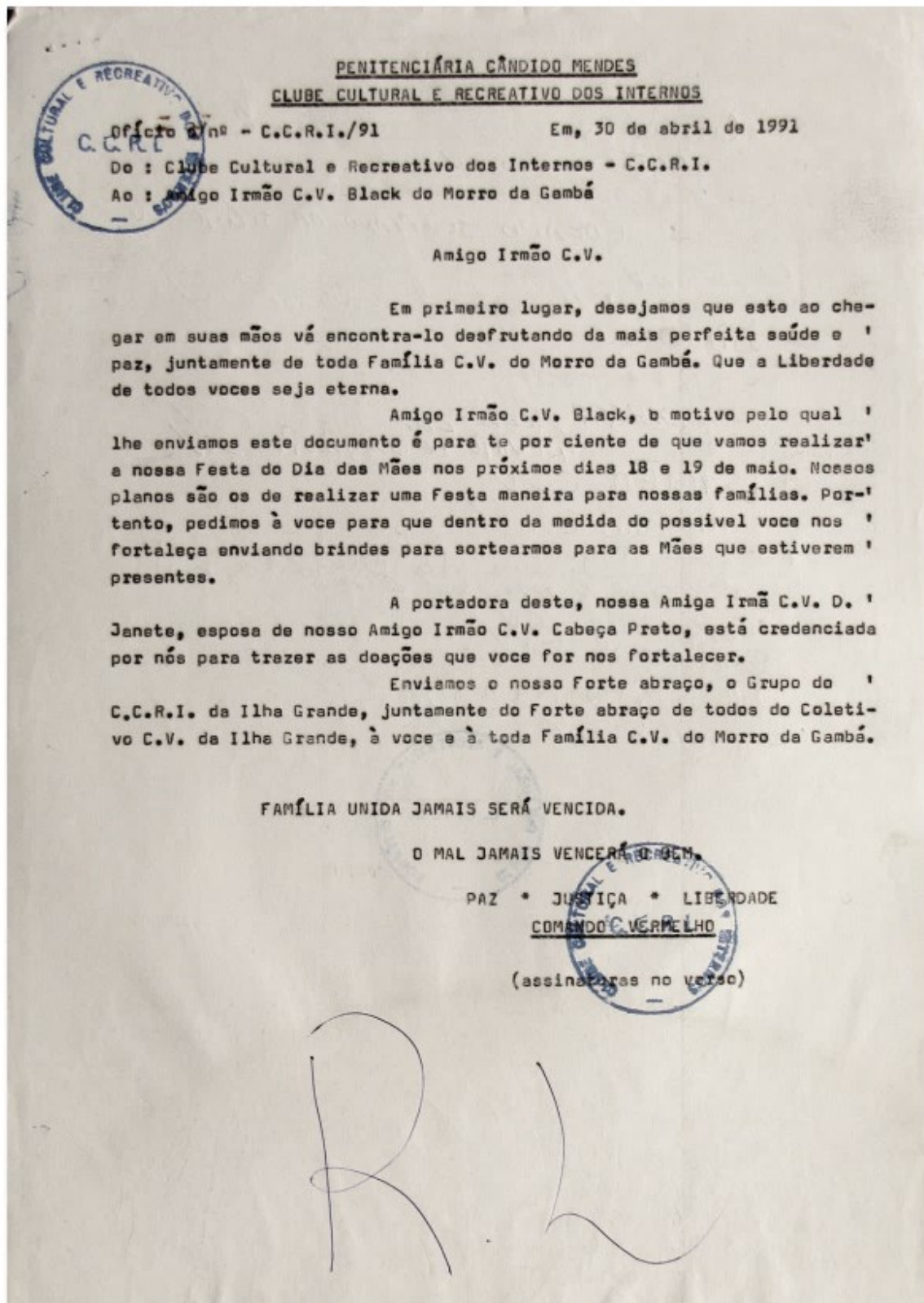
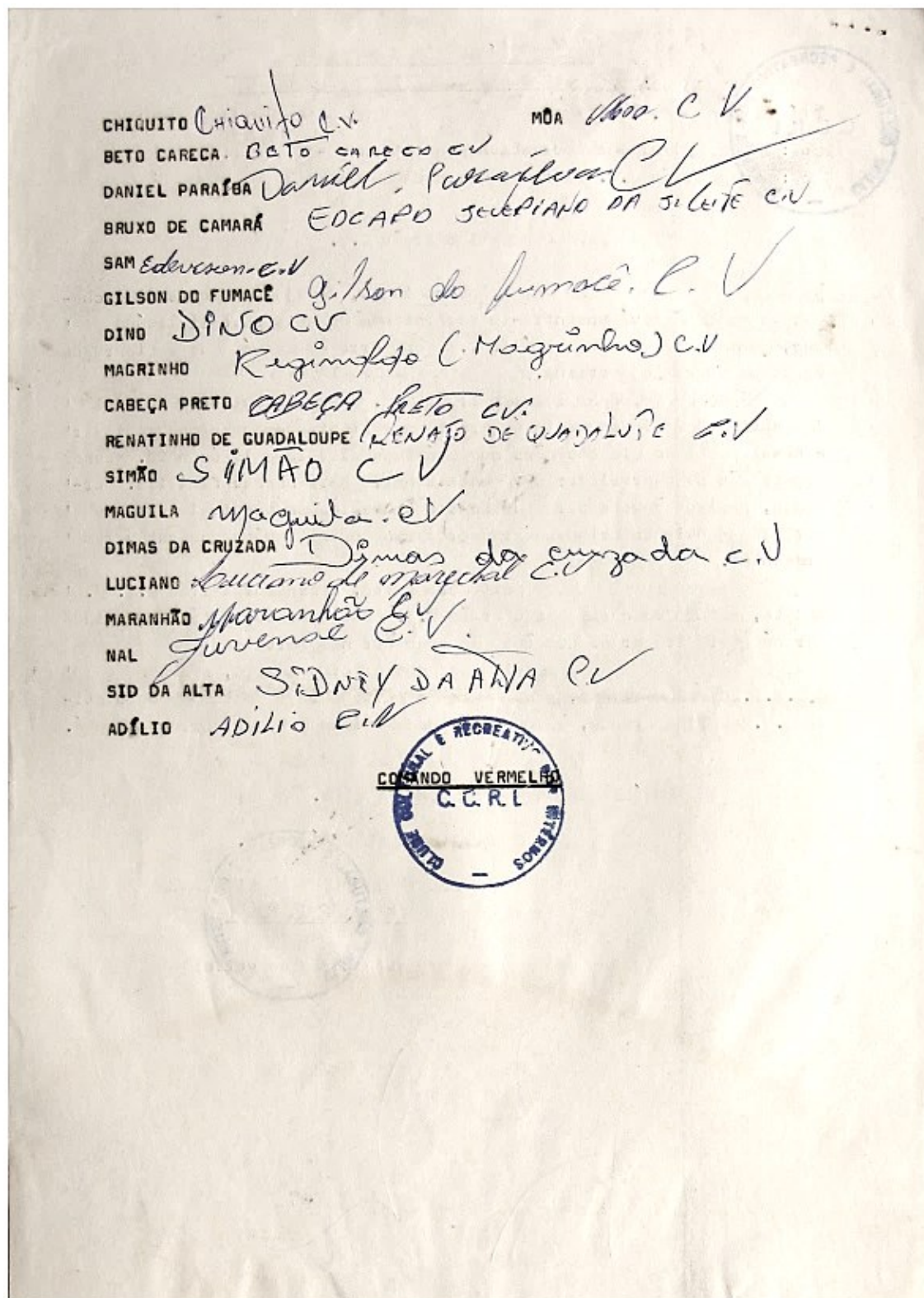


Figura 52 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de abril de 1991) Parte II



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

ANEXO E - Carta expedida pelo CCRI em 29/12/1987

Figura 53 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 29 de dezembro de 1987) Parte I

Rio de Janeiro, Ilha Grande, 29/dezembro/87.

Ilma Sra. Doutora
WANDA MENEZES ROCHA
DD, Promotora de Justiça.

RESPEITOSAS SAUDAÇÕES.

Por mais esta vez vêm os internos da Penitenciária Cândido Mendes-Ilha Grande, representados pelo Clube Cultural/ e Recreativo dos Internos (C.C.R.I.), mui respeitosamente, à presença de V.Sa. DENUNCIAR as barbaridades cometidas no interior desta Unidade Penal, qual sejam os espancamentos de que foram vítimas os internos [REDACTED] e [REDACTED] / praticados pelo Chefe do Serviço de Vigilância O Agente de Segurança Penitenciária [REDACTED]; pelo Sgto PM Chefe de Segurança [REDACTED] e pelo SD PM [REDACTED], Chefe de Disciplina.

Queremos alertar a V.Sa, que a prática de espancamentos tornou-se rotina nesta Penitenciária da Ilha Grande e, todos eles (os espancamentos) foram diretamente comandados pelo próprio Diretor da Unidade o Capitão PM [REDACTED].

Informamos a V.Sa. que quanto ao espancamento / sofrido pelo interno [REDACTED], muitos embora tenha sido denunciado pessoalmente ao Ilustre Diretor Geral do DESIPE, / quando de sua vinda a este Estabelecimento, nenhuma providência foi adotada por aquela Direção Geral.

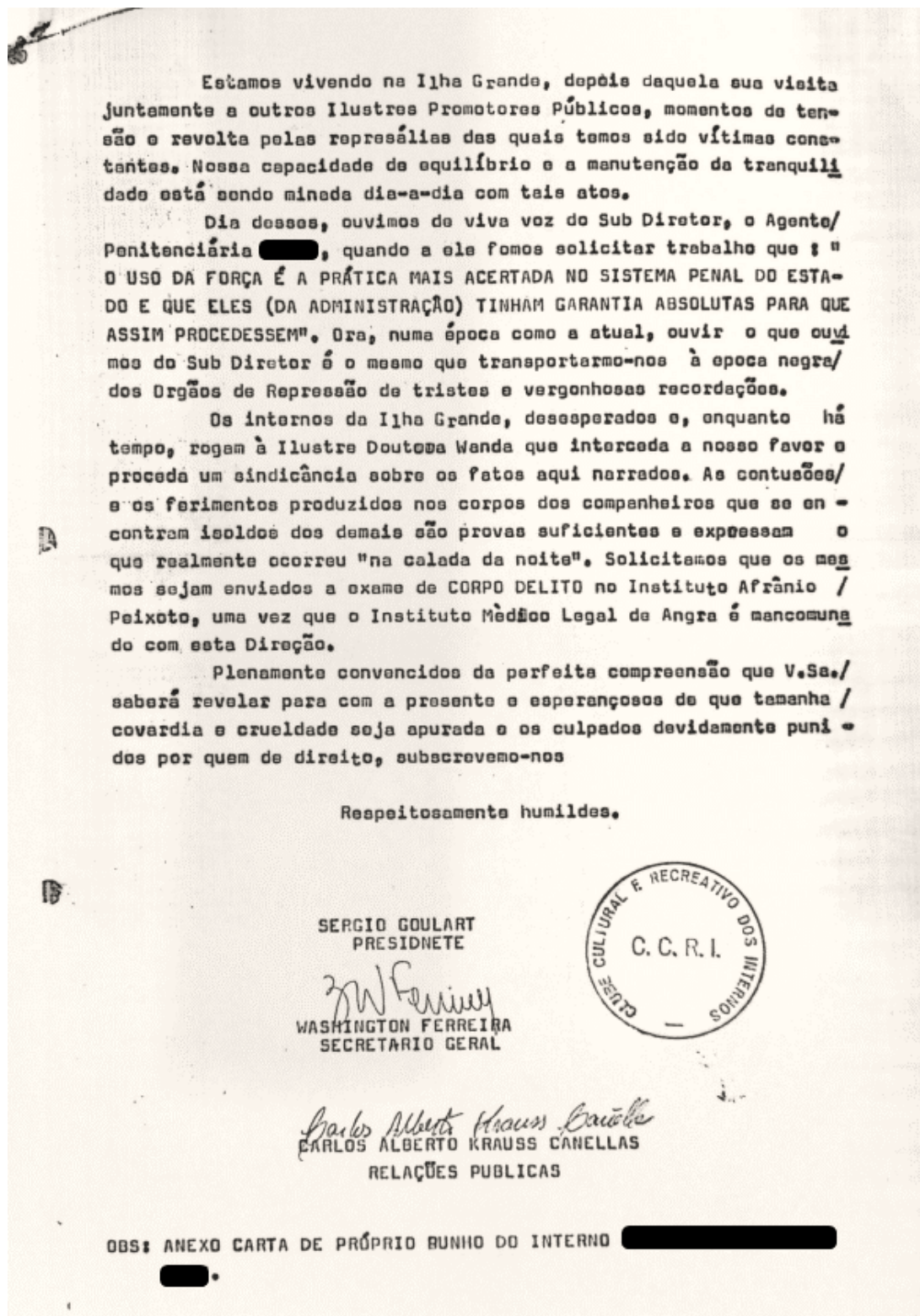
Com relação ao espancamento sofrido pelo companheiro [REDACTED], o mesmo aconteceu no prédio anexo "na calada da noite" e, o que tomemos em relação ao citado interno é que o mesmo tenha a ser assassinado por tais Servidores numa das sessões de espancamentos. Anexo, enviamos à V.Sa. carta elaborada pelo próprio punho do interno [REDACTED] que conseguimos resgatar das mãos dos funcionários que a todo custo tentam impedir a comunicação do mesmo com os demais presos com a finalidade única de que o fato seja encoberto.

Ilustre Doutora Wanda, temos conhecimento do seu empenho em ver tais atos de terror e violência elucidados e os culpados punidos com todo o rigor da lei, com o mesmo rigor com que somos condenados por atos, às vezes, de menor intensidade. Os abusos de poder e as arbitrariedades continuam a ter lugar na Ilha Grande, ainda que toda a comunidade carcerária se mantenha ordeira e disciplinada reivindicando sempre o trabalho que nos é negado / por esta administração tirânica e repressora do Cap [REDACTED]

segue...

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 54 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 29 de dezembro de 1987) Parte II

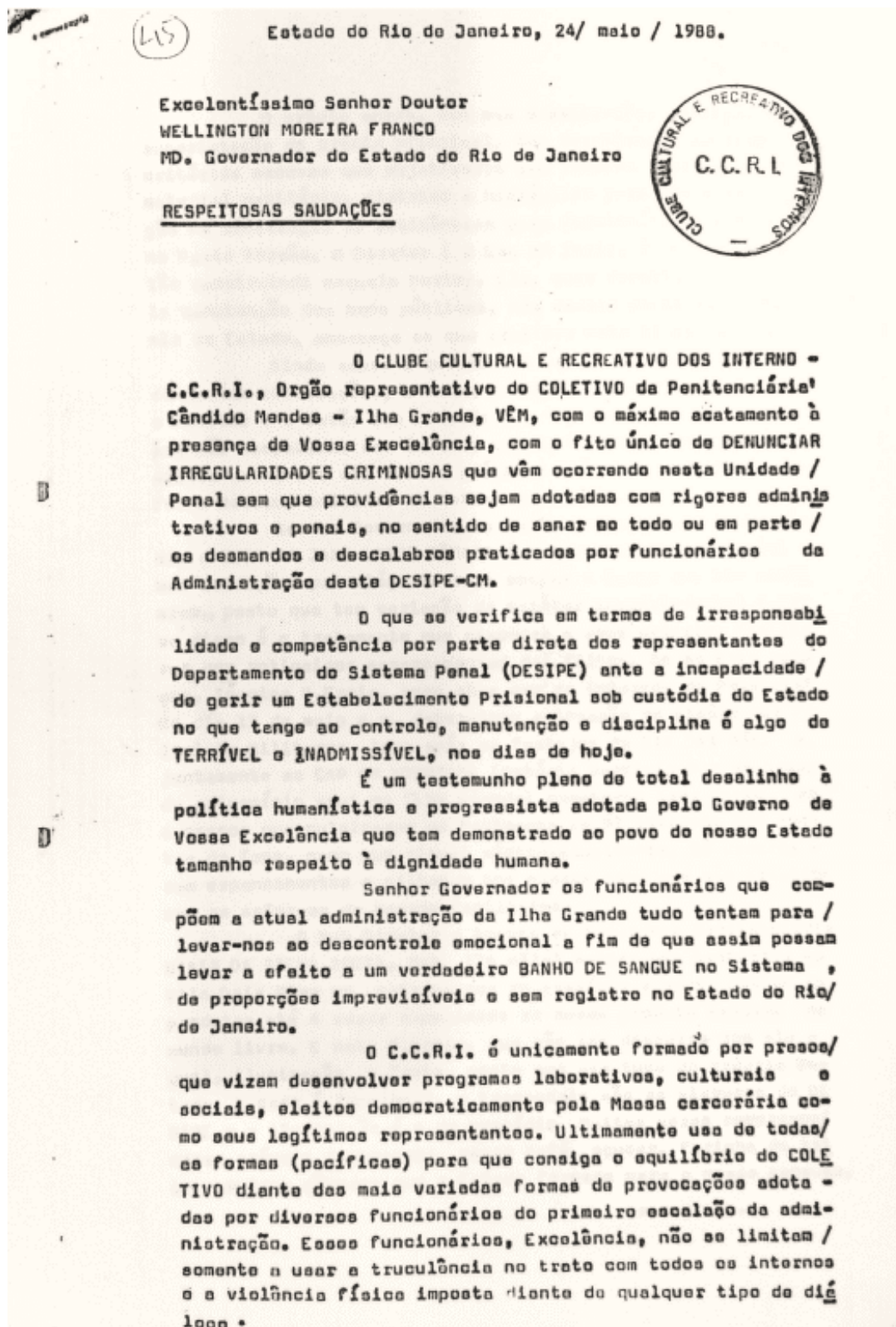


Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

ANEXO F - Carta expedida pelo CCRI em 24/05/1988

Figura 55 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988)

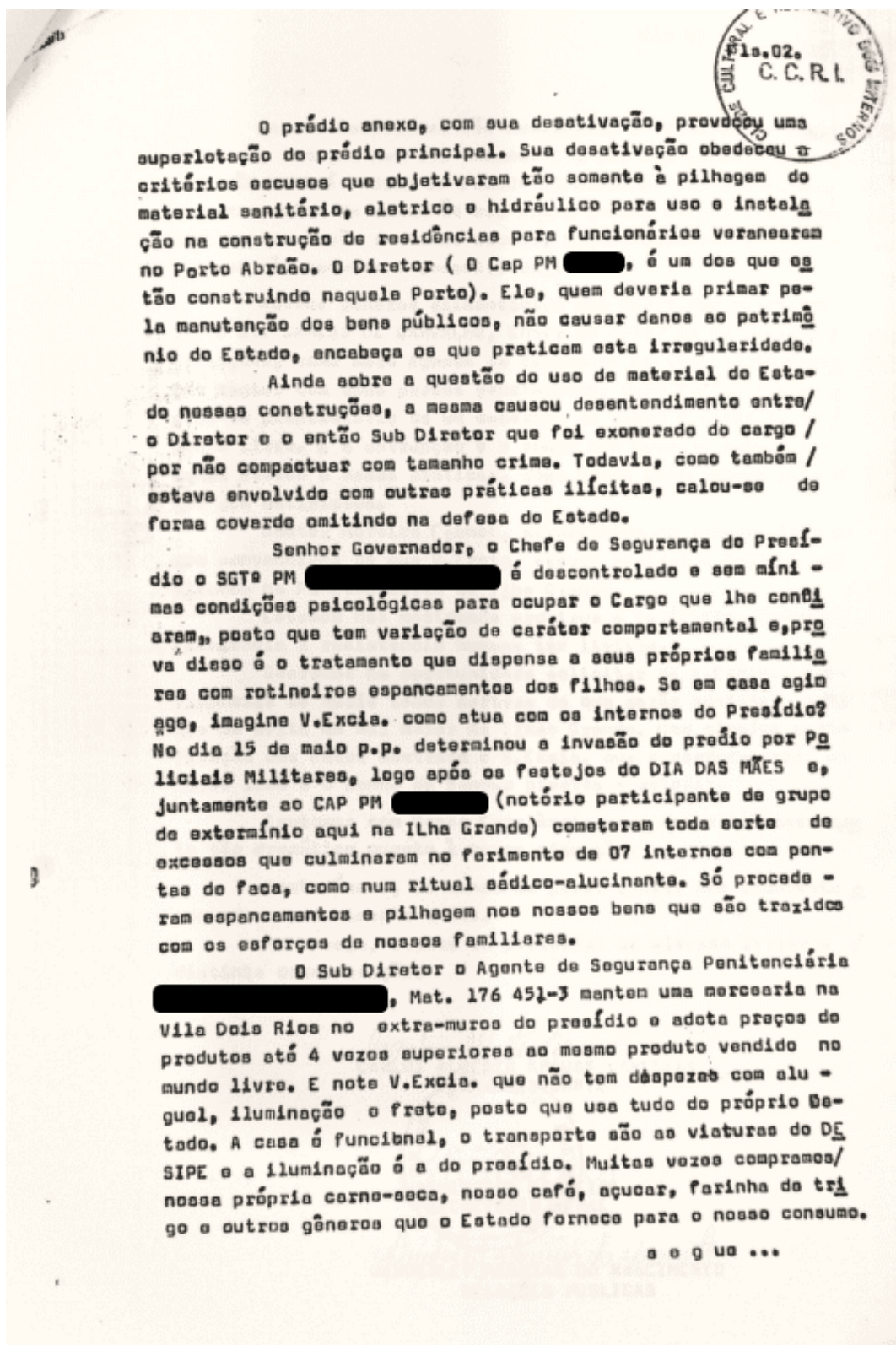
Parte I



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 56 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988)

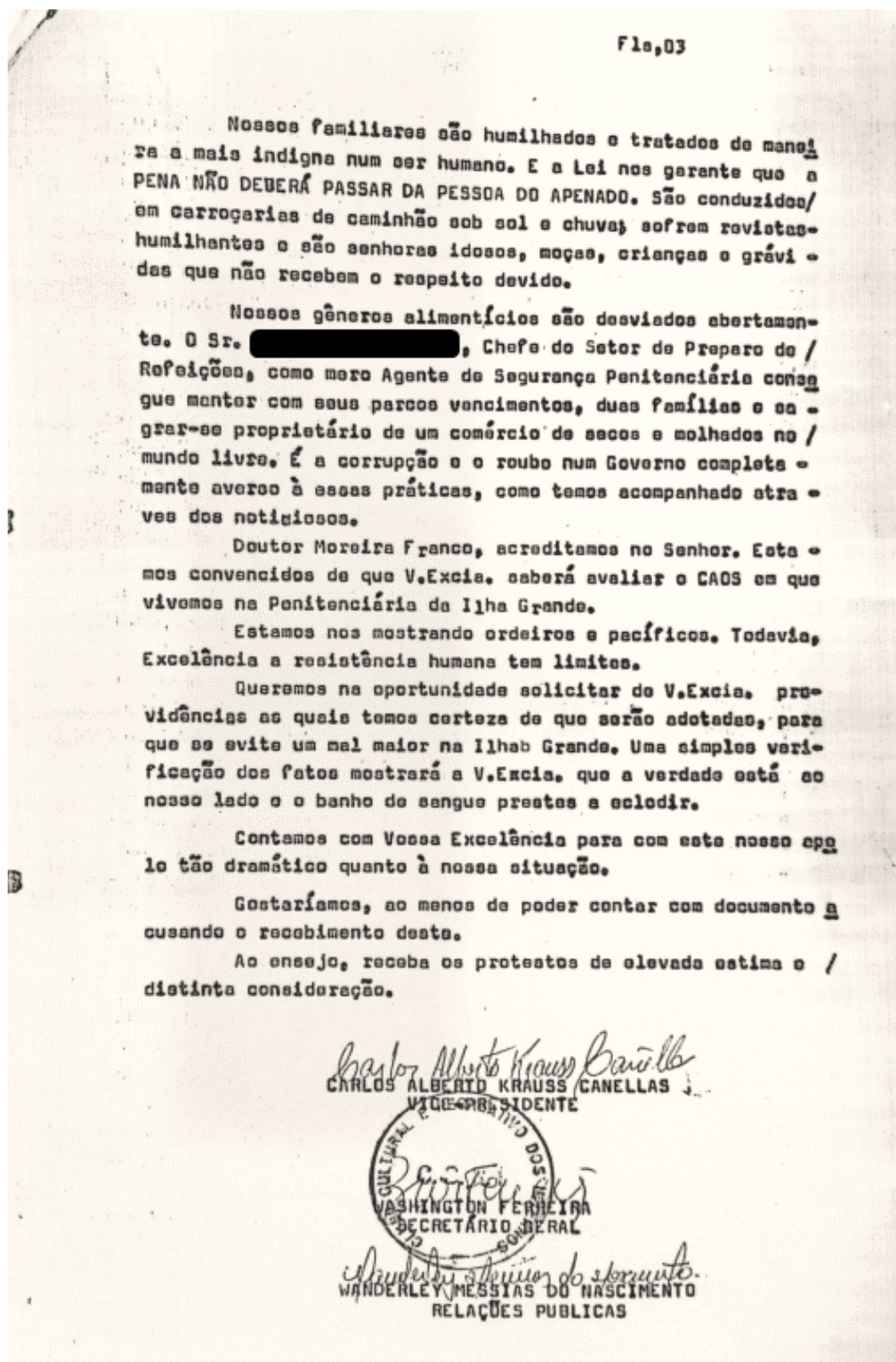
Parte II



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 57 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 24 de maio de 1988)

Parte III



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

ANEXO G - Carta expedida pelo CCRI em 23/12/1987

Figura 58 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 23 de dezembro de 1987)

 **C.C.R.I. - CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DOS INTERNOS**
ILHA GRANDE

Ilha Grande, 23 de dezembro de 1987.

DESIPE=CM/OF. Nº 056/CCRI-87.

DO : CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DOS INTERNOS
AO : EXMA SENHOR DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAPITAL
ASS : COMPARECIMENTO (SOLICITA)

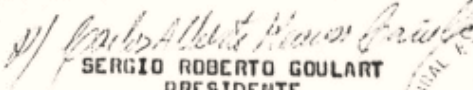
Meritíssimo Juiz

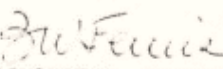
O Clube Cultural e Recreativo dos Internos, órgão representativo de todo o Coletivo da Penitenciária Cândido Mendes - Ilha Grande, vem, com o máximo acatamento e respeito, solicitar o comparecimento URGENTE de Vossa Excelência à esta Unidade Penal a fim de que, "IN LOCO", possa tomar conhecimento das irregularidades e desmandos levados a efeito pela Direção do [REDACTED], do Chefe de Segurança SGTa PM [REDACTED] e pelo SD PM [REDACTED].

É desejo do Coletivo desta Penitenciária Cândido Mendes - Ilha Grande, levar ao conhecimento de V.Excia. que está passando a ocorrer um verdadeiro BANHO DE SANGUE pelas constantes provocações/ameaças por esta Direção do Cap PM [REDACTED], já tendo, inclusive, ocorrido espancamento ao companheiro [REDACTED], ocasião em que o próprio Diretor, de arma em punho comandava o espancamento criminoso. T tamanha violência, Meritíssimo Juiz, é descabida nos dias de hoje e não se alinha com as diretrizes traçadas pelo Governo atual.

Estamos certos de que V.Excia. desconhece o que vem ocorrendo na Ilha Grande, quando até mesmo a Lei é descumprida por aqueles que a devem preservar.

Convencidos do comparecimento de V.Excia. dentro da brevidade que o caso requer, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.


SERGIO ROBERTO GOULART
PRESIDENTE


WASHINGTON FERREIRA
SECRETÁRIO GERAL



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

ANEXO H - Carta expedida pelo CCRI em 18/09/1988

Figura 59 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 18 de Setembro de 1988) Parte I

(2)

CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DOS INTERNOS

PENITENCIÁRIO CÂNDIDO MENDES
I. GRANDE, 18 de Setembro de 1988

DO: CLUBE CULTURAL RECREATIVO DOS INTERNOS-CCRI
AO: PROGRAMA "SHOW DA XUXA" - MARIA DAS GRAÇAS MENENQUEL
AS: SOLICITAÇÃO (FAZ)

ILUSTRÍSSIMA AMIGA e ANINADORA

É com prazer e respeito que viemos por esta, antes de mais nada parabenizá-la pelo sucesso sempre alcançado em todos os segmentos da sua vida profissional, principalmente quando vem lidando com toda a pureza do mundo que são as crianças.

Ilmª Amiga, somos um efetivo de 444 homens que por negativos alheios as nossas vontades viemos um dia à compor o Coletivo de uma Penitenciária. Somos cientes de que nosso passado pode ter sido o caos para nossa família e filhos. Desde o momento em que faltamos à nossa responsabilidade como pais e esposos, seríamos tachados de irresponsáveis, mas desde que partimos para o desespero, nossas atitudes para sustentar os nossos, somos tachados de delinquentes.

Ilmª Amiga, estamos fazendo os preparativos da comemoração do "DIA das CRIANÇAS", no mês vindouro, conforme sempre fizemos, aproveitando para prestar uma homenagem aos nossos filhos e demais crianças que aqui vivem com nossas famílias. Acontece que entre as ideias de criatividade do evento surgiu seu nome como baluarte maior do mundo dessas crianças e que no exato momento fomos unânimes em acatar a ideia de solicitar de você a humilde oportunidade de nos ajudar à fazer com que nossa comemoração seja digna e abrilhantada com sua presença.

Ilmª Amiga, é fato que nossas famílias não têm o tal vez nunca terão a oportunidade de irem até seu programa para deleite de nossas crianças e assim fizeram um sonho delas tornar-se realidade partindo desta promessa viemos CONVIDÁ-LA a nos dar e à nossos filhos o prazer de tê-la entre nós, em nosso Auditório, que pode abrigar até 1000 pessoas e fazermos uma comemoração inesquecível para todos nós.

Ilmª Amiga, certos de que você e a Marlene além das pessoas responsáveis por sua agenda e segurança a produção não vão se omitir deste bem, fazendo qualquer tipo de discriminação é que afirmamos que apesar de adultos somos espectadores assíduos de seu "XOU DA XUXA". E esperamos sua comunicação aos nossos baixinhos que tanto adoramos e que nos ajude à proporcionar à eles realizar este sonho de todas as crianças de nossas famílias. Aguardaremos sua comunicação por escrito, além de um alô pelo vídeo.

Atenciosamente

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 60 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 18 de Setembro de 1988) Parte II

(2)

subscorre-se nessa diretoria,

Antônio Roberto de Jesus
PRESIDENTE DO C C R I

VICE PRESIDENTE DO C C R I
Carac H. L. de Jesus
SECRETÁRIO GERAL DO C C R I

DIRETOR DE ESPORTES DO C C R I
ISM. SIMÃO TELES
DIRETOR DE PATRIMÔNIO DO C C R I

Cláudio dos Santos Soares
DIRETOR CULTURAL DO C C R I

JORGE LUIZ DA SILVA
DIRETOR MUSICAL DO C C R I

JOSE da Costa Ramos
DIRETOR DE RECREAÇÃO DO C C R I

JOSÉ ANTONIO MARTINS FILHO
ARQUIVISTA DO C C R I

Cláudio dos Santos Soares
ASSESSOR DO PRESIDENTE DO C C R I

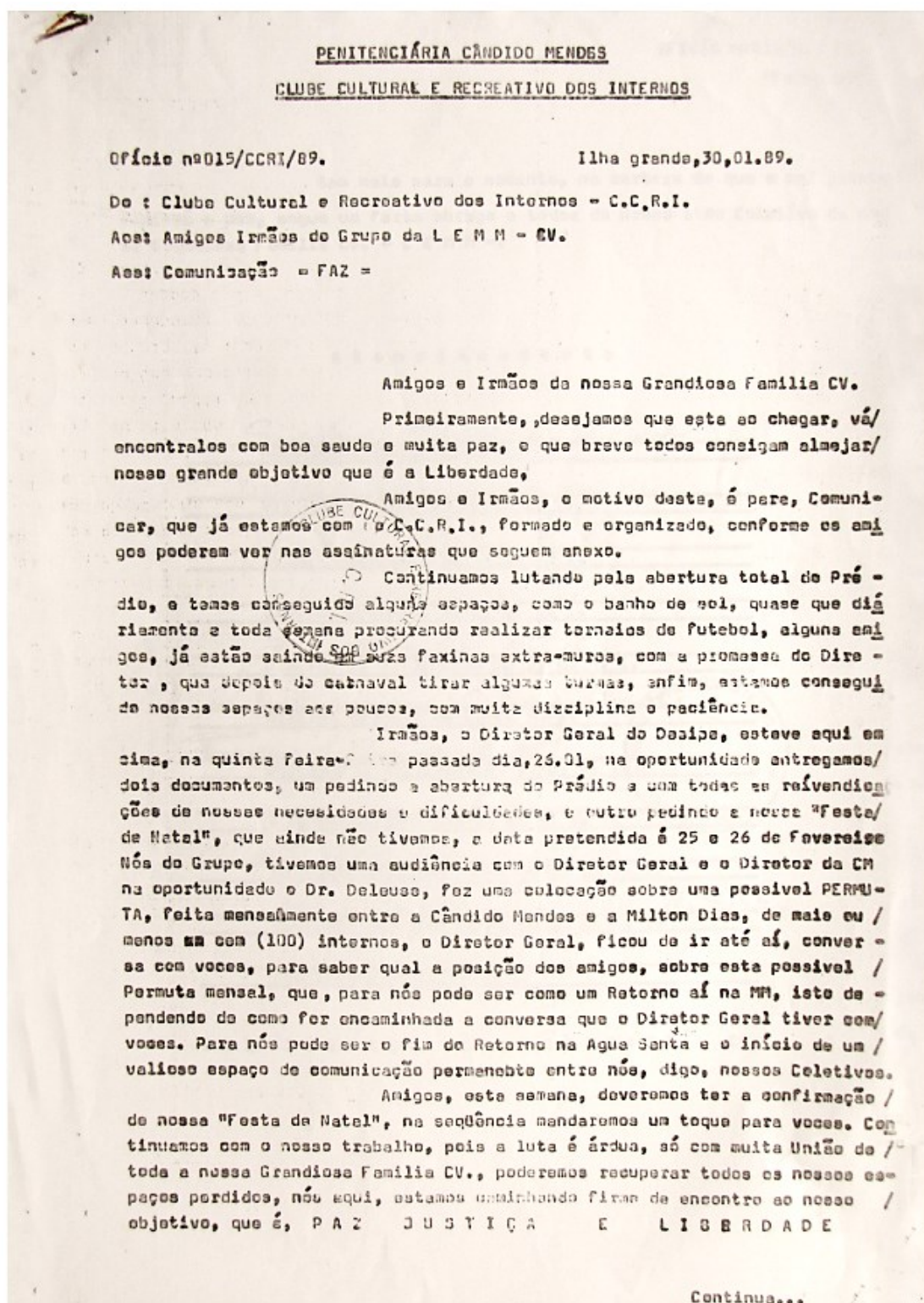
Antônio Roberto de Jesus
RELAÇÕES PÚBLICAS DO C C R I

....

Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

ANEXO I - Carta expedida pelo CCRI em 30/01/1989

Figura 61 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1998) Parte I



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)

Figura 62 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 30 de janeiro de 1998) Parte II

OFÍCIO nº015/CCRI/89.
"Folha 02"

Sem mais para o momento, na certeza de que o mal jamais
vencerá o bem, segue um forte abraço a todos do Grupo e do Coletivo da nos-
sa Grandiosa Família CV. - L E M M -.

A t e n c i o s a m e n t e

Emmanuel Saucade Lourenço
PRESIDENTE DO C. C. R. I.

Carlos Antonio Amado Barilari
VICE PRESIDENTE DO C. C. R. I.

Lygia Raj D. de Almeida
SECRETARIA GERAL DO C. C. R. I.

Roberto Santos Lima
DIRETOR CULTURAL DO C. C. R. I.

Jose Maria de Ascis
DIRETOR DE PATRIMÔNIO DO C. C. R. I.

Paulo Henrique Alar Pires
DIRETOR MUSICAL DO C. C. R. I.

Thomaz de Gusmão
DIRETOR DE RECREAÇÃO DO C. C. R. I.

Alberto Henrique da Silva
RELACIONES PÚBLICAS INT. DO C. C. R. I.

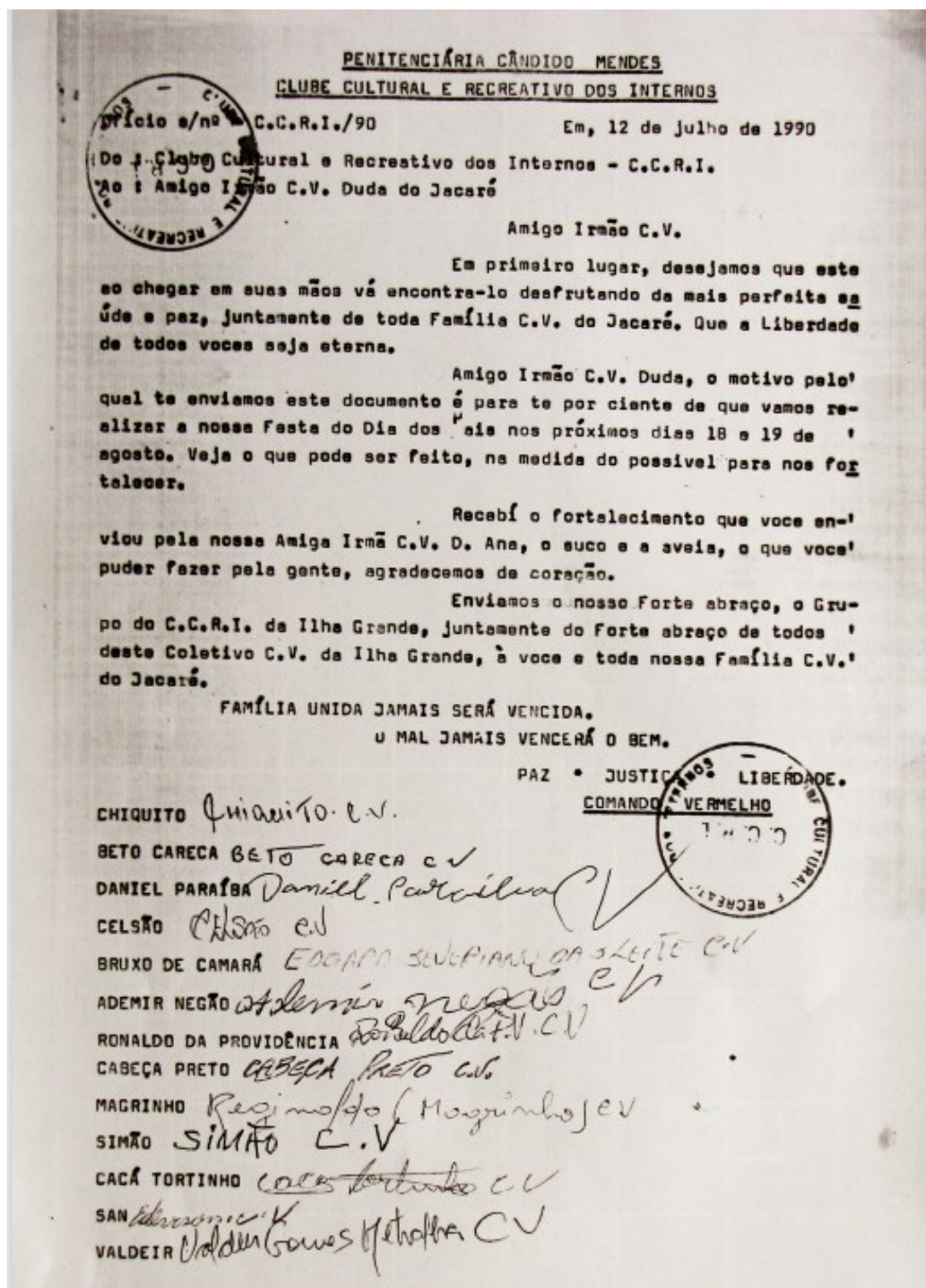
Luiz Antonio Sampaio da Silva
RELACIONES PÚBLICAS EXT. DO C. C. R. I.

Maurício Mendes
ARQUIVISTA DO C. C. R. I.

PAZ JUSTIÇA E LIBERDADE CV.

ANEXO J - Carta expedida pelo CCRI em 12/07/1990

Figura 63 - Carta expedida pelo CCRI - Imagem digitalizada (Ilha Grande, 12 de julho de 1990)



Fonte: Museu do Cárcere (Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ)